



Plano de Gestão para a Paisagem da Serra da Gardunha

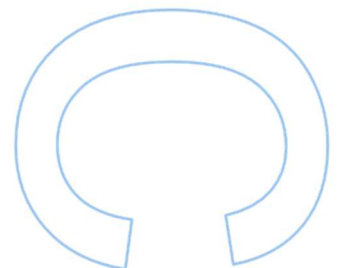
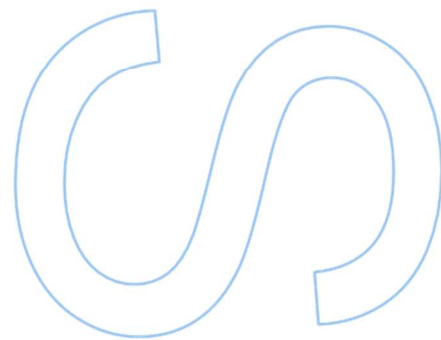
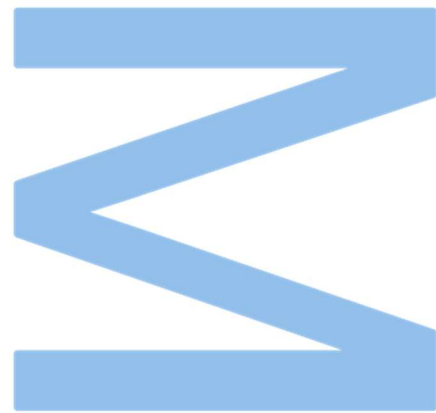
Cláudio Daniel Graça

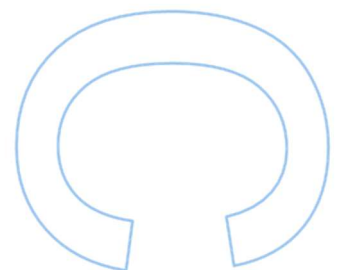
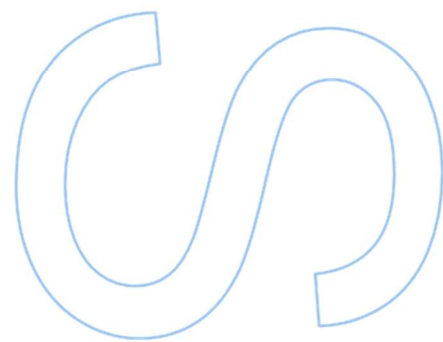
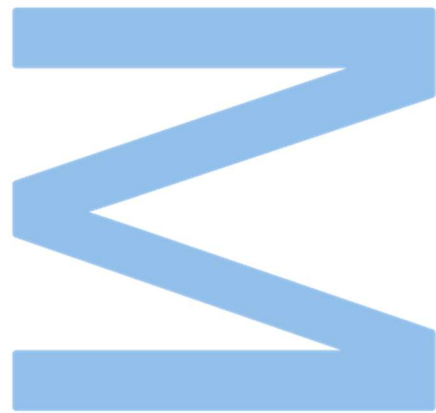
Mestrado em Arquitetura Paisagista

Departamento de Geociências, Ambiente e Ordenamento do Território
2023

Orientador

Professora Doutora Maria José Curado, Professora Auxiliar,
Faculdade de Ciências





Declaração de Honra

Eu, Cádio Daniel Botelho Sucena Graça, inscrito no Mestrado em Arquitetura Paisagista da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto declaro, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 14.º do Código Ético de Conduta Académica da U.Porto, que o conteúdo da presente relatório de estágio reflete as perspetivas, o trabalho de investigação e as minhas interpretações no momento da sua entrega.

Ao entregar este relatório de estágio, declaro, ainda, que o mesmo é resultado do meu próprio trabalho de investigação e contém contributos que não foram utilizados previamente noutros trabalhos apresentados a esta ou outra instituição.

Mais declaro que todas as referências a outros autores respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, encontrando-se devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências bibliográficas. Não são divulgados na presente relatório de estágio quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor.

Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Cláudio Daniel Graça

Porto, 30 de junho de 2023

Resumo

Paisagem tende a ser um conceito fluido e subjetivo à disciplina em que é aplicado. No exercício da arquitetura paisagista e do ordenamento do território, a paisagem passa a ter um papel abrangente e constitui o suporte de toda a vida e seus processos naturais. Esta não inclui apenas as suas qualidades visuais, mas também a morfologia das suas componentes físicas, biológicas e humanas, as interações entre elas e os seus mecanismos intrínsecos, mesmo que não percebidos pelo olho humano.

Neste sentido a elaboração de Planos de Gestão de Paisagem, ou simplesmente Planos de Paisagem, analisam e propõem sobre estes variadíssimos aspetos e atividades afetadas. A avaliação e complexidade de uma paisagem depende da sua organização, diversidade, sustentabilidade (enquanto ecossistema autossuficiente) e estado de conservação dos seus sistemas humanos e naturais. O que definimos como Plano de Gestão de Paisagem, pretende a elaboração de uma estratégia de ação e desenvolvimento com o propósito de obter a longo prazo uma paisagem autónoma que proporcione tanto ao homem como a toda a biodiversidade acolhida pela paisagem, um lugar de sustento e de boa qualidade de vida.

A Serra da Gardunha constitui uma paisagem rural do interior do país ainda com pouco investimento e baixo desenvolvimento económico. Ainda assim é extremamente rica em biodiversidade e em património histórico cultural importantes para o país.

Neste relatório são incorporadas várias análises à paisagem nos seus diferentes âmbitos tais como: a biodiversidade, a gestão dos recursos naturais, as atividades económicas e sociais e a mobilidade humana. Idealmente a presente proposta teria o contributo de diferentes especialistas para cada uma destas áreas sendo o trabalho do arquiteto paisagista o de síntese de análises e de propostas multidisciplinares.

Abstract

Landscape tends to be a fluid and subjective concept depending on the discipline in which it is applied. In the practice of landscaping and territorial planning, the landscape assumes a comprehensive role and serves as the support for all life and its ecological processes. It encompasses not only its visual qualities but also the morphology of its physical, biological, and human components, their interactions, and their intrinsic mechanisms, even if not perceptible to the human eye.

In this sense, the development of Landscape Management Plans, or simply Landscape Plans, includes analysing and proposing over various aspects and affected activities. The evaluation and complexity of a landscape depend on its organization, diversity, sustainability (as a self-sufficient ecosystem), and the conservation status of its human and natural systems. What we define as a Landscape Plan aims to develop a strategy for action and development with the purpose of achieving, in the long term, an autonomous landscape that provides both humans and the biodiversity hosted by the landscape with sustenance and a good quality of life.

The Gardunha Hill constitutes a rural landscape in the interior of Portugal, still with little investment and low economic development. Nevertheless, it is extremely rich in biodiversity and culturally significant historical heritage for the country.

In this final work, several analyses of the landscape are incorporated in its different sectors, such as biodiversity, natural resource management, economic and social activities, and human mobility. Ideally, the current proposal would have the contribution of different specialists for each of these areas, with the landscape architect's role being that of synthesizing multidisciplinary analyses and proposals.

Palavras-chaves: Plano de Gestão de Paisagem, Gestão agrícola e Florestal, Paisagem Protegida Regional Serra da Gardunha, Unidades de Paisagem, Objetivos de Qualidade Paisagística, Modelos de Gestão de Paisagem, Turismo Rural.

Keywords: Landscape Management Plan, Agricultural and Forest Management, Regional Protected Landscape of Serra da Gardunha, Landscape Units, Landscape Quality Objectives, Landscape Management Models, Rural Tourism.

Índice

1	Enquadramento Teórico	1
1.1	Introdução	1
1.2	Problemáticas	1
1.3	Objetivos da Proposta.....	2
1.4	Metodologia	3
1.5	Princípios fundamentais e Conceitos de Gestão de Paisagem	4
1.5.1	Preservação do carácter da paisagem	4
1.5.2	Produtividade económica e Êxodo Rural.....	5
1.6	Casos de Estudo – Planos de Referência.....	5
1.6.1	Plano de Gestão do Parque das Serras do Porto (PSeP).....	5
1.6.2	Plano de Paisagem de Cascais (PP-Cascais).....	6
2	Enquadramento Legal e Estratégico e Estratégia Financeira	7
2.1	Regulamento da Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha (Regulamento)	9
2.1.1	Entidade Responsável pela Gestão do Estatuto de Conservação Regional da Serra da Gardunha.	9
2.1.2	Restrições e Interdições à Utilidade Pública.....	10
3	Caracterização da área de proposta	11
3.1	Caracterização da Paisagem de Estudo	12
3.2	Caracterização Biofísica.....	13
3.3.5	Património Natural.....	14
3.3	Caracterização Socioeconómica.....	16
3.3.1	População	16
3.3.2	Comércio e Serviços	17
3.3.3	Áreas de Produção (Silvicultura; Agricultura; Pastorícia; Pecuária; Industrial)	18
3.3.4	Forma de ocupação antrópica.....	19
3.3.6	Património Cultural.....	20
3.3.7	Turismo	22
3.4	Unidades de Paisagem.....	24
	Encosta Norte da Gardunha (ENG).....	25
	__Zona Agrícola do Fundão	25
	__Encosta Norte Declivosa	26
	Festo da Gardunha (FG).....	27

Encosta Sul da Gardunha (ESG).....	28
<u>Encosta Sul Declivosa</u>	28
<u>Aldeia de Castelo Novo</u>	28
<u>Superfície de Castelo Branco</u>	29
3.4.1 Análise SWOT da Paisagem	30
3.4.2 Objetivos de Qualidade Paisagística.....	32
Serra da Gardunha.....	32
Encosta Norte da Gardunha	33
Festo da Gardunha	33
Encosta Sul da Gardunha	34
4 Proposta de Gestão de Paisagem.....	34
4.1 Objetivos e Eixos Estratégicos	36
4.1.1 Estratégia de preservação, dinamização e potencialização do património natural.....	36
4.1.2 Estratégia de Dinamização e Potencialização do Património Cultural	36
4.1.3 Eixos Estratégicos (EE).....	36
4.2 Medidas e Estratégias de Ação.....	39
4.3 Modelos de Gestão de Paisagem.....	42
4.4 Ação Estratégica e Programas.....	48
5 Conclusões	52
6 Bibliografia	53
6.1 Webgrafia.....	54
6.2 Bases de Dados	54
6.3 Imagens / Fotografias	55
6.2 Legislação consultada	55
7 Anexos	57
Anexo 0 – Enquadramento Legal e Estratégico	57
Anexo 01 - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT).	57
Anexo 02 - Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, 16 de junho).....	58
Anexo 03 - Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000) – (Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril).....	59
Anexo 04 - Regime Jurídico das Ações de Arborização e Rearborização" (RJAAR) - Regime Florestal (Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho [revogado pelo RJ do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais])	61
Anexo 05 - Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) - Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2014 de 30 de outubro.	63

Anexo 06 - Regime Jurídico da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) – (DL n.º 142/2008, de 24 de julho).....	64
Anexo 07 - Rede de Aldeias Históricas de Portugal (RAHP)	65
Anexo 08 - Rede de Aldeias de Montanha (RAM)	66
Anexo 09 - Estratégia Turismo 2027	67
Anexo 010 - Documento estratégico “AMBIÇÃO AGRO 2020-30.....	68
Anexo 011 - Rota Europeia do Queijo	69
Anexo 012 - Programa ECOXXI (Instrumento de reconhecimento municipal).....	69
Anexo 013 - Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF-CI) - (Portaria n.º 55/2019 de 11 de fevereiro).....	70
Anexo 014 - Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Gardunha, Alvelos e Moradal (PRGP) – em elaboração	72
Anexo 015 - AIGP da Serra da Gardunha (Despacho n.º 7109-A/2021 de 16 de julho).....	73
Anexo 016 - Plano Diretor Municipal do Fundão (PDM-Fundão) – (Resolução do Conselho de Ministros nº 82/2000).....	74
Anexo 017 - Plano Diretor Municipal de Castelo Branco (PDM-Castelo-Branco) - Resolução de Conselho de Ministros nº 66/94, de 13 de abril	77
Anexo 018 - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (Fundão) .	78
Anexo 019 - Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária – (Edital n.º 438/2021 publicado em DR a 20 de abril).....	81
Anexo 020 - Plano Municipal para a Integração de Migrantes Fundão (PMIM).....	82
Anexo 021 - Festivais Gastronómicos Relacionados com a Cereja do Fundão	82
Anexos A – Mapas e tabelas de Análise e Síntese	83
Anexo A1 – Carta Hipsométrica e de Hidrografia	83
Anexo A2 – Carta de Declives e análise	83
Anexo A3 – Carta de Orientações e Festo.....	84
Anexo A4 – Carta Geológica (Digitalização do GeoPortal 1/200 000)	84
Anexo A5 – Carta Geológica (Simplificada).....	85
Anexo A6 – Carta das Unidades Biofísicas.....	85
Anexo A7 – Carta das Unidades e Subunidades de Paisagem.....	86
Anexo A8 – Tabela de Caracterização das Unidades de Paisagem.....	87
Anexo A9 – Tabelas de Caracterização das Explorações Agrícolas	88
Anexo A10 – Tabelas de Caracterização do Efetivo Animal	88
Anexo A11 – Tabelas de Caracterização das Superfícies e População Agrícola..	89
Anexo A12 – Tabelas de Caracterização das Culturas Permanentes.....	89
Anexo A13 – Tabelas de Caracterização das Explorações com Colmeias	90

Anexo A14 – Tabelas de Caracterização dos Alojamentos.....	90
Anexo A15 – Tabelas de Caracterização dos Edifícios	91
Anexo A16 – Mapa de percentagem da População Empregada Agrícola.....	92
Anexo A17 – Mapa da Densidade Populacional	92
Anexo A18 – Mapa da Densidade da Área Agrícola	93
Anexo A19 – Mapa da Predominância do Tipo de Cultura Permanente	93
Anexo A20 – Mapa das áreas Ardidas por ano (ICNF).....	94
Anexo A21 – Carta da Rede Ferro e Rodoviária.....	94
Anexo A22 – Mapa de Identificação do Património Natural	95
Anexo A23 – Mapa de Identificação do Património Cultural	95
Anexos P – Plantas e Imagens de Proposta.....	96
Anexo P1 – Plano Geral da Proposta de Gestão de Paisagem.....	96

1 Enquadramento Teórico

1.1 Introdução

A proposta de um Plano de Gestão de Paisagem para a Serra da Gardunha, a desenvolver durante o estágio curricular no âmbito do plano de estudos do Mestrado em Arquitetura Paisagista, surge no seguimento dos contributos do estagiário na elaboração de vários Planos de Gestão de Zonas Especiais de Conservação elaborados pela empresa Território XXI.

1.2 Problemáticas

Ainda que estes sejam fundamentais em cada um dos seus âmbitos, a existência de vários e diversos instrumentos de gestão territorial, com objetivos e objetos diferentes para um mesmo local tem conduzido a que se perca, em muitas situações, uma visão de conjunto das problemáticas inerentes à paisagem. Isto dificulta a tomada de decisões sobre uma gestão integrada e eficaz. (Estes instrumentos e estratégias de gestão encontram-se elencados e resumidos na secção de Anexos 0x)

A paisagem da Serra da Gardunha é uma paisagem complexa e diversificada, localizada na região do centro interior do país. As suas problemáticas serão exploradas e detalhadas na fase de análise da área proposta. Contudo, em termos gerais, esta região enfrenta problemas como:

1. Incêndios florestais:

Os incêndios rurais são uma problemática frequente na Serra da Gardunha, representando um risco significativo para a biodiversidade, os recursos naturais e a segurança das comunidades locais (Relatórios Provisórios de Incêndios Rurais, 2001 – 2022).

2. Êxodo rural e perda da população agrícola:

Assim como outras áreas rurais, a Serra da Gardunha enfrenta o problema do êxodo rural, onde jovens e trabalhadores qualificados deixam a região em busca de melhores oportunidades nas áreas urbanas. Esse fenómeno resulta na perda de população agrícola, levando ao envelhecimento da população e à perda da função económica da paisagem (Ribeiro, P. J. M., 2013)

3. Contraste do desenvolvimento económico da região:

A região do interior de Portugal enfrenta desafios econômicos, com um contraste significativo em relação às áreas urbanas mais desenvolvidas do litoral. A falta de investimentos e oportunidades de emprego limitadas contribuem para o baixo crescimento econômico e a dificuldade em atrair novos habitantes e investidores.

4. Desafios ambientais:

Além dos incêndios florestais, a Serra da Gardunha também enfrenta outros desafios ambientais, como a degradação da qualidade do solo, a perda de biodiversidade devido à fragmentação do habitat e a pressão sobre os recursos hídricos (Agência Portuguesa do Ambiente, 2021).

5. Vulnerabilidade aos efeitos das mudanças climáticas:

A região da Serra da Gardunha é suscetível aos efeitos das mudanças climáticas, incluindo alterações nos padrões de chuva, aumento da temperatura e eventos climáticos extremos como situações de seca extrema. Essas mudanças podem afetar a produção agrícola, aumentar o risco de incêndios florestais e impactar a disponibilidade de recursos naturais (Agência Portuguesa do Ambiente, 2021).

1.3 Objetivos da Proposta

Considerando a existência dos vários Instrumentos de Gestão Territorial (IGTs), bem como instrumentos de proteção de âmbitos e com objetivos distintos, e ainda as problemáticas da Paisagem em estudo que afetam significativamente a qualidade paisagística e a sua sustentabilidade, o objetivo principal desta proposta é o desenvolvimento de um instrumento de gestão que considere todas estas variáveis de forma integrada para a Serra da Gardunha.

A proposta definida para os municípios do Fundão e de Castelo Branco deve ter como foco principal a Paisagem e as suas dinâmicas e fluxos, considerando os princípios fundamentais de sustentabilidade, produção económica, sociais e de ecologia.

Após efetuada uma análise da paisagem, o Plano de Gestão da Paisagem deve definir à cabeça um conjunto de Objetivos de Qualidade Paisagística (OQP) que respondam, não individualmente a problemáticas ou âmbitos de ação, mas que façam uma análise integrada das características da paisagem, para então alcançar soluções que respondam simultaneamente a vários problemas.

O objetivo final desta proposta é a elaboração de um programa estratégico que contemple medidas e ações para a Paisagem em estudo.

1.4 Metodologia

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da proposta divide-se por 3 Fases.

Na 1ª Fase procedeu-se a uma revisão bibliográfica:

- Sobre o território com uma breve análise procurando as particularidades e problemas existentes.
- Enquadramento Estratégico Legal analisando os objetivos estipulados para a paisagem em estudo.

Com esta revisão, conhecendo um pouco do território e quais as suas necessidades e forças, torna-se possível estabelecer os principais objetivos da proposta e delimitar a área de intervenção e análise.

A 2ª Fase, aborda o conhecimento mais detalhado sobre a paisagem. Utiliza-se a técnica estudada e amplamente utilizada de análise e diagnóstico da Paisagem de Ian McHarg que superpõe as diferentes componentes biofísicas e socioeconómicas para uma caracterização e diferenciação da paisagem conseguindo com isso estabelecer unidades e subunidades de paisagem (UP's) que contribuem para uma proposta mais detalhada e rigorosa. São assim definidos para cada UP objetivos de qualidade paisagística (OQP).

Na 3ª e última fase pretende-se discutir e definir uma proposta de gestão de paisagem. A proposta pretende refletir e cumprir os objetivos estipulados na fase anterior e terá dimensões e escalas de atuação diferentes.

Serão traçadas estratégias de gestão para as Unidades de Paisagem identificadas e/ou para os seus usos de solo. Estas estratégias deverão considerar a análise da paisagem e os objetivos previstos para a região e identificados na fase do enquadramento estratégico e legal.

O produto final da proposta será uma proposta estratégica de atuação sobre a paisagem que contemple:

- Propostas ao nível da transformação e reconversão da paisagem;
- Propostas estratégicas a desenvolver com as autarquias, associações e empresas e produtores locais;
- Medidas e objetivos estipulados para a paisagem a par das suas ações.

1.5 Princípios fundamentais e Conceitos de Gestão de Paisagem

1.5.1 Preservação do carácter da paisagem

A forma como apreciamos e entendemos uma paisagem e como ela é única e diferenciada de qualquer outra paisagem é o que entendemos por carácter da paisagem. Essas características podem incluir elementos naturais, como o tipo de vegetação, o relevo e o clima, assim como elementos culturais, como a arquitetura, a presença de atividades humanas e a interação entre a sociedade e o meio ambiente. Essencialmente, este carácter provém das características e da interação complexa entre os seus fatores naturais e humanos ao longo do tempo.

Devemos entender este conceito de paisagem como algo dinâmico e mutável ao longo do tempo seja devido a processos naturais como a erosão ou a sucessão ecológica, assim como por ações humanas, como o desenvolvimento urbano e a conversão do uso do solo.

O objetivo de manter e preservar o carácter de uma paisagem por si só representa o esforço em manter e proteger um património histórico-cultural que caracteriza e diferencia essa paisagem quando estipulamos que esse deva ser o seus objetivo.

Este conceito também se aplica quando de alguma forma existe o objetivo de alterar aspetos da paisagem, mas que esta alteração não seja o significativa o suficiente para alterar o seu carácter. Por este motivo é muito importante e uma boa prática estudar, analisar e definir o que representa o carácter de uma paisagem quando decidimos agir sobre ela.

O carácter de uma paisagem representa também o seu valor paisagístico e o seu grau de importância na comunidade em que se insere. Esse valor tenderá a ser subjetivo e dependente do seu observador e de que aspeto do carácter da paisagem estamos a abordar. Este poderá ser natural, humano ou uma associação de ambas as realidades.

1.5.2 Produtividade económica e Êxodo Rural

A União Europeia (UE) possui objetivos e políticas específicas para o desenvolvimento das zonas rurais e a descentralização da população das grandes metrópoles. Essas iniciativas buscam promover um equilíbrio territorial, melhorar a qualidade de vida nas áreas rurais e reduzir as disparidades regionais. Estes objetivos proveem de uma consciencialização ao longo dos anos da evolução das grandes cidades e como isso afeta a vida e o bem-estar das populações. Em Portugal, assim como em vários países europeus, foi durante a fase de industrialização do país durante as décadas de 50 e 60 que as grandes cidades necessitavam de mão de obra operária o que atraiu grande parte dos trabalhadores do campo do interior rural do país para as grandes metrópoles do litoral, especialmente no Porto, Braga e Lisboa, em busca de melhores oportunidades de emprego e de uma melhor qualidade de vida. Deu-se então um processo social chamado Êxodo Rural (Ribeiro, P. J. M. , 2013).

Com o abandono dos campos e o focalização nas atividades económicas industriais, secundárias e terciárias, as dinâmicas rurais das paisagens do interior começaram a deteriorara-se. É e deve ser, portanto, um esforço prioritário a revitalização e a procura de soluções para essas paisagens.

As soluções apresentadas, pela EU para a revitalização dos territórios rurais e para a competitividade económica e social destas regiões passam pela diversificação económica: A UE incentiva a diversificação econômica nas áreas rurais, através de oportunidades para além da agricultura tradicional. Isso inclui o apoio ao desenvolvimento de setores como turismo rural, produção de alimentos orgânicos, artesanato, energias renováveis e serviços relacionados à natureza e ao meio ambiente.

1.6 Casos de Estudo – Planos de Referência

1.6.1 Plano de Gestão do Parque das Serras do Porto (PSeP)

Este plano surge como um dos principais planos de referência devido às similaridades com a nossa área de proposta uma vez ambas as Paisagens constituem uma ZEC, a ZEC PTCO0024 de Valongo, e uma Paisagem Protegida de Âmbito Regional. (Associação de Municípios Parque das Serras do Porto. (2018). Plano de Gestão do Parque das Serras do Porto.)

Por outro lado, o enquadramento e proposta, como planos de gestão de paisagem são bastante distintos. O Plano de Gestão e o Regulamento de Gestão para as Serras do Porto são instrumentos que orientam as atividades anuais da Associação de Municípios do PSeP e direcionam a Gestão e manutenção diária do parque.

Este plano adotou um conjunto de documentos orientadores internacionais e nacionais de boas práticas relacionadas com áreas protegidas, desenvolvimento sustentável, conservação e valorização do património cultural e natural, e práticas sustentáveis de florestação e agricultura. A proposta enfatiza a recuperação e conservação da floresta autóctone, com ações urgentes para controlar eucaliptos e acácias em áreas sensíveis. Destaca a necessidade de ordenar as atividades recreativas e de lazer, oferecendo alternativas ao ar livre. E tem como objetivo a gestão de espaços florestais estratégicos e a proteção contra incêndios rurais

A sua proposta divide-se por:

1. **Matriz do Programa:** Define medidas e ações com base nos valores naturais e culturais, topografia e hidrografia da região.
2. **Áreas Estratégicas para Gestão (AEG):** Prioriza intervenções na gestão de combustíveis e áreas abandonadas, incentivando o uso do espaço.
3. **Rede primária e rede primária complementar de defesa contra incêndios:** Espaços estratégicos para a gestão e prevenção de incêndios.
4. **Medidas e Ações Transversais e por Unidade de Gestão da Paisagem (UGP);** são componentes do Plano de Gestão do Parque das Serras do Porto que visam orientar e direcionar as ações de gestão e conservação do parque. Essas medidas e ações são implementadas em diferentes níveis.

1.6.2 Plano de Paisagem de Cascais (PP-Cascais)

O PP-Cascais é um plano estratégico e orientador para a paisagem de Cascais, desenvolvido pela Cascais Ambiente, uma Empresa Municipal de Ambiente de Cascais e coordenado por João Cardoso de Melo.

Este plano de paisagem possui importantes referências de Proposta de Gestão de Paisagem. Trata-se de um plano rigoroso e com diretivas claras, concisas e bem fundamentadas. A proposta surge como resposta ao incêndio florestal de 2018, tendo sido afetadas áreas periurbanas densamente povoadas. Uma análise retrospectiva

revela que mais de 80% do território municipal de Cascais, ao longo da serra de Sintra, já foi afetado pelo fogo pelo menos uma vez.

A falta de sistematização da informação, a falta de planeamento integrado e a ausência de regras para os territórios rurais contribuíram para a descaracterização da paisagem, perda de habitat e espécies e da degradação do solo.

Este plano de paisagem tem como objetivo principal reunir fatores essenciais para o desenvolvimento sustentável do território que incluem:

- a proteção de bens e pessoas,
- a conservação da natureza e biodiversidade,
- a produção de valor acrescentado associada a circuitos curtos,
- o recreio, lazer e os benefícios para a saúde e bem-estar.

A área de intervenção do PPC faz parte da "Zona de Transição" da Paisagem Cultural de Sintra, classificada pela UNESCO em 1995. A "Zona de Transição" tem como objetivos a salvaguarda da qualidade ambiental e a complementaridade visual e paisagística da envolvente da "Zona Tampão" e da "Zona Inscrita" da Paisagem Cultural.

Uma das propostas adotadas na presente proposta de Plano de Gestão para a Serra da Gardunha, tem como referência os modelos de gestão de paisagem apresentados do Plano de Paisagem de Cascais.

Estes modelos de gestão propostos visam promover uma gestão sustentável do território, especificamente no contexto da paisagem em questão e do Plano de Paisagem. Eles dão diretrizes orientadores que abordam diferentes aspetos da gestão do território, adaptadas à tipologia de espaços e usos do solo. Esses modelos são adaptados às características específicas da área de intervenção do Plano de Paisagem e têm em consideração as necessidades e particularidades locais.

2 Enquadramento Legal e Estratégico e Estratégia Financeira

No conjunto de anexos (Anexos O), encontram-se elencados vários Instrumentos de Gestão Territorial bem como Programas Estratégicos, Políticas e seus respetivos diplomas, de diferentes âmbitos, que afetam a gestão da Paisagem Protegida. O

objetivo é enquadrar este plano de gestão e abordar as diferentes estratégias e objetivos em vigor para a paisagem em estudo.

É apresentado a estratégia financeira que considera a alocação de recursos necessários para garantir a implementação efetiva das medidas e ações propostas, abordando questões como captação de recursos, parcerias estratégicas e potenciais fontes de financiamento.

Para a delimitação da área para a Proposta foram considerados apenas dois Instrumentos de Gestão Territorial e um Estatuto de Proteção, de maior relevância para o âmbito da proposta. São eles:

- Zona Especial de Conservação da Serra da Gardunha (ZEC Serra da Gardunha; PTCON0028) – Abrigada pelo Plano Setorial da Rede Natura 2000 através da classificação como ZEC pela Diretiva Habitats da CEE; (ver anexo 03)
- Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP da Serra da Gardunha) – constituída ao abrigo do Programa de Transformação da Paisagem em que devia, por recomendação do respetivo regime jurídico, estar enquadrado no Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem; (ver anexo 014 e 015)
- Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha (PPR-Gardunha) – Enquadrado pelo Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, aplicável às áreas protegidas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas. Existe ainda um Regulamento próprio para a PPR-Gardunha;

Identificação das formas de financiamento por âmbito de ação:

Agricultura e Desenvolvimento Rural

- Fundos da política de coesão
- Horizonte Europa
- Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
- Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2020)

Silvicultura e Gestão Florestal

- Fundo Ambiental
- Fundo Florestal Permanente
- Programa Operacional do Centro (CENTRO 2020)

Preservação do Património Cultural

- Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade
- Programa LIFE

Outros Financiamentos

- Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração
- Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recurso

2.1 Regulamento da Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha (Regulamento)

2.1.1 Entidade Responsável pela Gestão do Estatuto de Conservação Regional da Serra da Gardunha.

O Regulamento deste estatuto de proteção atribui a responsabilidade da Coordenação da gestão e tomada de decisão sobre a Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha à Agência de Desenvolvimento da Gardunha 21 (ADG21). Criada através do protocolo celebrado entre os Municípios de Castelo Branco e do Fundão.

É responsabilidade deste entidade gestora constituir uma rede de parceiros público-privados através da celebração de protocolos de cooperação.

Constituído por um Concelho Diretivo e um Concelho Consultivo, é também responsabilidade desta entidade:

- A preparação e apresentação de planos e programas de gestão de investimentos e relatórios de atividades;
- Promover a elaboração sistemática de relatórios científicos e culturais sobre o estado da Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha;
- Responder a pedidos externos de atos ou atividades condicionados na Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha;
- Fiscalizar a conformidade do exercício de atividades na PPR-Gardunha;
- Propor medidas relativas à administração dos interesses específicos da PPR-Gardunha e à execução das disposições contidas nos instrumentos de gestão.
- Entre outras, elencadas no respetivo regulamento.

2.1.2 Restrições e Interdições à Utilidade Pública

Alguns atos e atividades interditos (I) ou sujeitos a autorização (SA) ou parecer (SP) de maior relevância:

- O lançamento de águas residuais sem tratamento adequado (I);
- A colheita, captura, abate ou detenção de exemplares de quaisquer espécies vegetais ou animais sujeitas a medidas de proteção (I);
- A introdução no estado selvagem de espécies botânicas ou zoológicas exóticas ou estranhas ao ambiente, com exceção de ações específicas, devidamente autorizadas (I);
- A prática de campismo ou caravanismo fora dos locais destinados a esse fim, com exceção de ações específicas, devidamente autorizadas (I);
- Instalação de painéis e outros suportes publicitários que não se enquadrem nas medidas de proteção, animação e desenvolvimento turístico da Paisagem Protegida Regional (I);
- Abertura de novas estradas municipais, caminhos ou acessos, com exceção de obras de manutenção e conservação (SA);
- Realização de fogos controlados e a realização de queimadas (SA);
- Instalação de novas atividades de cariz industrial (SP);
- Instalação de novas atividades agrícolas, florestais e pecuárias, com caráter intensivo, bem como a explora (SP);
- Projetos de reflorestação (SP).

As autorizações e pareceres emitidos pelo conselho diretivo da ADG21 são vinculativos, mas não dispensam quaisquer outras autorizações, pareceres ou licenças que legalmente forem devidos.

3 Caracterização da área de proposta

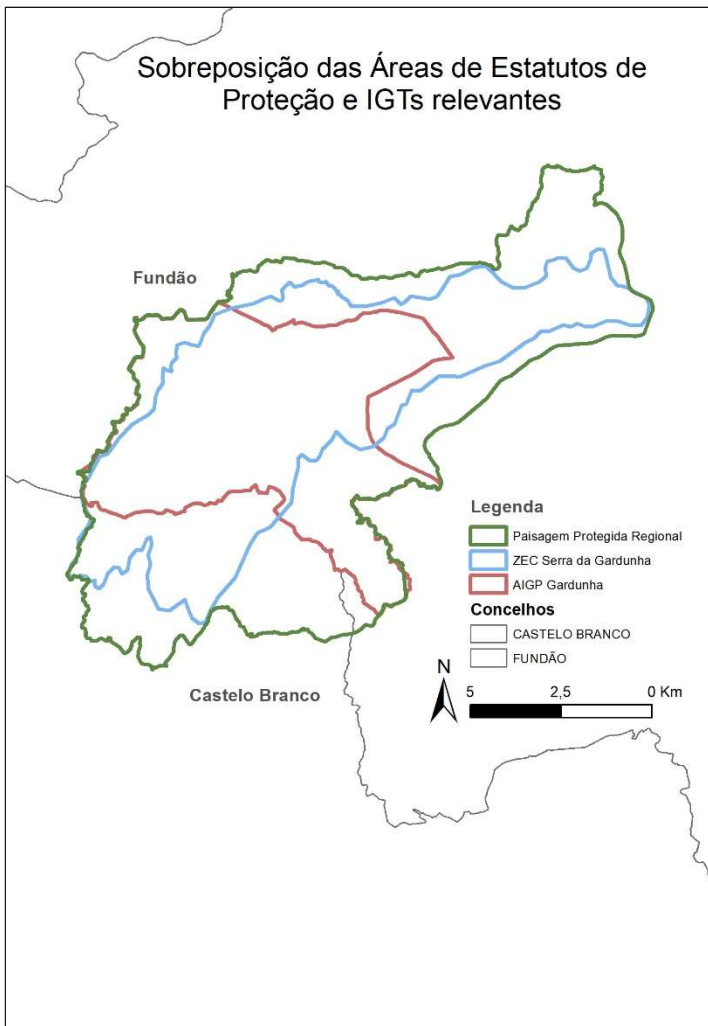


Figura 1 Sobreposição das Áreas de estatutos de Proteção e IGT's em vigor mais relevantes

Para traçar os limites da área de intervenção é importante perceber quais são as problemáticas do território e quais os principais objetivos. Projetar uma proposta de gestão de paisagem exige, não apenas olhar de forma crítica para a mesma, mas também planejar, prever e permitir concretizar um plano de ação dando diretivas claras e consistentes envolvendo as entidades que atuam sobre a paisagem.

Considerando os IGT's e estatutos de proteção previstos e em vigor para a Serra da Gardunha, através da sobreposição dos mesmos é possível esboçar o limite da área de intervenção uma vez que os mesmos incluem valores fundamentais e consideram problemáticas importantes para a nossa proposta (figura 1).

Assim consideramos o limite da Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha (PPR-Gardunha) como limite de intervenção

para o presente plano de gestão de paisagem.

Este Estatuto de Proteção, apresenta objetivos semelhantes à presente proposta e ainda inclui a área demarcada pela Aldeia Histórica de Castelo Novo.

A PPR-Gardunha possui:

- Área de 10 507 ha;

Sendo 80% incluída no município do Fundão e apenas 20% no município de Castelo Branco. A paisagem ocupa cerca de 12% da área do município do Fundão e apenas 2% do município de Castelo Branco.

3.1 Caracterização da Paisagem de Estudo

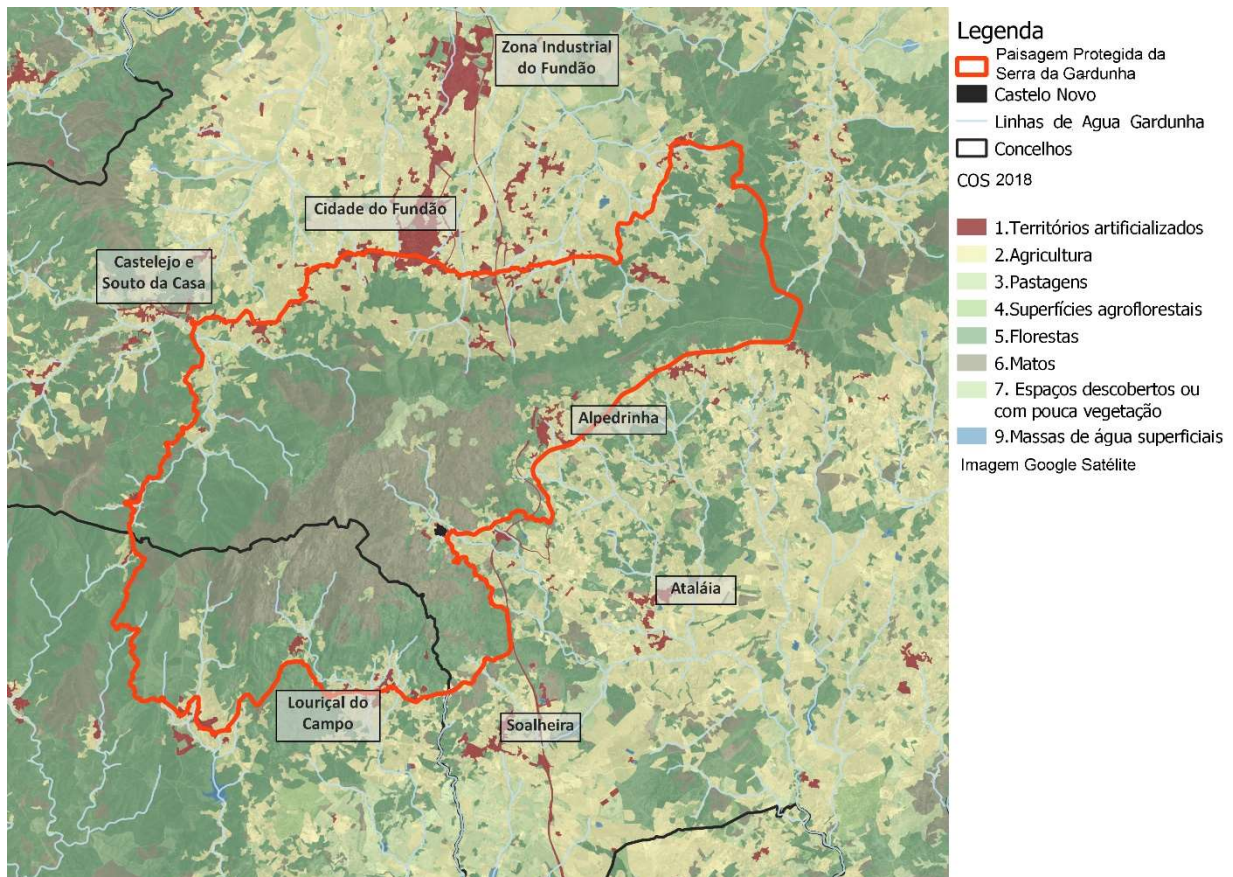


Figura 2 Mapa de Caracterização do Uso do Solo (COS 2018) e linhas de água

A Serra da Gardunha faz parte da Cordilheira Central Ibérica, a sul da Serra da Estrela separando a superfície de Castelo Branco da depressão da Cova da Beira.

É uma paisagem única, marcada pelo relevo elevado e montanhoso de cumes desnudados e vertentes preenchidas com vegetação arbórea. Na caracterização de Cancela d’Abreu, esta é associada às Serras de Alvelos e do Moradal que se estendem ambas para oeste, formando uma subunidade da paisagem do “Pinhal do Centro”.

O Pinhal do Centro é uma paisagem com relevo homogéneo e ondulado sendo precisamente no conjunto das três serras onde este é mais expressivo. Localiza-se na bacia hidrográfica do Rio Zêzere, e é caracterizada pela presença homogénea e quase contínua de floresta de pinhal e eucaliptal. Era considerado (à data da publicação) um dos maiores maciços florestais da península ibérica, e até da Europa (Cancela d’Abreu, A, 2002).

A Gardunha é um exemplo único de diversidade biológica e paisagística pois, apesar da sua pequena área geográfica, possui elementos únicos característicos tanto do norte, centro e sul do país, conferindo-lhe uma singularidade especial.

É de notar a importância e forte relação da Aldeia Histórica de Castelo Novo com um património histórico e cultural importante, com um antigo castelo e uma organização do povoado típica, localizado a 650 m de altitude, na encosta sudeste da Serra.

3.2 Caracterização Biofísica

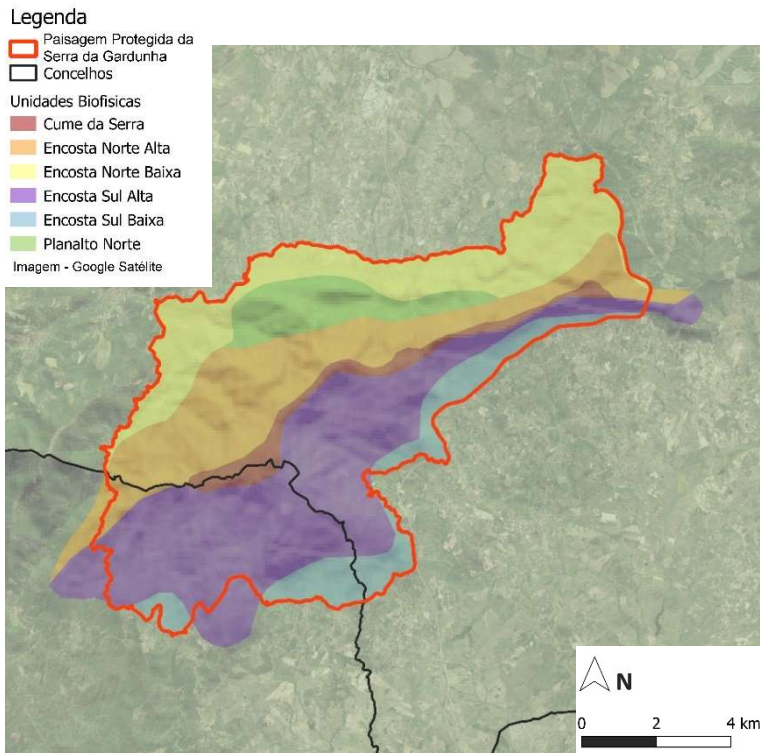


Figura 3 Carta das Unidades Biofísicas

O que mais caracteriza a paisagem da Serra da Gardunha, dando origem a sua variedade de elementos e características, é a sua topografia resultado de um mega dobramento geológico que atravessa o sul do município do Fundão no sentido Sudoeste – Nordeste. A Paisagem é caracterizada por um relevo acentuado culminando no ponto mais alto da serra, a Sudoeste, o Cabeço de Atalaia, com uma altura máxima de 1227 metros

(ver anexo A2).

Devido a esta morfologia, a Serra pode ser dividida em duas grandes unidades biofísicas (ver anexo A3):

- A vertente Norte, com alguma influência atlântica, e com maior pluviosidade onde assenta a cidade do Fundão (representado com cores quentes, figura 3);
- E a vertente Sul, com um micro-clima mais seco e mediterrâneo, passando a englobar parte da superfície de Castelo Branco, com planícies mais baixas. É nesta vertente que se localiza, a sudoeste, a bacia hidrográfica de cabeceira da Ribeira de Alpreade, onde se localiza a Vila de Castelo Novo (representado com cores frias, figura 3).

Geologicamente, a serra é composta maioritariamente por Granitos e rochas resultantes da sua meteorização apresentando a oeste formações antigas de xistos metamórficos (ver anexo A5). A acentuada topografia da Serra origina linhas de água em vales encaixados onde, devido à deposição de sedimentos, se localizam os solos mais férteis

da região e com maior importância para a sua preservação. Por esse motivo estes são protegidos pela Reserva Agrícola Nacional.

A diversidade da vida selvagem e do ambiente natural da serra é diretamente influenciada pela sua geologia e topografia, que permite a presença de endemismos. A riqueza e diversidade da flora é notável em todas as vertentes da Serra e constitui um importante património natural a ser preservado. Por estes motivos a Serra da Gardunha foi considerada Sítio (posteriormente denominado por ZEC) pela diretiva Habitats da União Europeia e incluída na Rede Natura 2000.

3.3.5 Património Natural

Para a análise realizada sobre a paisagem, foram considerados duas cartografias disponíveis para a identificação do património natural existente na área proposta:

1. A **cartografia recente do ICNF** (ICNF, 2021) para a área da ZEC da Serra da Gardunha, disponibilizada no geocatálogo do ICNF, e utilizada para os planos de gestão das Zonas Especiais de Conservação e das Zonas de Proteção Especial (ZEC e ZPE). Nela são identificados os tipos de habitats protegidos pela Diretiva Habitats. A Cartografia apresentada é a apresentada na versão do PG da ZEC Serra da Gardunha que foi disponibilizada aos Municípios (entre outras entidades) no âmbito da Consulta Dirigida que teve lugar na elaboração deste Plano de Gestão.
2. A Carta de Ocupação do Solo de 2018 (COS 2018), com uma precisão de representação mais generalizada e menos precisa. Nela são considerados as classes de: matos, florestas de outras folhosas, florestas de sobreiro, florestas de outros carvalhos e florestas de castanheiro.

Foram ainda consideradas as classes de ocupação por sistemas agroflorestais de sobreiro, azinheira e outros carvalhos, massas de água, pastagens e agricultura com espaços naturais e, por fim, florestas de espécies invasoras.

Na delimitação dos habitats ripícolas, caracterizado pela ocupação de “florestas de outras folhosas” foi feita uma análise crítica da mesma considerando a presença ou não de linhas de água nas suas proximidades.

Uma vez que existe uma cartografia mais recente, com maior detalhe e preocupação específica para os valores naturais, a cartografia do ICNF de 2021, dentro dos limites da ZEC, foi priorizada sendo que muitas vezes entrava em discordância com a

delimitação feita pela COS de 2018. Fora dos limites da ZEC foi considerada uma adaptação mais crítica da delimitação da COS 2018.

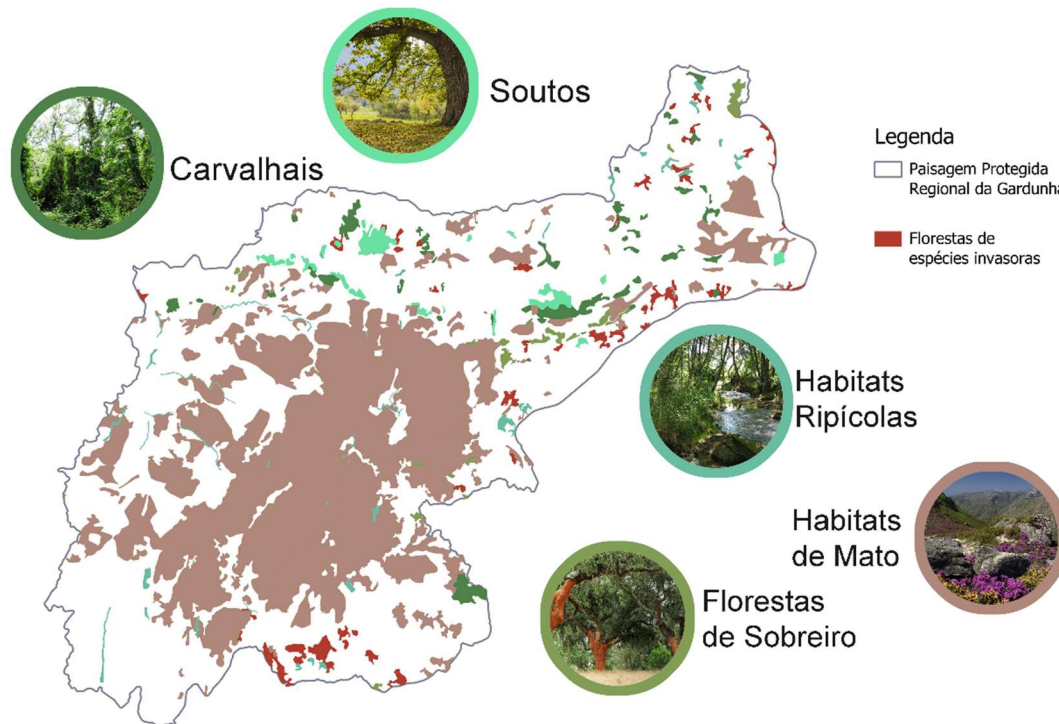


Figura 4 Mapa do Património Natural

Os tipos de habitats alvo do Plano de Gestão da ZEC da Serra da Gardunha foram agrupados em 5 grupos: Habitats de mato, Habitats Ripícolas, Carvalhais (galaico-portugueses), Soutos (Florestas de Castanheiro) e Florestas de Sobreiro.

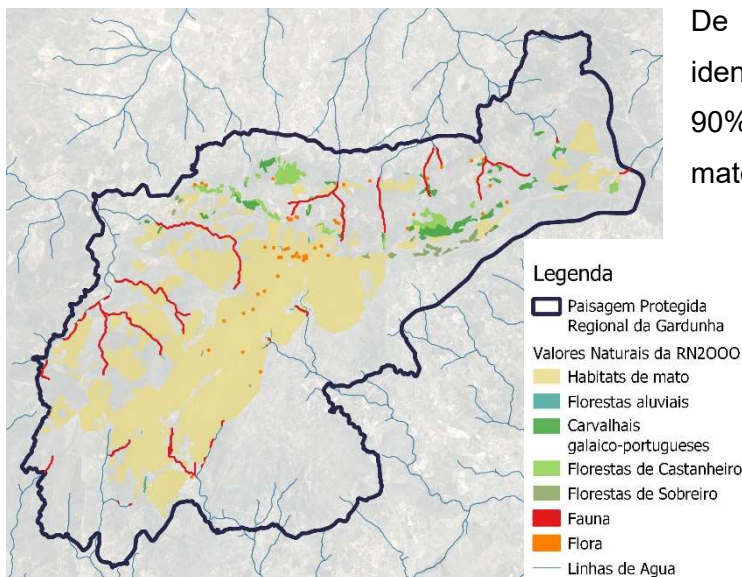


Figura 5 Localização do Património Natural protegido pela ZEC da Serra da Gardunha

De todo o património natural identificado, é de realçar que quase 90% deste corresponde a habitats de matos que englobam (na nomenclatura abreviada da diretiva habitats): charnecas secas europeias, charnecas oromediterrânicas endémicas, charnecas termomediterrânicas pré-desérticos, Subestepes de gramíneas e anuais e rochas siliciosas com vegetação pioneira.

Os carvalhais ocupam quase 5% e localizam-se maioritariamente na encosta norte, e os tipos de habitat ripícolas (florestas aluviais) representam cerca de 3%.

Nesta última tipologia localiza-se a maioria dos valores da fauna protegida existente. Os valores de flora distribuem-se pelas áreas de mato na encosta sul e norte.

Outro facto que é bastante espectável é que cerca de 74% destas áreas naturais se localizam dentro da Zona Especial de Conservação (ZEC) mas ocupa apenas 37% de toda a Paisagem Protegida Regional.

Para além do património natural vivo, existem ainda várias estruturas com valor histórico cultural importante para a região, assim como formações geológicas importantes:

Na região de Castelo Velho, localizada a uma cota de 1006 a 1029 metros, encontram-se cinco afloramentos graníticos de evidente valor geológico, destacando-se o bloco de 'Fraturação Poligonal', o 'Bloco Fendido', os 'Blocos Residuais' e alguns 'Tor'. Esses afloramentos possuem um alto valor geológico à escala mundial,

3.3 Caracterização Socioeconómica

3.3.1 População

Ano	Conselhos	Alojamentos			População residente			
		N.º	%	Evolução 11 - 21 (%)	N.º	Densidade hab/km2	% em relação aos concelhos	Evolução 11 - 21 (%)
2021	Castelo Branco	39666		3,3%	52272	36,3		-6,8%
	Fundão	22531		2,1%	26503	37,9		-9,3%
	Freguesias incluídas na PPR Gardunha	15610	25,1%	2,1%	19690	50,9	25,0%	-8,9%
2011	Castelo Branco	38382			56109	39,0		
	Fundão	22058			29213	41,7		
	Freguesias incluídas na PPR Gardunha	15293	25,3%		21613	55,9	25,3%	

À semelhança do que assistimos na maioria dos territórios rurais do interior país, a população

residente dos concelhos que integram

a paisagem da Serra da Gardunha tem sofrido um decréscimo acentuado ao longo dos últimos anos, proveniente de um êxodo rural da população, perda de interesse pelas atividades agrícolas e a carência de serviços e oportunidade de empregos.

Nota-se um decréscimo populacional com um aumento das faixas etárias mais velhas. O decréscimo populacional entre 2011 e 2021 de Castelo Branco e do Fundão foi de 7% e 9% respetivamente, ambos com valores acima do dobro da Região Centro e da média de Portugal Continental, com 3% e 1,1%, respetivamente. As freguesias mais afetadas são, São Vicente da Beira e Fatela, com uma perda populacional de quase ¼.

Tabela 1 Caracterização demográfica

Apesar disto, é de realçar o aumento do números de alojamentos o que indica que uma maior percentagem destes alojamentos se trata de alojamentos temporários e/ou turísticos e/ou o abandono de propriedades o que leva a um risco de deterioração do património contruído (ver anexo A15).

3.3.2 Comércio e Serviços

Apesar do município do Fundão apresentar baixos valores económicos em relação à media nacional e mesmo em comparação com o município de Castelo Branco, como o próximo capítulo o demonstra, o fundão tem sido o centro de muitas iniciativas inovadoras.

A autarquia tem sido envolvida e reconhecida por estar integrada em projetos europeus como o Projeto Plenty-Life, no âmbito do eixo da transição para as energias limpas do Programa Life e o Programa ECO XX, um programa de educação para a sustentabilidade.

Próximo da nossa área de proposta apenas encontramos o Hospital Publico do Fundão e 3 clínicas hospitalares mais outras 3 clínicas dentárias, todas localizadas no centro da cidade do Fundão, a norte da serra.

A maioria dos serviços como Correios, Centros Comerciais e supermercados estão localizados no centro da Cidade do Fundão e fracamente distribuídos pelas freguesias de Alcongosta, Alpedrinha e Soalheira.

Em relação a serviços como polícia e bombeiros, estes existem nas cidades do Fundão e de Castelo Branco, existindo também duas unidades de Bombeiros Voluntários e um posto da GNR, a sul da Serra com relativa proximidade, na freguesia de Soalheira (Fundão) e de São Vicente da Beira (Castelo Branco).

O sistema de Transportes Públicos é muito precário existindo apenas duas operadores, a rodoviária da Beira Interior – Transdev e a Auto Transportes do Fundão com oito percursos (Carreira) que operam apenas durante o dia em média quatro vezes por dia (dois horários de manhã e dois horários de tarde).

O Território da Serra é percorível também por uma ferroviária que liga o centro do Fundão à cidade de Castelo Branco, contornando a Serra pela margem nascente, passando pelo centro urbano de Castelo Novo. Nesta passam linhas regionais e intercidades que conectam principalmente a Lisboa, Guarda, Covilhã e Castelo Branco.

A serra possui uma rede rodoviária muito precária sendo atravessada no eixo Norte-Sul pela autoestrada A23 atravessando a crista da serra por um túnel, o Túnel da Gardunha (ver anexo A21).

3.3.3 Áreas de Produção (Silvicultura; Agricultura; Pastorícia; Pecuária; Industrial)

O município do Fundão tem se interessado pelo crescimento e competitividade económica da região, tendo, no âmbito da estratégia municipal em matéria de atração de investimento, fomento da inovação e promoção do emprego, atribuído o estatuto de interesse municipal a 3 empresas, ainda que nenhuma delas seja sediada dentro dos limites da nossa área de intervenção nem estejam relacionadas com atividades agrícolas ou florestais.

As atividades de maior impacto e alvo de maior consideração no plano de gestão da paisagem estão relacionadas com o uso e ocupação do solo, nomeadamente a agricultura, pecuária, silvicultura e produção de energias renováveis. Outras atividades, como extração mineira e aquicultura, não são expressivas na região e, portanto, não foram consideradas.



Figura 6 Central Eólica da Gardunha (total-eren.com)

energias renováveis do EREN Groupe.

A Central Eólica da Gardunha é uma das maiores explorações de Portugal, tendo um forte impacto económico na região. Composto por 57 turbinas, os 294 GWh de eletricidade de baixo carbono gerada na Serra da Gardunha reduzem 138 mil toneladas de emissões de CO₂ por ano. Esta Central pertence a uma rede nacional de parques eólicos da empresa Total Eren, filial de

A agricultura familiar desempenha um papel fundamental no contexto económico da região. Deve-se ter em consideração que 90% das explorações agrícolas são de conta própria (ver anexo A9). Ainda que as áreas florestais ocupem a maior percentagem do território, com destaque para o pinhal e o eucaliptal, a agricultura representa cerca de

18% do território, e cerca de quase metade dela corresponde a áreas de pomares, seguindo-se os mosaicos culturais e parcelares complexos e os olivais.

As diferenças entre as duas unidades de paisagem fazem-se notar na predominância das culturas permanentes, datadas do último recenseamento agrícola de 2019 (figura 4). Ainda que, nas freguesias incluídas na PPR da Gardunha, de forma geral, a cultura permanente predominante seja o olival, este surge em maior dominância nas freguesias do sul. Nas freguesias a norte, esta predominância não é tão notada e surge com uma maior percentagem de cerejal. Em relação aos pomares, a norte há uma dominância do cerejal enquanto a sul esta se distribui entre cerejeiras e pessegueiros (ver anexo A12).

A exploração pecuária não é tão expressiva sendo que predomina o gado ovino com maior destaque para a União de Freguesias do Fundão e (outras) com uma média de 18.5 número de animais por hectare de exploração agrícola (ver anexo A10).

Este baixo número de animais de pastoreio é perceptível pelas reduzidas áreas de pastoreio como as pastagens, ainda que existam elevadas áreas de matos, principalmente a sul da Serra, e áreas florestais.

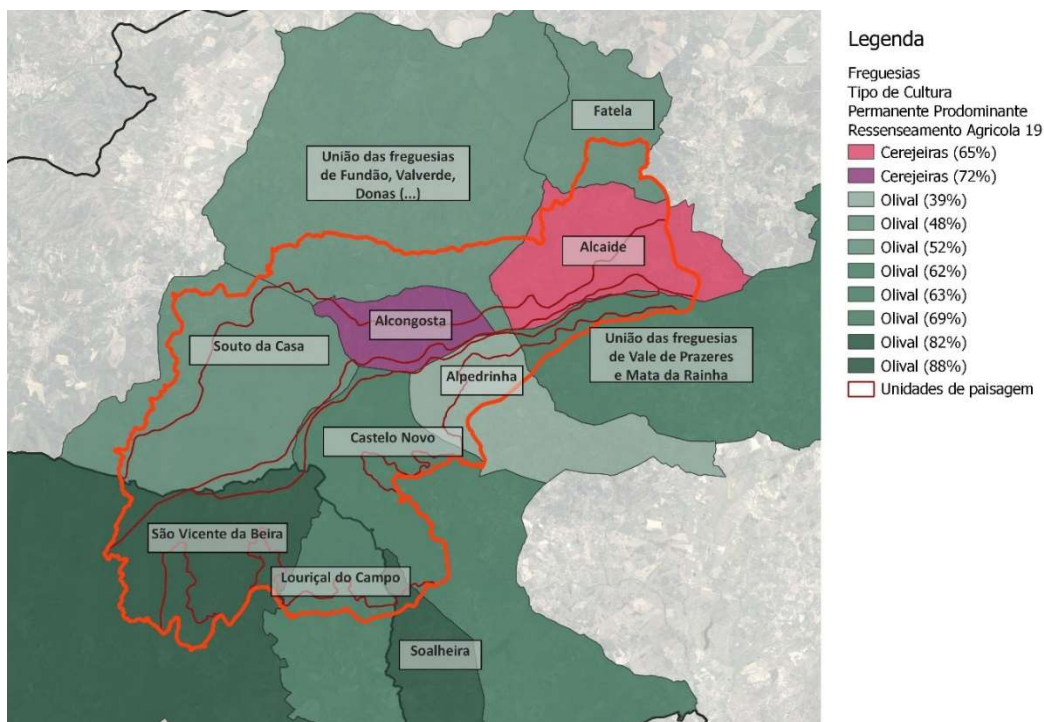


Figura 7 Predominância do tipo de culturas permanentes por freguesia (Recenseamento Agrícola 2019)

3.3.4 Forma de ocupação antrópica

De acordo com os dados dos censos de 2021, a média de proporção de alojamentos familiares clássicos vagos para as freguesias incluídas na PPR-Gardunha é de 15,6%,

acima da média nacional de 12%. As freguesias com maior índice são as de Fatela, União de Freguesias de Vale de Prazeres e Mata da Rainha e Alcongosta sendo que a freguesia de Alcongosta está completamente incluída na PPR (ver anexo A14).

Referente aos dados para estas freguesias, em média, 92% dos edifícios das freguesias são unifamiliares, existindo uma discrepância na freguesias do centro do município do Fundão, a União de Freguesias do Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes, e Aldeia Nova do Cabo, onde se concentram a maior parte dos alojamentos familiares, cerca de 64% de todas as freguesias incluídas na PPR (ver anexo A15).

Cerca de 31% dos edifícios datam a sua construção entre 1961 e 1980 tendo existido um grande crescimento urbano entre 1991 e 2005 com cerca de 21% de todos os edifícios das freguesias incluídas da PPR. A grande maioria dos edifícios não possuem necessidades de reparação, contudo, há três freguesias que fogem a este padrão: Castelo Novo, Fatela e a União de freguesias de Prazeres e Mata da Rainha em que cerca de 79%, 53% e 55% respetivamente precisa de reparações (a diferentes níveis). Vale a pena realçar que a freguesia de Castelo Novo inclui patrimónios imóveis e culturais importantíssimos para esta paisagem.

3.3.6 Património Cultural

O Património Cultural construído é identificado pelo PDM do Fundão e é constituído e classificado na Rede Nacional de Áreas Protegidas, não existindo património classificado na área abrangida pela PPR-Gardunha dentro do município de Castelo Branco. Deste conjunto identificamos (Figura 7):

1. Conjuntos de Interesse Público
 - Aldeia de Castelo Novo
 - Centro de Interpretação das Rotas da Transumância / Palácio do Picadeiro
 - Zona Histórica de Alpedrinha
2. Imóvel de Interesse Público
 - Capela do Leão e Fonte Monumental
 - Casa do Paço das Donas
 - Igreja da Misericórdia do Fundão
 - Igreja matriz de Aldeia de Joanes
 - Pelourinho de Alpedrinha
 - Pelourinho de Castelo Novo

- Vias antigas em Alpedrinha e Castelo Novo (em vias de Classificação)
- 3. Monumento de Interesse Municipal
 - Casa do Cimo
 - Antigo Seminário Menor do Fundão
 - Convento de Santo António do Fundão
 - Capela de São Francisco
 - Capela do Espírito Santo
- 4. Monumento Nacional
 - Pelourinho do Fundão
- 5. Sítio de Interesse Público
 - Ruínas Romanas da Quinta do Ervedal

Para além do património classificado, existem ainda várias estruturas com valor histórico cultural importante para a região, assim como formações geológicas importantes:



Figura 8 Antiga Câmara Municipal de Castelo Novo (Maria João Proença - Joland Blog)

Na região de Castelo Velho, localizada a uma cota de 1006 a 1029 metros, encontram-se cinco afloramentos graníticos de evidente valor geológico, destacando-se o bloco de 'Fraturação Poligonal', o 'Bloco Fendido', os 'Blocos Residuais' e alguns 'Tor'. Esses afloramentos possuem um alto valor geológico à escala mundial,

São ainda identificados dois conjuntos habitacionais (um deles classificado) enquadrados na estratégia turística nacional da Rede de Aldeias Históricas de Portugal e as Aldeias de Montanha.

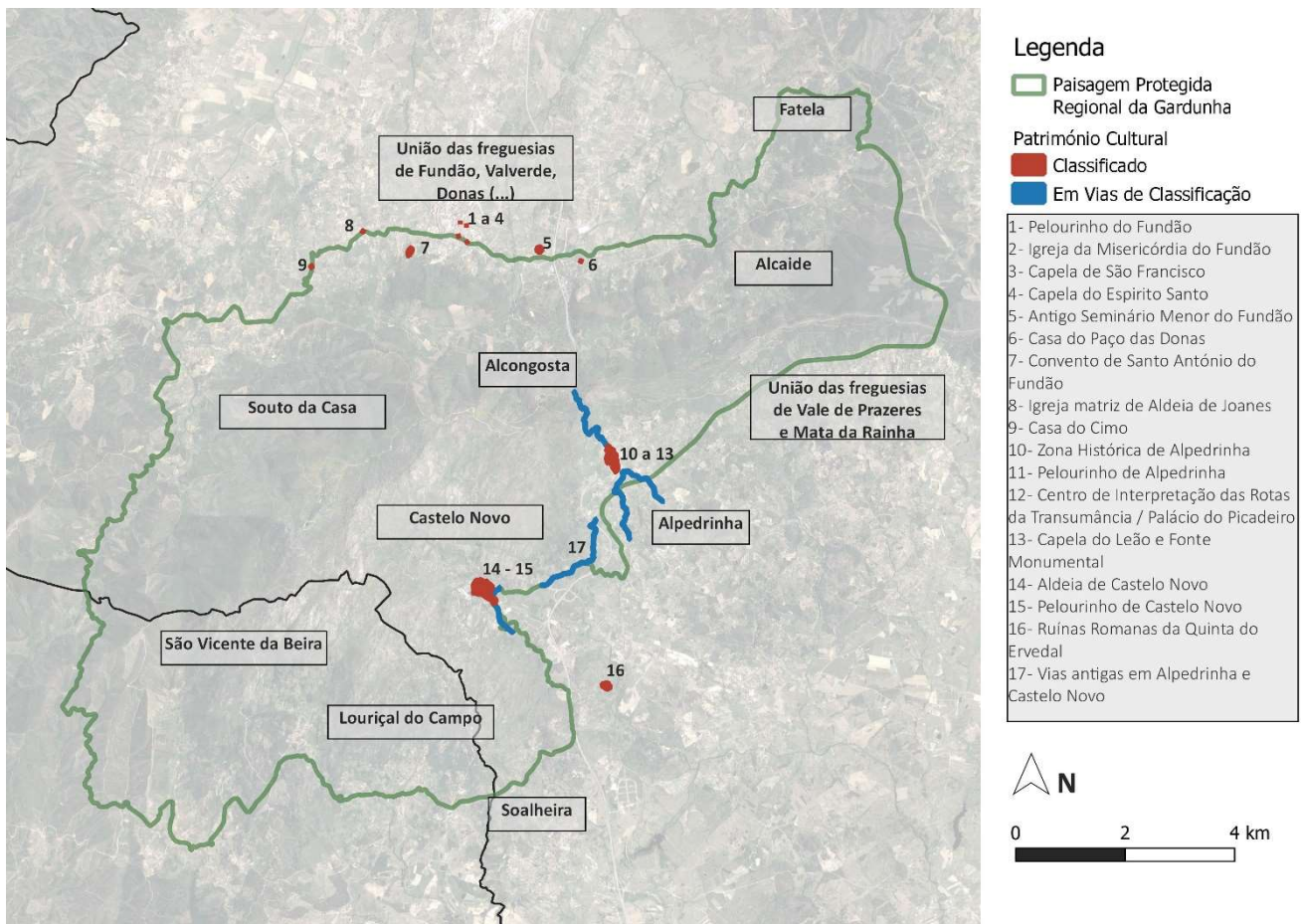


Figura 9 Carta do Património Cultural

3.3.7 Turismo

O atual *site* de promoção turística da Serra da Gardunha (serradagardunha.org) disponibiliza já um conjunto de 11 percursos pedestres que englobam locais repletos de património natural, paisagístico e histórico-cultural e trilhos de corrida e BTT.

Destacam-se algumas rotas como:

— **Rota da Gardunha** – Este percurso pedestre começa em Louriçal do Campo e passa pela igreja Matriz de S. Bento. Continuando em direção à Baldeira, é possível apreciar um miradouro com vista panorâmica para o anfiteatro natural de Castelo Novo. No alto do Castelo Velho, encontra-se um relevo granítico peculiar e uma diversidade botânica rica. Passando pela nascente do Rio Ocreza, a rota termina na Torre de Louriçal do Campo.

— **Rota da Cereja** – Este percurso circular que tem início em Alcongosta, passando pela Casa da Floresta. Ao longo do caminho, é possível observar a única oficina de esparto da região

(esparto é uma planta utilizada desde tempos imemoriais para produzir cordas, tapetes e uma variedade de utensílios utilizados na agricultura e na pesca), os cerejais e a Ribeira do Alcambar. O percurso engloba ainda a Quinta de São Gonçalo, florestas de castanheiros, trilhos naturais e antigos caminhos romanos e proporciona uma experiência sensorial que varia com as estações do ano, com a floração primaveril das cerejeiras, os frutos no verão e as cores outonais.



Figura 10 Fotografia por Inês Rita (alltrails.com)

3.4 Unidades de Paisagem

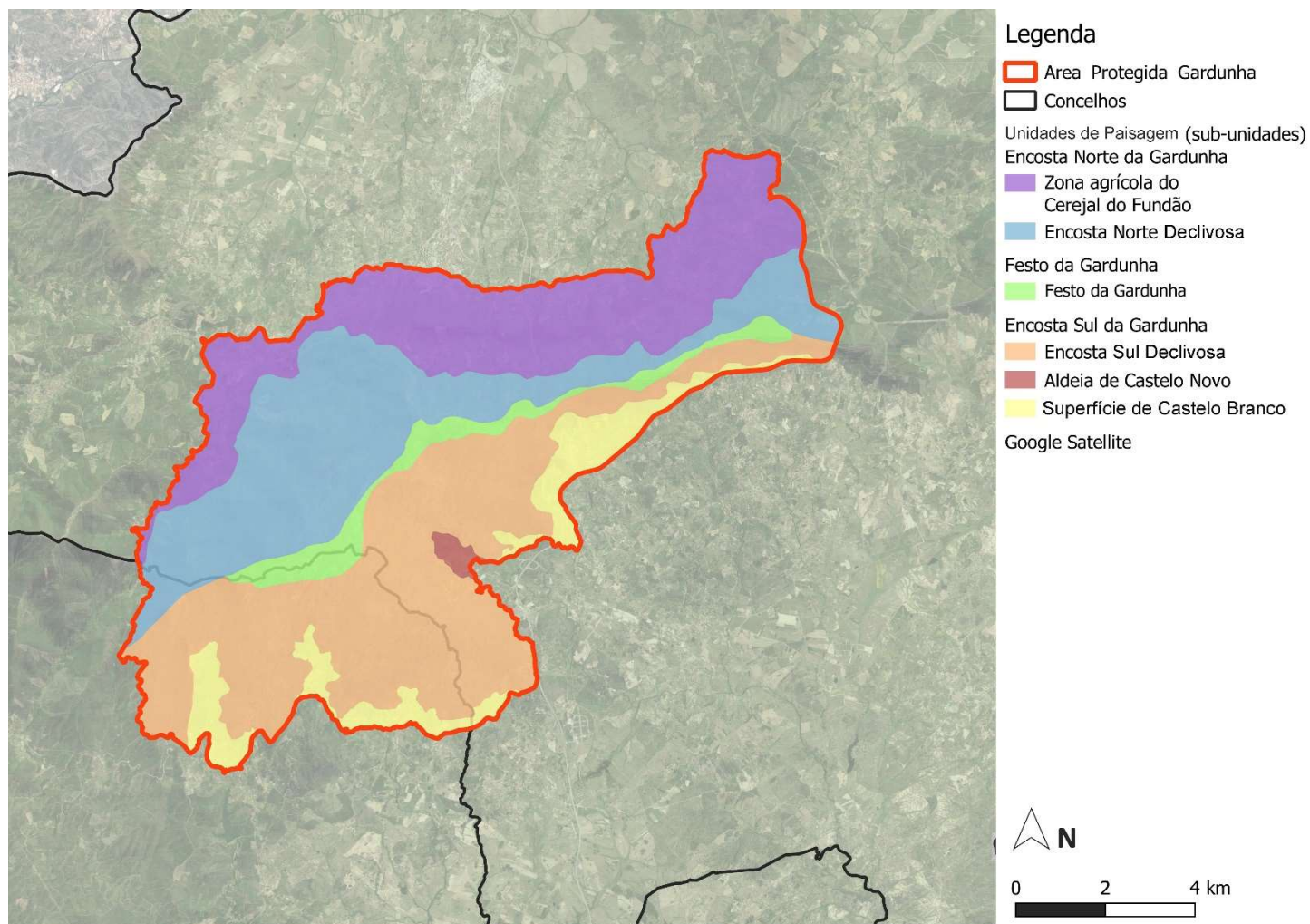


Figura 11 Carta de Unidades de Paisagem

Nesta síntese de análise foram definidas 3 Unidades de Paisagem que se subdividem em 6 Subunidades de Paisagem.

As unidades de paisagem são identificadas pelas macro características da Serra e descritas como paisagens complexas e diversificadas no seu uso e função. Estas são diferenciadas em subunidades que refletem diferenças quanto aos declives o que reflete uma diferenciação na predominância de usos de solo. Nas áreas mais altas e declivosas da serra, predominam as áreas florestais enquanto a população se estabelece nas áreas de vales mais planas e baixas.

Encosta Norte da Gardunha (ENG)

A encosta norte da gardunha apresenta características muito distintas da encosta voltada a sul: com temperaturas médias inferiores e maior pluviosidade, devido a uma maior influencia atlântica resultante da sua orientação a noroeste.

Zona Agrícola do Fundão

Esta subunidade de paisagem, a norte da Serra, corresponde às áreas mais baixas e planas da serra. Com uma forte relação com o núcleo urbano do município do Fundão, é ocupada principalmente por áreas agrícolas de pomares e olivais.

É de realçar o intercalar de áreas de pomares e florestais que ocorrem naturalmente pela morfologia da serra formando um anel de áreas florestais intercalado com as áreas agrícolas.

O crescimento deste produto regional tem sido incentivado pelo município do Fundão ao longo dos anos, contudo representa um problema na conservação e manutenção dos espaços naturais uma



Figura 12 Cerejal (aldeiasdoxisto.pt)

vez que se tem assistido a um aumento das áreas de pomares de produção intensiva e à perda de parcelas agrícolas complexas e com maior diversidade de usos. Para além disso o cerejal tem sofrido um grave problema derivado de uma praga, a *drasófila suzukii*, uma mosca exótica que prejudica as colheitas de frutas. Por este motivo, município tem aplicado estratégias como “armadilhas inteligentes” para controlar esta praga.

Encosta Norte Declivosa



Figura 13 Fotografia por: David Caetano (serradagardunha.org)

Esta encosta de declives acentuados, ao contrário da encosta sul, é maioritariamente ocupada por áreas florestais de eucalipto e pinheiro (72%) onde ocorrem pontualmente áreas naturais com espécies vegetais e animais

características de uma paisagem ancestral e quase intacta pelo homem.

Património Natural

A flora presente na vertente Norte da Serra da Gardunha é caracterizada por habitats bem conservados de castanheiros (*Castanea sativa*) e carvalhos, incluindo carvalho-robusto ou alvarinho (*Quercus robur*) e carvalho-negral ou carvalho-pardo-das-beiras (*Quercus pyrenaica*). Estes bosques são muitas vezes acompanhados pela presença da abrótea (*Asphodelus bento-rainhae*), um endemismo lusitano exclusivo deste sistema montanhoso. Nestas formações podem surgir outras espécies arbóreas, como *Sorbus latifolia* e *Sorbus torminalis*. Nas linhas de água permanentes, encontramos principalmente *Alnus glutinosa* e *Fraxinus angustifolia*, pontualmente aparecendo *Ulmus glabra* e *Corylus avellana*, enquanto que nas linhas de água temporárias é possível observar *Salix atrocinerea*.

Festo da Gardunha (FG)

Esta UP corresponde às áreas relativamente planas localizadas no cume da serra e diferenciam-se por ser uma paisagem maioritariamente desprovida de coberto florestal. Apresenta uma ótima oportunidade turística devido às vistas privilegiadas. Esta subunidade de paisagem é crucial para a interação entre as duas encostas apresentando um desafio na questão da mobilidade.

Devido à boa relação com a natureza e às vistas privilegiadas, nesta subUP localiza-se um dos complexos turísticos mais conhecidos da região, o Gardunha Glamping Park.

Devido à sua elevação, localiza-se aqui também um grande parque eólico com cerca de 57 turbinas distribuídas pela paisagem.



Figura 14 Glamping Park (Vaga.mundos.pt)

De momento apresenta vias de ligação rodoviária com condições rurais e alguns trilhos que se estendem para as encostas onde se pratica desportos como BTT, caminhadas e passeios turísticos de bicicleta ou pedestres. São algumas as associações de passeios rurais como os Caminheiros da Gardunha, a Gardunha Viva ou o Posto de Turismo do Fundão que disponibiliza o aluguer de bicicletas elétricas, não elétricas e de montanha.

Encosta Sul da Gardunha (ESG)

A Paisagem da encosta sul diferencia-se da encosta norte devido principalmente por estar voltada a Sudoeste o que se traduz num clima com influência mediterrânica e com maior exposição solar o que irá influenciar totalmente na composição da paisagem.



Figura 15 Fotografia por: David Caetano (serradagardunha.org)

Encosta Sul Declivosa

Ainda que ambas as encostas sejam dominadas por áreas florestais com predominância de pinhal (*Pinus pinaster*), com cerca de 67% de toda a área florestal seguindo-se o eucaliptal, na encosta sul esta predominância cai para os 46%, aumentando as áreas de matos, com 33%, onde ocorrem formações naturais e seminaturais detentoras de uma significativa e valiosa diversidade biológica que faz acrescer o valor paisagístico desta região.

Património Natural

É possível encontrar uma grande variedade de formações arbustivas, incluindo urzais e urzais-estevais mediterrânicos não litorais e comunidades de montanha de caldoneira (*Echinopartum ibericum*), um endemismo ibérico. Estes matos apresentam formações de giestas amarelas (*Cytisus striatus* e *Cytisus grandiflorus*) e urzais (*Erica umbellata*), acompanhados por carqueja (*Pterospartum tridentatum*). Na vertente Sul e Este da serra, os bosques mistos de *Quercus pyrenaica* e *Quercus suber* são predominantes. É importante mencionar que os matos desta vertente são caracterizados por giestais de flor branca (*Cytisus multiflorus*) e estevais dominados por *Cistus ladanifer*.

Aldeia de Castelo Novo

Esta subunidade (subUP) de paisagem deve o seu destaque à sua importância histórico-cultural. Individualizada da Paisagem da Depressão da Cova da beira, trata-se de uma subunidade maioritariamente agrícola com uma unidade urbana rural no seu centro. Característica pelos afloramentos graníticos, num clima mediterrânico e seco.

Desta forma, o conjunto rural da aldeia diferencia-se da Depressão da Cova da Beira por se localizar a meia encosta da serra, a uma altitude de 650 metros e com declives acentuados.

O seu Castelo do século XII, dá nome à aldeia, contudo este não é o único património imóvel da região possuindo também antigas quintas, como a quinta do Ervedal (fora do limite da PPR-Gardunha, próximo da aldeia de Castelo Novo), e ruínas romanas, próximas à vila de Alpedrinha, no Fundão.

As culturas permanentes predominantes é o Olival ocupando 38%, seguido de Pessegueiros e Cerejeira com 24% e 17% respetivamente. A freguesia possui as maiores áreas de explorações ainda que nominem as de baixa dimensão, de entre 1 a 20 hectares existem, existem uma maior proporção de explorações acima dos 20 hectares (dados do recenseamento agrícola para a Freguesia de CN em 2019).

De acordo com os últimos censos, a população que vive na freguesia de CN tem vindo a diminuir, passando de 406 pessoas, em 2011, para 353 pessoas em 2021. Cerca 34% e 38% desta população tenham mais de 60 anos, respetivamente nos anos de 2011 e 2021.

Metade do território desta subUP é composta por agricultura e pastagens, mais especificamente por mosaicos culturais e parcelares complexos e olivais.

A aldeia histórica de Castelo Novo, inserida na Rede de Aldeias Históricas de Portugal (rAHP), juntamente com o património natural da serra, caracteriza a particularidade única desta Paisagem.

Superfície de Castelo Branco

Esta subunidade de Paisagem (SubUP), que se estende para sul da PPR-Gardunha, trata-se de uma unidade de transição da serra para as planícies da Beira Baixa, com altitudes médias a não ultrapassar os 600 metros.

Cerca de 50% do seu território é ocupado por áreas rurais associadas a agricultura com dominância de olivais e mosaicos culturais e parcelares complexos. As culturas permanentes predominantes são de os pessegueiros e os cerejais.

Repare-se que o próprio traçado desta SubUP acompanha a maioria dos vales da encosta sul da Gardunha por nela se localizarem os terrenos mais férteis do território (protegidos pela RAN).

Nesta encosta surgem muitas cabeças de linhas de água que desaguam numa albufeira importante mais a sul, a albufeira de Santa Águeda ou Albufeira da Marateca.



Figura 16 Encosta Sul da Gardunha (myxistotrails.pt)

3.4.1 Análise SWOT da Paisagem

Forças / Strengths

Geral

- Interesse por parte da autarquia em investir no desenvolvimento socioeconómico do território através competitividade e sustentabilidade dos investimentos e projetos empresariais ainda que estes novos empreendimentos surgem desassociados com os usos do solo agroflorestais;
- Forte motivação nacional e europeia em investir nos territórios rurais permitindo a descentralização das grandes metrópoles;

ENG

- Forte ligação e proximidade com a sede do concelho;
- Diversidade de usos do espaço com intercalar de áreas florestais;

ESG

- Presença de património histórico-cultural milenar único;
- Diversidade de usos do espaço;

Fraquezas / Weakness

Geral

- Fraquíssimo investimento público nos valores económicos da paisagem;
- Predominância dos Minifúndios com parcelas de explorações agrícolas abaixo dos 20 hectares quase sempre de conta própria.

Oportunidades / Opportunities

Geral

- Existência ainda que pontual e reduzida de áreas naturais com uma biodiversidade única do local que atrai a comunidade científica e o turismo de natureza;
- Preocupação e empenho no reconhecimento e gestão da Serra e dos seus valores naturais por parte do Município do Fundão;
- Centralização da maioria da população na sede do Concelho (mais de 50% da população do Fundão vive no centro do concelho);
- Existência de vários grupos e associações de turismo rural com atividades como passeios pedestres.

FG

- Unidade de paisagem de cotas elevadas com ótica valor visual;
- Localização de um empreendimento turístico reconhecido nacionalmente com bom enquadramento paisagístico e com preocupações ambientais.

ENG

- Produção de um produto nacional de excelência, a Cereja do Fundão;

ESG

- Preocupação e maior atenção para as Aldeias Históricas de Portugal com vários planos de investimento turístico;

Ameaças / Threats

Geral

- Grave risco de incêndio por ser uma paisagem maioritariamente ocupada por monocultura de Pinhal e Eucaliptal, muito declivosa e seca;

- Crescimento dos núcleos de mimosas (*Acacia dealbata*) principalmente em áreas áridas;
- Decréscimo populacional e perda do interesse das atividades agrícolas.

ESG

- Património histórico cultural com ainda fraquíssima preocupação em comparação com as AHP's de Monsanto por exemplo. Índices moderadamente elevados de degradação do património construído.

ENG

- Reconversão dos mosaicos culturais e parcelares complexos e dos Sistemas Agroflorestais (SAF) em cerejais de produção intensiva;
- Praga da mosca da fruta (*drasófila suzukii*) e as medidas de controle da mesma.

FG

- A presença bruta das eólicas com grande impacto visual na paisagem.

3.4.2 Objetivos de Qualidade Paisagística

Os Objetivos de Qualidade Paisagística (OQP) são definidos com base na síntese da análise realizada (a análise SWOT) e respondem aos objetivos definidos para cada Unidade de Paisagem de acordo com as “forças” que queremos manter e preservar, as “fraquezas” que pretendemos solucionar, as “oportunidades” que procuramos concretizar e as “ameaças” que queremos evitar. Desta forma, a definição dos OQP constituem um passo intermédio que ajuda e contribui para a definição da proposta.

Serra da Gardunha

1. Proteger e promover a biodiversidade única desta paisagem respeitando os princípios ecológicos elencados.
 - a. Garantir uma dinamização otimizada e sustentável da atividade humana incorporando de forma consciente e respeitadora as áreas naturais da paisagem.
 - b. Incorporar e cumprir as medidas e objetivos dos instrumentos de gestão propostos para salvaguardar e conservar o património natural, simulando e prevendo que atividades podem por em risco estes mesmo objetivos.
 - c. Compreender e atuar sobre o problema dos fogos rurais e como estes afetam significativamente a degradação do património natural proporcionando o aumento das áreas de florestas invasoras,

- aumentando o risco de erosão do solo e o risco de seca devido à diminuição de retenção de água no solo.
- d. Deter o avanço da reconversão agrícola (pomares) e criar alternativas sustentáveis através de sistemas mistos agroflorestais que permitam principalmente assegurar a continuidade ecológica entre comunidades.
 - e. Recuperar as antigas funções de guardas-florestais e guarda-rios.
2. Proteger e promover o património cultural existente na região assim como o associar às especificidades únicas da região como os seus produtos e a sua paisagem.
- a. Dinamizar e promover o turismo rural das Aldeias Históricas de Portugal através da competitividade saudável entre aldeias e do incentivo de investimentos locais usando exemplos bem-sucedidos como Belmonte e Monsanto.
 - b. Recuperar os centros urbanos onde se localizam o património cultural e natural mais importante utilizando instrumentos como as Áreas de Recuperação Urbana (ARU's) dos municípios.
 - c. Incorporar as particularidades da paisagem como a cereja do fundão, os miradouros da serra e a própria paisagem da serra num roteiro turístico diferenciado.

Encosta Norte da Gardunha

1. Manter o carácter diversificado da paisagem integrando e relacionando as áreas florestais produtivas, os espaços agrícolas e as áreas naturais.
2. Melhorar a acessibilidade à serra optando por uma hierarquização de vias considerando os pontos, espaços e estruturas mais importantes.
3. Incentivar o investimento económico nas atividades agrícolas e florestais assegurando as boas praticas de uso e gestão do solo.

Festo da Gardunha

1. Formalizar o conjunto de trilhos e miradouros existentes criando conexões entre ambas as encostas e assegurando a incorporação de pontos turísticos importantes.
2. Proteger esta UP do risco de erosão criado por atividades como a circulação automóvel e as queimadas.
3. Converter os poucos sistemas agrícolas existentes em sistemas agroflorestais.

Encosta Sul da Gardunha

1. Implementar modelos de manutenção e preservação das áreas de matos.
2. Proteger as linhas de água e as nascentes de ribeira das más práticas agrícolas que possam contaminar as águas.
3. Manter o carácter histórico e cultural do núcleo urbano de Castelo Novo.

4 Proposta de Gestão de Paisagem

A proposta baseia-se na análise do território e concretização dos objetivos anteriormente estipulados. Divide-se por:

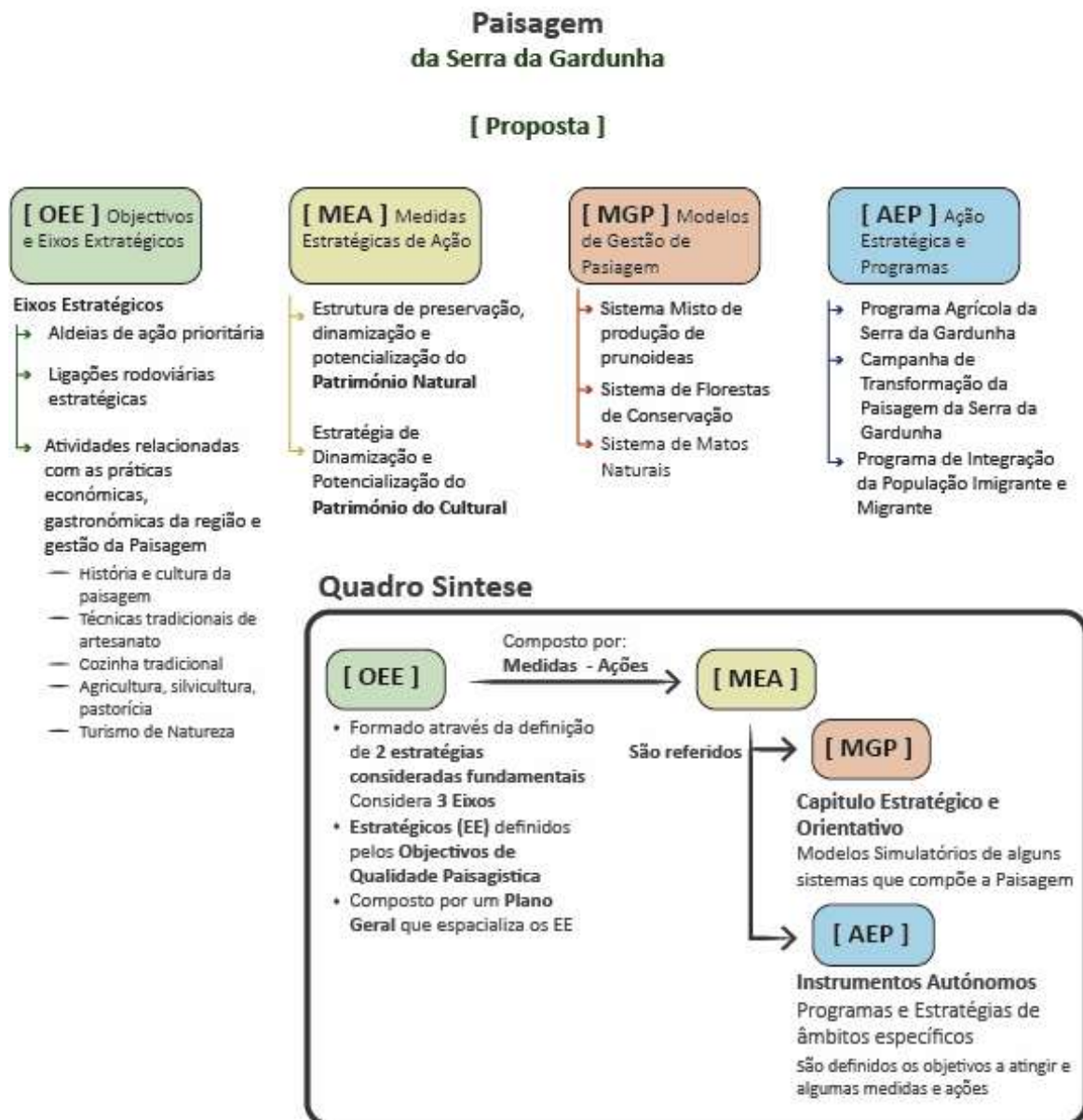


Figura 17 Esquema Síntese da Proposta de Gestão de Paisagem

Objetivos e Eixos Estratégicos (OEE)

Com o objetivo de articular duas oportunidades únicas na paisagem da Serra da Gardunha e consideradas como Estratégias Fundamentais:

- A preservação do Património Natural e a sua viabilização e sustentabilidade.
- A proteção e dinamização do Património Cultural (com destaque para a Aldeia Histórica de Castelo Novo)

Juntas definirão uma estratégia de Desenvolvimento Rural e Dinamização da Paisagem através da análise dos Objetivos de Qualidade Paisagística.

Esta proposta contempla um desenho sobre paisagem identificando e localizando as medidas definidas por Eixos Estratégicos.

Serão elaboradas **Medidas e Estratégias de Ação (MEA)** que correspondem à concretização das Estratégias Fundamentais identificadas na OEE.

Idealmente estas medidas constituirão um plano de ação a ser enquadrado na agenda das autarquias e da Agência de Desenvolvimento da Gardunha 21, adaptado aos recursos e financiamentos disponíveis. Desta forma será possível estabelecer uma prioridade de ação e envolver as entidades responsáveis e parcerias colaborativas.

Serão definidos e descritos **Modelos de Gestão de Paisagem (MGP)**.

Num exercício simulatório e orientador para atividades, como a agricultura e a silvicultura sustentáveis, serão dadas diretivas, devidamente fundamentadas, de como as mesmas deverão ser geridas e mantidas.

Algumas das MEA constituirão Estratégias, Programas e Campanhas Municipais, de âmbitos específicos, que serão definidas num capítulo próprio de **Ação Estratégica e Programas (AEP)**.

4.1 Objetivos e Eixos Estratégicos

4.1.1 Estratégia de preservação, dinamização e potencialização do património natural

Esta estratégia tem como objetivo:

1. Identificar as áreas naturais com elevado valor ecológico;
2. Propor medidas de proteção, conservação e gestão destas áreas;
3. Analisar e propor áreas de intervenção para uma potencialização do património natural seguindo os princípios fundamentais da ecologia.

4.1.2 Estratégia de Dinamização e Potencialização do Património Cultural

Esta estratégia tem como objetivos:

1. Desenvolver estratégias de aproximação e sensibilização da população de forma a desenvolver maior interesse e compreensão pelo património cultural da paisagem.
2. Estimular o turismo cultural sustentável como forma de aumentar a competitividade da economia rural.

4.1.3 Eixos Estratégicos (EE)

Objetivos principais

A presente proposta de gestão de paisagem engloba os seguintes objetivos definidos consoante as necessidades da paisagem e as estratégias descritas anteriormente consideradas fundamentais para a gestão da Serra da Gardunha:

1. Criação de alojamentos locais acessíveis dispersos pelas aldeias da paisagem.
2. Desenvolvimento da mobilidade (preferencialmente) ecológica ou com reduzido impacto sobre a paisagem.
3. Melhoramento das acessibilidades à região. Este objetivo deverá ser enquadrado numa estratégia de âmbito mais abrangente, regional ou nacional uma vez que inclui ações transfronteiriças à Paisagem.
4. Integrar os visitantes em atividades relacionadas com a gestão e manutenção da Paisagem e as suas práticas agro-silvo-pastoris. Incluir o voluntariado e atividades como cursos, workshops, oficinas e seminários.

5. Promover a consolidação de uma estratégia turística única de forma a enriquecer a oferta e valorizar o produto.

São definidos num plano geral os seguintes **Eixos Estratégicos**:

1. Aldeias de ação prioritária com especial interesse sobre a transformação e requalificação urbana.

Nestas devem ser requalificados edifícios existentes para diferentes propósitos. Os edifícios abandonados (considerados vagos) de domínio publico ou cedidos pelos proprietários serão reabilitados com o propósito de serem convertidos em:

- Alojamentos locais;
- Locais de reunião e sede associativa;
- Espaços de dinamização de atividades turísticas e lúdico-recreativas.

A construção de novos edifícios será considerada apenas como último recurso e a integração dos novos projetos arquitetónicos serão orientados com o objetivo de preservar a identidade e características tradicionais da aldeia. Estes deverão respeitar os regimes de edificabilidade expressos nos regulamentos de gestão territorial em vigor.

2. Ligações rodoviárias estratégicas a serem abordadas num programa de mobilidade rural

Com o objetivo de estabelecer formas de mobilidade da população residente e visitante devem ser estudadas projetos de mobilidade ecológica. Apesar de constituir má influência e ameaça ao estado de conservação do património natural, a mobilidade dentro da paisagem é um aspeto importante a considerar numa estratégia de desenvolvimento turístico.

São propostas então, duas ligações consideradas principais tendo em conta as vias rodoviárias principais existentes: as estradas nacionais e regionais e a autoestrada A23. A definição destes dois torços principais como estradas regionais visa o melhoramento do perfil de vias já existentes.

1. No eixo norte-sul que permite a ligação das duas encostas na área mais poente da Serra pelo facto de esta ser apenas atravessada por um acesso, a A23 na zona este da Serra;

2. No eixo este-oeste, ao longo do Festo da Gardunha, numa área mais árida que permita a fácil circulação a uma cota alta e a ligação rápida ao Parque Eólico da Gardunha;

Estas devem ser concretizadas com um modelo de transporte público correlacionado com as empresas turísticas que acolhem os visitantes e devem ter características de mínimo impacto sobre a paisagem como o uso de transportes de reduzidas dimensões e sem serem movidos por combustão interna.

3. Integrar atividades relacionadas com as práticas económicas, gastronómicas da região e gestão da Paisagem

Serão localizados os principais centros onde serão dinamizadas atividades turísticas ou para a população residente que podem estar relacionadas com:

1. História e cultura da paisagem
 - Incluir orientações e guias turísticos nos trilhos já definidos;
 - Promover a divulgação destas atividades.
2. Técnicas tradicionais de artesanato
 - Workshops de artesanato;
 - Feiras de promoção e venda de produtos tradicionais;
3. Cozinha tradicional englobando os principais produtos da região já abordados nos festivais gastronómicos (Anexo 021)
 - Concursos regionais de gastronomia;
 - Formação profissional de cozinha tradicional.
4. Agricultura, silvicultura, pastorícia e Quintas relacionadas
 - Visitas às quintas e às explorações agrícolas;
 - Atividades de grupos de trabalho agrícola guiado com formações recreativas (principalmente na época de colheita);
 - Dinamização das escolas. Integrar as escolas a fazer os percursos pastorícios e agrícolas (pomares).
5. Turismo da Natureza
 - Grupos de voluntariado para o controle e erradicação dos núcleos de espécies invasoras;
 - Grupo de voluntários para fomento da regeneração natural com a plantação de árvores autóctones;
 - Atividades lúdicas e vocacionais para a manutenção de áreas naturais;

— Formação e cursos de boas práticas florestais e prevenção dos fogos florestais

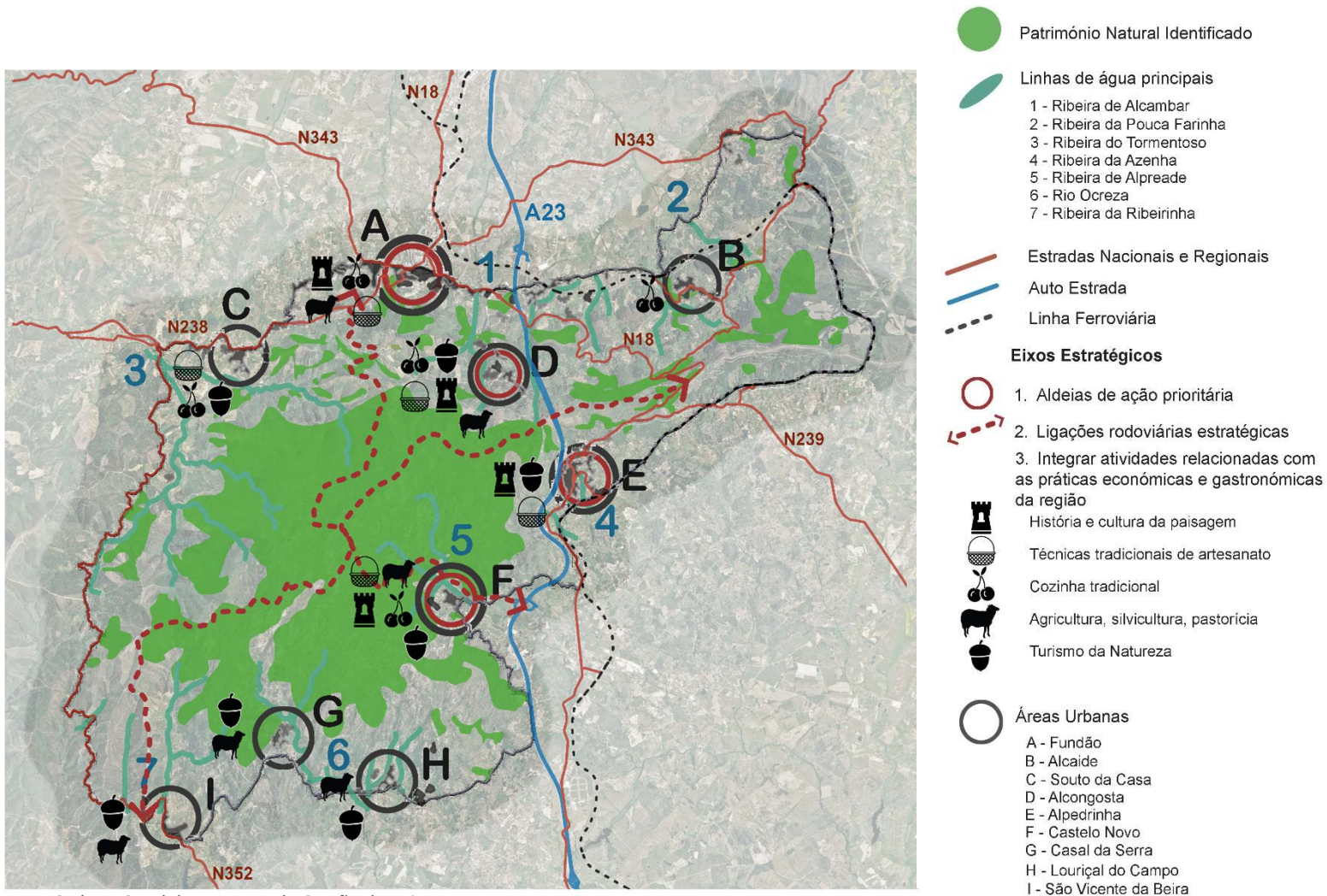


Figura 18 Plano Geral da Proposta de Gestão de Paisagem

4.2 Medidas e Estratégias de Ação

4.2.1 Estrutura de preservação, dinamização e potencialização do património natural

1. Fazer um levantamento do património natural abrangente a toda a Paisagem da Serra da Gardunha semelhante ao feito para a área da ZEC.
 - a. Identificar áreas mais degradadas com necessidades de intervenção e identificar a sua prioridade de atuação:
 - Áreas de expansão de floresta invasora;
 - Área afetadas por doenças e pragas.
 - Áreas de perda considerável de biodiversidade com reduzidos exemplares de espécies ou tipos de habitat;

2. Procurar a consolidação das áreas florestais de carvalho, castanheiros e sobreiro criando corredores de conexão estratégicos através da reconversão do eucaliptal e do pinhal e a adaptação das áreas de produção agrícola.
 - a. No caso das áreas agrícolas, incentivar a conversão para sistemas tradicionais agroflorestais adotando práticas agrícolas modernas. Adotar os sistemas mistos de cereja. (sistema misto de produção de Cerejas e outros frutos)
 - b. Associar à marca da cereja do fundão, um reconhecimento pelas boas práticas agrícolas e pela preocupação ambiental e ecológica.
3. Conservar as Galerias Ripícolas
 - a. Traçar os percursos principais das ribeiras e criar projetos de reconversão de troços não ocupados pelas galerias ripícolas.
 - b. Promover o dinamismo da praia fluvial de Souto da Casa através de uma rede de trilhos e passadiços ao longo da Ribeira. Uma praia fluvial numa paisagem rural do interior do país é um achado único que poderá atrair muito interesse para os visitantes e para a população residente.
 - c. Condicionar as práticas agrícolas das parcelas adjacentes às ribeiras. Estabelecer normas e boas práticas agrícolas adaptadas e tendo em consideração a sua influência às linhas de água.
4. Proteger a paisagem florestal dos fogos rurais criando mecanismos de combate aos incêndios eficazes envolvendo as 3 unidades de bombeiros locais;
 - a. Criar pontos de ajuda de combate a incêndios principalmente na Encosta Norte da Gardunha;
 - b. Avaliar, e concretizar as faixas de gestão de Combustível previstas Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Fundão;
 - c. Criar faixas de menor dimensão como estratégia de gestão florestal à pequena escala. Estas faixas podem ser rotativas e utilizadas como pastagens temporárias para o gado local.
 - d. Fornecer apoio no desmate do sob coberto vegetal das florestas de pinhal e eucaliptal principalmente na pré-época estival. Propor a colaboração dos produtores das explorações de pecuária nas áreas próximas. As restantes devem ser constituídas grupos de trabalho que poderão ser por parte de empresas contratadas pelo município ou por grupos de voluntários.
 - e. Recomendar as boas práticas de gestão florestal e proteção contra incêndios às empresas e proprietários dos terrenos da Paisagem através de seminários e palestras.

4.2.2 Estratégia de Dinamização e Potencialização do Património Cultural

1. Criar uma marca de turismo da Gardunha integrando as principais forças da paisagem.
 - Produtos regionais relacionados com o a cultura local
 - Destaque para a Cereja do Fundão – integrar as principais quintas de produção;
 - Produtos derivados do artesanato;
 - Produtos lácteos como o Queijo.
 - Aldeia Histórica de Castelo Novo
 - Aldeia de Montanha de Alcongosta
 - Aldeia de Alpedrinha
 - a. Criar uma empresa público-privada, com o apoio da autarquia que invista na criação e gestão do Turismo da Serra da Gardunha.
 - b. Desenvolvimento do site existente (serradagardunha.org) para divulgação da Serra da Gardunha como produto turístico ligado aos seus valores económicos.
2. Criar um **Programa de Revitalização do Turismo e Requalificação Urbana** da Serra da Gardunha através de um plano de Ação que identifique as ações e projetos prioritários.
 - a) Englobar os esforços já realizados com a constituição e atuação sob das Áreas de Reabilitação Urbana (ARUs) propostas pelo PDM de Fundão e de Castelo Branco;
 - b) Complementar o regulamento existente associado através de um edital de uso publico apropriado e que proteja o Património incluído na Estratégia Turística tanto de forma de uso e usufruto por parte dos visitantes como da forma de exploração pelas empresas de comercio e turismo locais.
 - c) Promover o Turismo através de campanhas de publicidade e divulgação com recursos das redes sociais e das páginas e sites das Aldeias Históricas de Portugal, Aldeias de Montanha e Camara municipal do Fundão (Cereja do Fundão).
 - d) Promover a criação através de investimentos públicos e privados, de empresas de comercio, artesanato e turismo rural associados às principais aldeias da Serra da Gardunha.

e) Implementar as **Festas de Colheitas**. Um evento anual ou bianual (colheitas da Cereja pré epocal estival, e vindimas pós época estival) de comercio, e festejos regionais. Esta medida pretende retomar uma tradição rural de festejo na época das colheitas agrícolas. Esta medida pretende a aproximação da população aos valores da terra e das atividades agrícolas de modo que esta se interesse pela mesma.

4.3 Modelos de Gestão de Paisagem

Estes modelos foram inspirados o apresentado pelo Plano de Paisagem de Cascais referido no Capítulo dos Projetos de Referência.

Estes 3 sistemas de uso do solo agrícola, florestal e natural, bastante presentes na paisagem da Serra da Gardunha, são um exercício simulatório de como estas áreas deverão ser geridas e mantidas. São dadas diretivas e orientações claras, e sempre justificadas, de como estes sistemas devem ser conduzidos.

4.3.1 Sistema Misto de produção de cereja, pêssegos, damascos e outros frutos

Este modelo de gestão deve ser implementado em áreas agrícolas abandonadas e/ou com baixa produtividade econômica com o objetivo de promover as boas práticas agrícolas e estabelecer uma simbiose entre os papéis ecológicos e econômicos destes ecossistemas.

A incorporação deste sistema no atual plano de gestão não pretende constituir um guia prático e específico para as práticas agrícolas. Pretende sim fornecer orientações e opções de gestão que, além de melhorar a qualidade da produção, contribuem para a sustentabilidade destes ecossistemas humanos.

As práticas agrícolas consideradas foram adaptadas do manual das “Normas Técnicas para a Produção Integrada de Prunóideas”, dirigido pela Direção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural, e a incorporação de princípios ecológicos básicos. Estas práticas permitem o desenvolvimento econômico da agricultura rural municipal, através da adoção de técnicas eficientes de cultivo, a gestão adequada dos recursos naturais e a otimização dos processos de colheita.

A opção de incorporar variedade de colheitas pretende contrariar a atual tendência da produção exclusiva da cereja pela região. Ainda que a diversidade de produções numa mesma paisagem implique problemas como um esforço na diferenciação dos modelos de manutenção e produção, épocas e métodos de colheita diferentes e menor rentabilidade para determinados produtos, esta possui outras várias vantagens. Incentivar à diversidade de colheitas permite uma maior resiliência dos sistemas agrícolas para problemas como as pragas, fertilidade do solo, aumento da rentabilidade por área e a facilidade do escoamento dos produtos. Para além disso, o

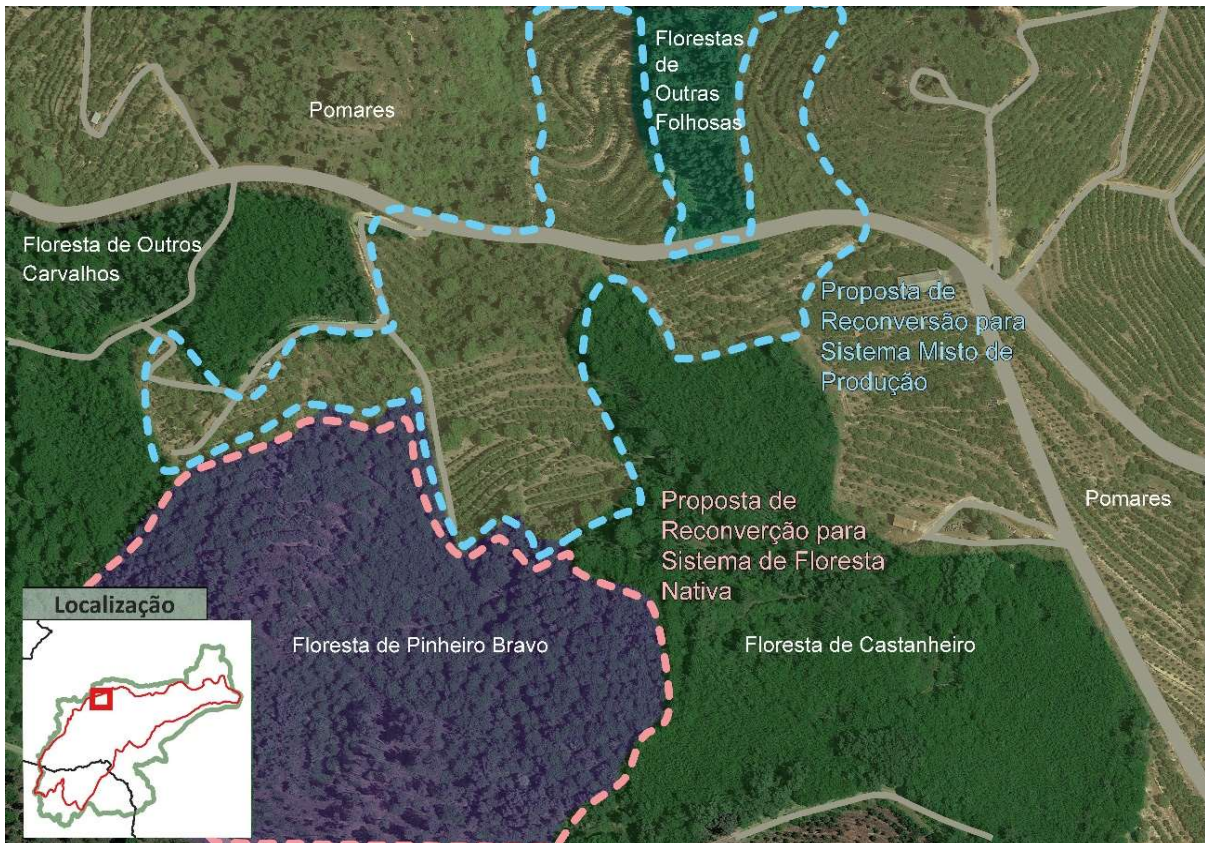


Figura 19 Exemplo de Proposta de Reconversão da Paisagem

aumento da biodiversidade e a própria diversidade paisagística contribui para uma maior harmonia e sustentabilidade destes ecossistemas.

Algumas boas práticas consistem em:

1. Existirem núcleos de espécies de valor ecológico como carvalhais, soutos, sobreiros e galerias ripícolas (quando próximas de linhas de água). Estas permitem a diversidade do sistema agrícola que constituem centros de biodiversidade onde surgem espécies de fauna e flora que representam vantagens para a polinização das árvores e o controlo natural das pragas associadas aos pomares.

2. O revestimento do sob coberto com herbáceas e arbustos nas entrelinhas de plantio, com especial destaque para a época invernal, com finalidade da proteção do solo para a erosão, competição interespecífica com espécies infestantes, fixação de azoto e resistência ao calcamento. Este sob coberto deverá ser semeado ou através do aparecimento espontâneo, com espécies de ocorrência natural na região.
3. A gestão da biomassa deve ser preferencialmente feita pela pastorícia passando a integrar sistemas silvopastoris. Quando não possível, esta gestão deverá ser realizada por meios mecânicos. Os resíduos deverão ser triturados e mantidos à superfície do solo substituindo as funções do sob coberto e reaproveitando a matéria orgânica retirada.
4. Instalação de quatro a seis colmeias por hectare de exploração que auxiliem na polonização dos pomares.
5. A incorporação de estratégias de controlo de pragas (as estratégias de controlo geral), com especial destaque para a mosca da fruta (*drasófila suzukii*) deve ser feita apenas nas áreas de produção e não nos anteriormente referidos núcleos de espécies de valor ecológico para evitar o prejuízo de espécies não considerados pragas.

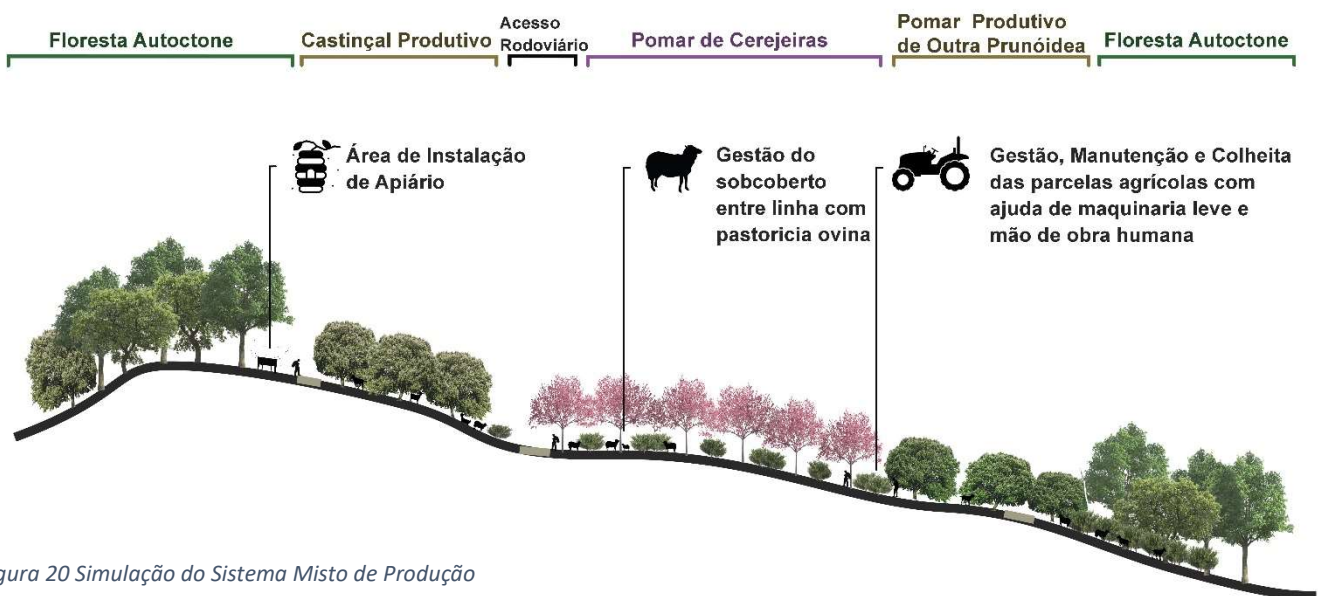


Figura 20 Simulação do Sistema Misto de Produção

4.3.2 Sistema de Florestas de Conservação

No âmbito do PROF-CI existem definidos para a Serra da Gardunha, 3 Perímetros Florestais:

- Alcongosta
- Castelo Novo
- Louriçal do Campo

Para cada um foram elaborados Planos de Gestão Florestal (ICNF, 2019) que definem regimes legais de restrições de utilidade pública, Modelos de Exploração e Programas Operacionais por âmbitos. Além disso, os mesmos fazem uma caracterização detalhada destas áreas florestais que entram em concordância com a análise efetuada neste documento.

Os PGF disponíveis encontrados foram apenas os de Alcongosta e Castelo Novo e ambos referem que essas áreas são constituídas “na sua maioria por área ardida por povoamentos com a função de conservação/proteção pelo que não se verificam povoamentos com função de produção” como se tinha verificado durante a fase de análise da paisagem.

O documento orientativo de Princípios de Boas Práticas Florestais (DSVPF, 2003) apresenta algumas diretivas principalmente para o uso florestal de produção adequadas dependendo do tipo de uso e o declive da parcela florestal, preocupando-se com:

- “Controle de vegetação espontânea”;
- Manutenção e gestão do material lenhoso;
- Técnicas de “Preparação do Terreno”.

Não existem disponíveis online uma grande variedade de documentos de orientações específicas para a manutenção de áreas florestais de conservação. Apesar de existirem programas, planos e documentos com objetivos específicos e algumas medidas de preservação e proteção de património natural, na prática para a manutenção destas áreas não foram encontradas diretivas claras. Contudo, existe uma organização privada sem fins lucrativos, a Rewilding Portugal, estabelecida em janeiro de 2019 na Guarda, “cuja missão é promover a conservação da natureza por meio de medidas de rewilding em Portugal” (rewilding-portugal.com). Esta organização tem lançado desafios e projetos ambiciosos que visam a renaturalização de determinadas paisagens e por este motivo dão algumas orientações estratégicas

neste sentido. Esta proposta baseia-se, portanto, nessas diretivas, nos princípios básicos de ecologia e os seus processos de susceção ecológica.

Para a gestão adequada de florestas de conservação é importante adotar abordagens que visem preservar e proteger a biodiversidade e os processos ecológicos naturais.

Isto inclui ações como:

1. Monitorização do seu estado de conservação;
2. Prevenção de perturbações humanas como os incêndios florestais, desmatamento e poluição do solo e da água;
3. Promoção da regeneração natural com projetos de plantação de árvores autóctones;
4. Proteção de habitats e espécies classificados;
5. Consolidação dos ecossistemas naturais com a estabelecimento de todos os níveis tróficos do ecossistema; promover a inclusão dos pequenos roedores e grandes herbíferos, os sistemas naturais de simbiose fúngica e predadores naturais destes herbíferos. Estas devem ser consideradas medidas a aplicar em áreas naturais de grandes dimensões.
6. Controlo das populações de espécies invasoras. Devem ser usadas medidas eficazes e especializadas e erradicação destas populações.

4.3.3 Sistema de Matos Naturais

Estas áreas de matos naturais ocupam grande parte da serra com predominância na encosta sul e são áreas contínuas, sem compartimentação, com um coberto vegetal constituído essencialmente por formações de urzais, giestais, urzais-estevais mediterrânicos não litorais e comunidades de montanha de caldoneira. Predominam os solos secos, duros e com vários afloramentos rochosos de granitos, sendo por isso de acessos dificultados. São maioritariamente desprovidas de coberto arbóreo, surgindo pontualmente algumas árvores isoladas como pinheiros, eucaliptos e sobreiros.

O maior risco associado a estes matos mediterrânicos secos são os incêndios sendo por isso importante criar faixas de gestão de combustível, que sejam ocupadas por pastagens secas. Estas faixas devem ser projetadas a par da Rede de Faixas e Mosaicos de Gestão de Combustível enquadrado no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Fundão e de Castelo Branco.

Deve ser promovido o pastoreio do gado ovino e caprino. A gestão da biomassa deve ser realizada pela atividade pastorícia e com trabalhos de gestão e diminuição do coberto vegetal através de maquinaria e de fogos controlados principalmente na época pré-estival.

Devem ser requalificadas os elementos de separação de parcelas, como muros e sebes, que permitam o auxílio destas discontinuidades e que controlem a dispersão do gado principalmente nas áreas próximas às povoações. Deve ser criado um programa de reintrodução de animais herbívoros de pequeno porte como o Coelho-bravo e a Lebre que complementam a dinâmica natural destes ecossistemas.



Modelo de Gestão de Matos Naturais



Posto de Água e Estrutura de Apoio ao Combate de Incêndios (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios)

Estrutura de Apoio à Pastorícia

Gestão de matos com fogos controlados

Figura 21 Modelo de Gestão de Matos Naturais

4.4 Ação Estratégica e Programas

4.4.1 Programa Agrícola da Serra da Gardunha

O Programa Agrícola da Serra da Gardunha está enquadrado no objetivo da autarquia do Fundão, através do Pelouro da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Fundão, em incentivar a produção agrícola, como forma de combater o abandono das terras agrícolas e promover o seu desenvolvimento. Algumas iniciativas como o projeto Living Lab Agrotech 4.0, o Aproveitamento Hidroagrícola Gardunha Sul (Bloco da Marateca) e o Rota Europeia do Queijo são exemplos do envolvimento do município em projetos e oportunidades relacionadas com o desenvolvimento agrícola da Paisagem da Serra da Gardunha.

Este programa inclui medidas como:

1. Educar a população local mais jovem nas escolas para as práticas agrícolas. Isto permitirá esta faixa etária conhecer a sua paisagem e que se interesse pela mesma.
2. Aumentar a produção de gado ovino e incluir o gado caprino quase inexistente. Ainda que ao longo dos últimos anos tenha existido um aumento do número de explorações agrícolas com pecuária, existe muito pouca produção pastoril na Serra.
3. Consolidar e criar atividades como o artesanato local com produtos derivados da pecuária. Tem-se como destaque o enquadramento da região na Rota Europeia do Queijo. Deve ser investido na variedade de produtos e incluir os produtos e subprodutos das atividades propostas de silvicultura, agrícola e agropastoril.
4. Implementar feiras e convenções com atividades como a divulgação de práticas agrícolas modernas e com exposições de materiais e maquinarias modernas de forma a envolver os produtores locais com as mesmas.
5. Promover e criar incentivos para a venda de produtos regionais de origem agro-pastoril como a lã e os queijos de cabra de serra.

Um dos objetivos finais deste programa é a criação de comunidades agro-silvo-pastoris, constituídas pelos produtores e famílias agrícolas. Estas comunidades poderão fundar associações de produtores locais que partilhem um capital único através da gestão conjuntos de várias parcelas agrícolas. Esta forma de organização permite:

- A partilha de conhecimento;

- O fomento da sensação de comunidade rural;
- A multiplicidade de receitas;
- A diversidade de atividades e usos do solo sobre a mesma parcela.

4.4.2 Campanha de Transformação da Paisagem da Serra da Gardunha

De forma a combater o pouca produtividade silvícola e o abandono das propriedades e terrenos rurais que muitas vezes ninguém sabe ao certo a quem pertence, é criado a Campanha de Transformação da Paisagem da Serra da Gardunha.

O objetivo deste campanha é a reestruturação das parcelas de terrenos e incentivar para a sua viabilidade económica e/ou ecológica.

Esta campanha, ao contrário do Programa Agrícola Municipal, é direcionada para as áreas florestais ocupadas por eucalipto, pinheiro-bravo e pinheiro-manso, sem rentabilidade económica.

A ocupação florestal representa a maior percentagem de uso do solo da Serra da Gardunha sendo que por este motivo, esta campanha constitui um dos principais objetivos para a boa gestão desta paisagem.

Esta campanha engloba três fases de transformação:

1. Reconhecimento, identificação e cadastro predial.
2. Incentivo à venda e compra de propriedades rurais.
3. Orientação para a rentabilidade e gestão das parcelas de floresta produtiva.

As empresas e proprietários que comprem e/ou recuperem as explorações silvícolas devem possuir grupos responsáveis pela manutenção e adotar medidas de prevenção dos fogos rurais apresentadas na medida e ações nº4 do Capítulo 4.2.1.

As empresas e proprietários devem adotar práticas silvícolas adequadas ao carácter da Paisagem. Existem iniciativas internacionais de esquemas de certificação florestal que promovem a gestão florestal sustentável e responsável.

Em Portugal existem dois principais esquemas de certificação:

- Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC)
- Forest Stewardship Council (FSC).

Ambos os esquemas estabelecem critérios e padrões para garantir que as atividades florestais sejam realizadas de forma ambientalmente adequada, socialmente benéfica e economicamente viável.

4.4.3 Programa de Integração da População Imigrante e Migrante.

É de interesse imediato das autarquias do interior do país criar estratégias de atratividade e fixação da população nos centros urbanos, de forma a possibilitar a revitalização da sua economia e da sua paisagem, mantendo sempre o seu legado e herança histórico-cultural.

É de realçar o atual esforço da autarquia neste sentido com a implementação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes Fundão (PMIM; Anexo 020) contudo, a atual proposta pretende ir mais longe. Este Programa pretende fixar permanentemente a população migrante neste território e integrá-la com a cultura e tradição da região.

O Programa de Integração da População Imigrante e Migrante tem o objetivo de, através de um plano de ação, captar o interesse social e económico das pessoas. Este pretende que a população se interesse por adotar um estilo de vida mais modesto, sem abdicar dos confortos básicos e da interconexão global que o mundo moderno nos proporciona. São objetivos específicos deste programa:

1. Integrar a população-alvo, educando-a para os valores da paisagem, da cultura local, da sua tradição e herança. É claro que é errado forçar alguém a aceitar uma cultura ou tradição. Contudo deve ser mantida uma lembrança e história sob a forma de conhecimento e educação.
2. Criar postos de trabalho a partir de incentivos de fixação e criação de novas empresas.
3. Engajar a população-alvo nos valores da terra, nas práticas agrícolas tradicionais e nas dinâmicas naturais e humanas da paisagem.
4. Garantir os serviços básicos para a população-alvo, sejam serviços de saúde, segurança, transporte, assim como outros serviços importantes para o seu normal quotidiano.
5. Promover o envolvimento e integração da população-alvo na comunidade local através de atividades lúdicas e no âmbito profissional.
6. Oferecer condições que permitam o coworking rural, ou seja, pessoas que mantenham os seus empregos, mas seja possibilitado que o façam remotamente por tempo prolongado.

Deve-se perceber que este programa envolve uma estratégia gradual. Numa primeira fase pode ser aplicado programas de intercambio cultural onde é dada a possibilidade a diferentes pessoas e famílias de passarem um período numa área rural da paisagem. Esta iniciativa poderá ter a colaboração de famílias locais que acolham nas suas casas os candidatos a estes programa, através de um processo de seleção e entrevistas.

5 Conclusões

A extensão desta proposta reflete a complexidade e a multidisciplinaridade imposta por um Plano com o âmbito da Paisagem. Através da qualidade criativa característica de um arquiteto paisagista, este tem um papel de “maestro” na elaboração dos Planos de Paisagem.

Devido às suas peculiaridades únicas de biodiversidade, produtividade agrícola e património histórico, esta Paisagem é alvo de instrumentos específicos de proteção, desenvolvimento e transformação. Contudo, não nos podemos esquecer que a gestão destes importantes elementos da Paisagem depende do funcionamento integral de todo o sistema. Uma paisagem é um sistema aberto que interdepende das suas várias componentes para o seu bom funcionamento e manutenção.

Um dos grandes desafios na elaboração deste plano foi a identificação de algumas incoerências em algumas diretivas e objetivos dadas pelos diferentes instrumentos de gestão que por vezes, por terem âmbitos tão específicos, focam o seu olhar para os mesmos e acabam por descuidar das restantes componentes da paisagem igualmente importantes.

Outro aspeto a considerar para este plano são os processos de participação pública uma vez que estão a ser tratadas ações e medidas que impactam a população e este é e deve ser o seu principal beneficiário. Ainda assim, processos de participação pública são demorados e cheios de desafios.

Em conclusão, este exercício de Arquitetura Paisagista permite-nos olhar para a paisagem como um todo e refletir como a sua evolução e desenvolvimento se deve proceder. Este é verdadeiramente o exercício de tomada de decisão sobre a transformação e progresso do nosso mundo e do Homem.

6 Bibliografia

Agência Portuguesa do Ambiente. (2021). RELATÓRIO DO ESTADO DO AMBIENTE 2020/21 (S. Rodrigues, A.P. Inácio, M. Proença, L. Chainho, & S. Vieira, Autores). Lisboa, Portugal.

Associação de Municípios Parque das Serras do Porto. (2018). Plano de Gestão do Parque das Serras do Porto. Valongo: Associação de Municípios Parque das Serras do Porto.

d'Abreu, A. C. (2002). Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental. Lisboa: Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro. (2021). A produção de Cereja na Cova de Beira (Cadernos temáticos). Castelo Branco

Direção-Geral do Território. (2020). Glossário de Termos Sobre a Paisagem. Lisboa: Digital.

Confederação dos Agricultores de Portugal. (2020). Documento estratégico Ambição Agro 2020-30.

Direção de Unidade de Defesa da Floresta (Autoridade Florestal Nacional). (2008). Gestão de combustíveis para proteção de edificações. Lisboa

Lipor. (2019). Guia de Práticas de Manutenção Sustentável de Florestas. Porto

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). (2001 – 2022). Relatórios temáticos: Incêndios florestais.

Direção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural. (2012). Normas Técnicas para a Produção Integrada de Prunóideas (Volume II). Lisboa

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). (2019). Plano de Gestão Florestal do Perímetro Florestal de Castelo Novo.

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). (2019). Plano de Gestão Florestal do Perímetro Florestal de Lourçal do Campo.

Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Fundão (Município do Fundão). (2017). Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Fundão

Instituto de Conservação da Natureza e Florestas. (2017). Plano Nacional de Fogo Controlado.

Direção de Serviços de Valorização do Património Florestal (DSVFPF). (2003). Princípios de Boas Práticas Florestais. Lisboa

Rodrigues, S. & Inácio, A.P. & Proença, M. & Chainho, L. & Vieira, S (Agência Portuguesa do Ambiente). (2021). Relatório do Estado do Ambiente – Portugal 2020/21.

Ribeiro, P. J. M. (2013). Êxodo Urbano, Gentrificação Rural e o Futuro da Paisagem [Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa].

Susanna Nocentini, Davide Travaglini, Bart Muys. (2022). Managing Mediterranean Forests for Multiple Ecosystem Services: Research Progress and Knowledge Gaps

Território XXI. (2022). Plano de Gestão da ZEC Serra da Gardunha. Matosinhos: Território XXI.

6.1 Webgrafia

(Plano de Paisagem de Cascais) <https://ambiente.cascais.pt/pt/projetos/plano-paisagem-cascais>

(Objetivos Rurais da Comissão Europeia) https://portugal.representation.ec.europa.eu/news/visao-longo-prazo-para-zonas-rurais-da-ue-mais-fortes-ligadas-resilientes-e-prosperas-2021-06-30_pt

(Objetivos Rurais da Comissão Europeia) https://agriculture.ec.europa.eu/common-agricultural-policy/rural-development_pt

(Serra da Gardunha) <https://www.serradagardunha.org/>

(Aldeias Históricas de Portugal) <https://aldeiashistoricasdeportugal.com/aldeia/castelo-novo/>

(Notícia) <https://www.municipiosefreguesias.pt/noticia/78672/servicos-de-transporte-publico-no-concelho-do-fundao>

(Glamping Park) <https://naturaglamping.com/>

(Turismo Rural) <https://www.allaboutportugal.pt/pt/fundao/aldeias>

(PPR-Serra da Gardunha - ICNF) <https://www.icnf.pt/conservacao/rnapareasprotegidas/paisagensprotegidas/paisagemprotegida-regionaldaserradagardunha>

(Turismo do Centro) <https://turismodocentro.pt/poi/serra-da-gardunha-rede-natura-2000/>

(Notícia) <https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/fundao-instala-rede-de-armadilhas-inteligentes-para-controlar-praga-na-cereja>

(Notícia) <https://eco.sapo.pt/reportagem/fundao-empresas-e-estrangeiros-apaixonados-pelo-interior-do-pais/>

(Notícia) <https://expresso.pt/economia/2021-04-21-Fundao-fixa-tres-empresas-que-vaoinvestir-mais-de-dois-milhoes-de-euros-ace85b9e>

(Notícia) <https://expresso.pt/boa-cama-boa-mesa/2022-12-21-Castelo-Novo-no-Fundao-distinguida-como-uma-das-Melhores-Aldeias-Turisticas-do-mundo-abdd24e2>

(Camara Municipal do Fundão) <https://www.cm-fundao.pt/index.php/agricultura-e-desenvolvimento-rural/ruta-europea-del-queso>

6.2 Bases de Dados

forest-gis.com/

dados.gov.pt

geoportal.lneg.pt

censos.ine.pt

download.geofabrik.de

geocatalogo.icnf.pt/catalogo.html

6.3 Imagens / Fotografias

<https://viagens.sapo.pt/>

florestas.pt

icnf.pt

myxistotrails.pt

www.turismodocentro.pt/poi/serra-da-gardunha-rede-natura-2000/

6.2 Legislação consultada

Diário da República (1993). Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de janeiro. (Regime Jurídico da Rede Nacional das Áreas Protegidas)

Diário da República (1994). Resolução do Conselho de Ministros 66/94, de 11 de agosto. (Ratifica o Plano Diretor Municipal de Castelo Branco e publica o respetivo Regulamento)

Diário da República (1997). Artigo 6.º. Decreto-Lei n.º 235/97, de 3 de setembro. Ratificação pelo Despacho n.º 1230/2018, de 5 de fevereiro. (Código das Boas Práticas Agrícolas na atividade agrícola para a proteção da água contra a poluição por nitratos de origem agrícola)

Diário da República (1997). Resolução de Conselho de Ministros.º 142/97, de 28 de agosto. (Aprova a 1.ª fase da lista nacional de sítios da Rede Natura 2000 (incluindo o SIC Serra da Gardunha - PTCON0028)

Diário da República (1999). Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril. (Regime Jurídico da RN2000 - Transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril (relativa à conservação das aves selvagens), e da Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio (relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens).

Diário da República (2000). Resolução do Conselho de Ministros nº 82/2000 de 10 de julho. (Ratifica o Plano Diretor Municipal do Fundão)

Diário da República (2005). Decreto 4/2005, de 14 de fevereiro. (Aprova a Convenção Europeia da Paisagem, feita em Florença em 20 de outubro de 2000.)

Diário da República (2005). Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2005. (Plano Ordenamento Albufeiras Santa Águeda e Pisco)

Diário da República (2008). Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho. (Estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade)

Diário da República (2013). Decreto-lei n.º 96/2013, de 19 de julho. (Estabelece o regime jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e rearboreção com recurso a espécies florestais)

Diário da República (2014). Aviso n.º 6151/2014, de 16 de maio. Retificado pela Declaração de Retificação n.º 1050/2014, de 15 de outubro. Retificado pela Declaração de Retificação n.º 1288/2014, de 15 de dezembro. (Regulamento Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha (PPR-Gardunha))

Diário da República (2014). Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2014 de 30 de outubro. (Cria a estrutura de missão para o Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020))

Diário da República (2018). Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio. (Aprova a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030)

Diário da República (2019). Portaria 55/2019, de 11 de fevereiro. (Aprova o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior – PROF CI)

Diário da República (2020). Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho. Alteração por Decreto-lei n.º 16/2022 de 14 de janeiro. (Regime Jurídico da Reconversão da Paisagem)

Diário da República (2020). Resolução do Conselho de Ministros 45-A/2020, de 16 de Junho. (Aprova o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais)

Diário da República (2020). Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho. (Cria o Programa de Transformação da Paisagem)

Diário da República (2021). Despacho n.º 7109-A/2021, 16 de julho. (Constituição de 47 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem – AIGP)

7 Anexos

Anexo 0 – Enquadramento Legal e Estratégico

Anexo 01 - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT).

O PNPOT é um instrumento de planeamento e gestão do território que visa orientar o desenvolvimento do país, promovendo a sustentabilidade, a coesão territorial e a qualidade de vida da população. É estabelecido pelo Decreto-Lei nº 80/2015 tendo sido publicada a sua última revisão a 5 de setembro pela Lei da Assembleia da República nº 99/2019.

O objetivo do PNPOT é definir as linhas estratégicas e as políticas territoriais a serem adotadas em Portugal, proporcionando uma visão integrada e a longo prazo para o ordenamento do território do país.

Fazem parte da sua visão estratégica o desenvolvimento da competitividade económica das áreas rurais, a preservação do património natural e cultural e o desenvolvimento sustentável do turismo. Dele surgem vários instrumentos de gestão territorial. Alguns dos mais relevantes são:

- Programa de Desenvolvimento Rural (PDR)
- Planos de Ordenamento do Território (POT)
- Programas de Valorização e Conservação do Património
- Estratégias Regionais e Locais
- Programas de Conservação da Natureza e Biodiversidade

Anexo 02 - Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, 16 de junho)

Enquadrado pelo disposto no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no Território Continental (DL n.º 82/2021, de 13 de outubro), este plano entra em vigor com o fim da vigência de um instrumento anterior, o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI) e abrange o período de 2020 a 2030.

Este plano tem como principais objetivos:

- proteger o território nacional contra incêndios rurais,
- reduzir a sua incidência, fortalecer a resiliência do território,
- promover a recuperação e reabilitação de ecossistemas e comunidades afetadas
- melhorar a eficácia e a eficiência do combate a incêndios e o papel do estado na sua capacidade de resposta e operacionalidade.

O presente plano está enquadrado com as diretrizes e objetivos do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT).

Alguma das medidas mais relevantes deste Plano são:

1. Relativamente á prevenção e da redução do risco de incêndio em áreas rurais é proposto:
 - Gestão ativa da vegetação;
 - Criação de faixas de gestão de combustível;
 - Promoção de práticas agrícolas sustentáveis;
 - Implementação de medidas de proteção de edifícios e infraestruturas.
2. Em relação ao ordenamento florestal e territorial adequado, este visa uma gestão mais eficiente e sustentável dos espaços rurais. Isso inclui a:
 - Identificação de áreas prioritárias para intervenção;
 - Definição de zonas de intervenção florestal (ZIF);
 - Promoção de uma utilização adequada dos solos.
3. Envolvimento e capacitação das comunidades locais nas ações de prevenção e combate a incêndios que pressupõe a:
 - Promoção de campanhas de sensibilização;
 - Formação de equipas de intervenção
 - Criação de redes de cooperação entre os diversos atores locais, incluindo proprietários florestais, agricultores e populações residentes.

Anexo 03 - Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000) – (Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril)

O enquadramento jurídico do Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000) baseia-se no Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, que estabelece o Regime Jurídico da Rede Natura 2000 em Portugal. Esse decreto-lei tem como objetivo transpor para o regime jurídico português, duas importantes diretivas da União Europeia: a Diretiva n.º 79/409/CEE, conhecida como Diretiva Aves, e a Diretiva n.º 92/43/CEE, também conhecida como Diretiva Habitats.

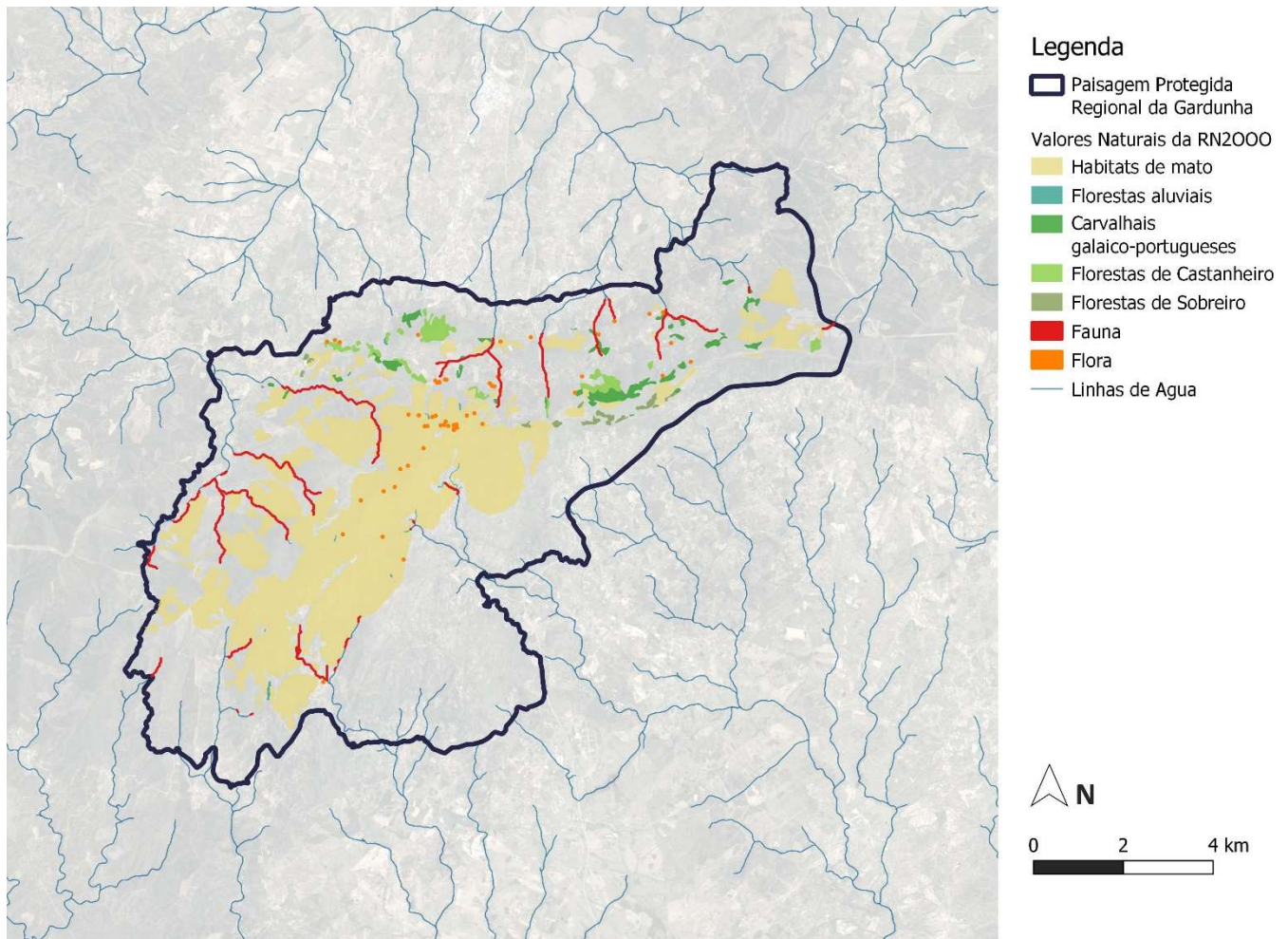
O objetivo do PSRN2000 é estabelecer medidas estratégicas de planeamento territorial de forma a contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e flora selvagens. Foca-se por isto nestes valores específicos não olhando de forma crítica para as necessidades sociais e económicas da paisagem.

O PSRN2000 estabelece orientações de gestão para o tipos de habitat e espécies de fauna e flora específicas e protegidas pelas diretivas europeias presentes na ZEC Serra da Gardunha. Algumas das medidas compreendem:

- Adoção de práticas silvícolas específicas
- Promoção da regeneração natural
- Redução do risco de incêndio
- Condições para construção de açudes e barragens em zonas sensíveis
- Restrições na intervenção nas margens e leito de linhas de água
- Manutenção/recuperação de habitats contíguos
- Conservação/recuperação de povoamentos florestais autóctones
- Conservação/promoção de sebes, bosquetes e arbustos
- Restrições na florestação intensiva
- Limitações na expansão do uso agrícola
- Monitorização e melhoria da qualidade da água
- Controlo e erradicação de espécies vegetais exóticas invasoras
- Criação de novos locais de reprodução

Mesmo não sendo obrigatórios, o Regime Jurídico da RN2000 prevê serem elaborados planos de gestão que definam medidas complementares de conservação. Os planos de gestão devem apresentar um conjunto de medidas complementares, designadamente medidas de gestão e de suporte, que visem contribuir para assegurar o estado de conservação favorável.

Numa fase de análise e diagnóstico o ICNF apresenta uma cartografia atualizada da localização dos valores protegidos pelo PSRN2000 que se encontram na seguinte carta:



Anexo 04 - Regime Jurídico das Ações de Arborização e Rearborização" (RJAAR) - Regime Florestal (Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho [revogado pelo RJ do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais])

O Regime Florestal em Portugal define as regras e regulamentos relacionados à gestão e utilização das áreas florestais no país. A sua transposição jurídica é composta por um conjunto de leis e regulamentos que estabelecem os direitos, obrigações e procedimentos relacionados às florestas. A sua definição surge do Decreto de 24 de dezembro de 1901 (publicado no Diário do Governo n.º 296, de 31 de Dezembro) e compreende um conjunto de disposições que visam garantir a criação, exploração e conservação da riqueza florestal em termos de benefícios econômicos para o país. O Regime Florestal também pretende promover o reflorestamento de terras que sejam de utilidade pública, necessárias para:

- o bom funcionamento dos recursos hídricos;
- defesa contra inundações;
- valorização de áreas secas;
- melhoria do clima;
- fixação e preservação do solo em montanhas e áreas costeiras.

Atualmente é o RJAAR que estabelece as regras para a realização de ações de arborização e rearborização, incluindo os procedimentos de licenciamento, as obrigações dos proprietários e as normas técnicas a serem seguidas.

São enquadrados neste regime jurídico os planos de ordenamento florestal como referências para o planeamento e execução das ações de arborização:

- Os Planos regionais de ordenamento florestal (PROF);
- Os Planos de gestão florestal (PGF), (estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 16/2009).

De grosso modo, os objetivos deste regime jurídico são:

- Racionalização e simplificação do quadro legislativo;
- Eliminação de regimes inconciliáveis;
- Conhecimento das alterações do uso do solo;
- Reforço da fiscalização;
- Adequada alocação de competências;
- Diminuição de custos administrativos;

— Transparência nos processos de decisão.

Este documento surge devido a uma necessidade de simplificar e atualizar o quadro legislativo das ações de arborização e rearborização, concentrando em um único diploma o seu regime jurídico, procedimento de autorização e quadro sancionatório. Isto aconteceu porque o quadro legal do regime florestal apresentava uma variedade de procedimentos de licenciamento ou autorização, nem sempre coerentes entre si, gerando complexidade para os envolvidos. Após a aprovação e entrada em vigor deste regime jurídico, vários decretos-leis e regulamentos foram revogados por estarem desatualizados ou por não assegurarem o interesse público associado ao ordenamento florestal, conservação dos ecossistemas e paisagem.

Anexo 05 - Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) - Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2014 de 30 de outubro.

O Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) é um instrumento de apoio financeiro e estratégico destinado a promover o desenvolvimento sustentável das áreas rurais. Este surge como implementação de um dos objetivos da Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia.

O PDR tem como objetivo principal (entre outros):

- Melhorar a competitividade, a sustentabilidade e a qualidade de vida nas zonas rurais,
- Promoção a diversificação económica,
- Preservação do meio ambiente,
- Gestão sustentável dos recursos naturais
- Inovação e modernização agrícola Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

Este programa é financiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, um dos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, que é um instrumento essencial de apoio ao desenvolvimento e dinamização do setor agroflorestal, visando o reforço da capacidade do setor em gerar valor acrescentado por meio da modernização da estrutura produtiva, utilização mais eficiente dos recursos e melhoria da organização da produção.

Anexo 06 - Regime Jurídico da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) – (DL n.º 142/2008, de 24 de julho)

Este regime jurídico surge enquadrado pela Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB) que integra uma importante parte da legislação sobre conservação da natureza e da biodiversidade. A opção estratégica n.º 2 da ENCNB refere a criação da Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN) e do Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC), que inclui a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP).

A ENCNB é um importante documento publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de outubro,

A RNAP estabelece o enquadramento legal para a criação, gestão e proteção de áreas naturais e paisagísticas com valor especial em Portugal. Tem como objetivo principal a conservação da diversidade biológica, dos recursos naturais e dos valores culturais associados às áreas protegidas, promovendo a sua utilização sustentável. O regime jurídico define as áreas que integram a RNAP, os instrumentos de gestão, as competências das entidades envolvidas e as obrigações dos diversos intervenientes.

Este regime prevê ainda a criação do Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade como estratégia de financiamento. É mencionado também mecanismos como a remuneração de serviços proporcionados pela conservação da natureza, a intervenção da autoridade nacional, a promoção de atividades económicas geradoras de valor e o uso de instrumentos de compensação ambiental.

Este diploma estabelece a criação dos seguintes tipos de Áreas Protegidas:

- Parque Nacional
- Parque Natural
- Reserva Natural
- Paisagem Protegida

De âmbito Regional ou Local, são definidas como “uma área que contenha paisagens resultantes da interação harmoniosa do ser humano e da natureza, e que evidenciem grande valor estético, ecológico ou cultural”, e requerem uma gestão específica para a sua preservação e valorização. Tem como objetivo a preservação e valorização de paisagens de interesse natural, cultural e estético, envolvendo a proteção e gestão integrada dos recursos naturais e culturais.

- Monumento Natural

Anexo 07 - Rede de Aldeias Históricas de Portugal (RAHP)

A Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico (AHP-ADT) é uma associação de Desenvolvimento Turístico, de direito privado, sem fins lucrativos, criada em 2007. A sua constituição ocorreu através da celebração de um protocolo entre o Instituto de Turismo de Portugal, a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela e os municípios das aldeias envolvidas.

Constituída por 12 Aldeias Históricas e com sede em Belmonte, esta associação pretende:

O programa estratégico da Associação intitula-se por Estratégia de Eficiência Coletiva das Aldeias Históricas de Portugal para 2020 (EEC AHP 2020) com programação de 2014 até 2020. O objetivo dessa estratégia é promover a coesão social, empreendedorismo, competitividade e sustentabilidade do território das Aldeias Históricas de Portugal.

A RAHP tem como principais objetivos:

1. Gerir e promover a marca "Aldeias Históricas de Portugal",
2. Qualificar o produto turístico das Aldeias,
3. Apoiar o investimento na região,
4. Promover a animação cultural e divulgação do património,
5. Contribuir para a melhoria da qualidade de vida local e para a diversificação da atividade econômica nas aldeias históricas.

Um dos pilares fundamentais da estratégia é a sustentabilidade ambiental que procura incentivar práticas que promovam a preservação do património natural, o turismo sustentável e a adaptação aos princípios do desenvolvimento sustentável.

Uma das metas da RAHP é a formalização de uma candidatura a Património da Humanidade da UNESCO. Isso envolve a preservação, valorização e diferenciação do património cultural, histórico e econômico das Aldeias Históricas de Portugal,

Anexo 08 - Rede de Aldeias de Montanha (RAM)

A Rede de Aldeias de Montanha foi criada no âmbito do Projeto Aldeias de Montanha, que está inserido na Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE "iNature - Turismo Sustentável em Áreas Classificadas" do Centro 2020. O projeto tem como foco o Turismo de Natureza nas áreas classificadas da Região Centro, especialmente no Parque Natural da Serra da Estrela e na Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha

A entidade responsável pela gestão da RAM é a Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede de Aldeias de Montanha (ADIRAM), uma associação sem fins lucrativos que reúne nove municípios da região da Serra da Estrela e Beira Interior.

Os principais objetivos da RAM são promover o desenvolvimento turístico e integrado das aldeias de montanha, valorizar o potencial turístico da região da Serra da Estrela e Beira Interior, e contribuir para o desenvolvimento regional de forma sustentável, integrada, inovadora e criativa. A sua missão é fomentar o crescimento sustentável, integrado, inovador e criativo das Aldeias de Montanha, enquanto a visão é ser reconhecida como uma entidade de excelência e referência na promoção do desenvolvimento sustentável da região e das Aldeias de Montanha.

Anexo 09 - Estratégia Turismo 2027

A Estratégia Turística 2027 descreve a importância do turismo em Portugal como motor da economia e destaca os resultados alcançados em 2016, que confirmam a necessidade de investimento e cooperação entre entidades públicas e privadas.

Esta estratégia é desenvolvida pelo Turismo de Portugal, I.P., que é a entidade pública responsável pela promoção, valorização e sustentabilidade do turismo em Portugal.

A estratégia pretende posicionar Portugal como um dos destinos turísticos mais competitivos e sustentáveis do mundo, afirmando o turismo como um “hub” para o desenvolvimento económico, social e ambiental em todo o território. São estabelecidos cinco eixos estratégicos:

- Calorização do território
- Impulsionamento da economia
- Potencialização do conhecimento
- Geração de redes e conectividade
- Projeção de Portugal.

Além disso, são estabelecidas metas de sustentabilidade económica, social e ambiental.

As Redes temáticas e/ou de recursos endógenos dos territórios, nomeadamente:

- Aldeias de Xisto;
- Aldeias Históricas;
- Aldeias Vinhateiras.

são abordadas no Quadro das “Linhas de Atuação” para a Valorização do Território e das suas Comunidades. Não é mencionada a Rede de Aldeias de Montanha.

Anexo 010 - Documento estratégico "AMBIÇÃO AGRO 2020-30"

A Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) apresentou o documento estratégico "AMBIÇÃO AGRO 2020-30", que representa a contribuição dos agricultores portugueses para o Plano de Recuperação e Resiliência do governo. O documento propõe ações estratégicas para desenvolver o setor agrícola, impulsionar a coesão social e promover a sustentabilidade.

A CAP destaca o papel crucial da agricultura na economia do país e enfatiza a importância de fortalecer o setor agrícola para a recuperação econômica. A atividade agrícola representando uma parte significativa das exportações de Portugal e o plano estratégico da CAP realça os pontos-chave, como:

- Energias Renováveis;
- Tecnologia e Digitalização;
- Gestão da Água e do Solo;
- Combate à Desertificação;
- Floresta e Sustentabilidade do Território;
- Desenvolvimento Industrial e Agroalimentar.

A iniciativa contou com a participação de especialistas em diferentes áreas, que forneceram orientações estratégicas para uma agricultura mais sustentável e produtiva. É importante realçar que algumas das medidas de ações do seu programa estão alinhadas com o objetivo do "Green Deal" da União Europeia (Europa como primeiro continente neutro em termos de emissões de carbono até 2050).

A estratégia "Ambição Agro2020-30" pode ser financiada por meio dos seguintes recursos:

Financiamento público:

- Fundos da política de coesão.
- Fundos dedicados à agricultura.
- Mecanismo de recuperação e resiliência.
- Fundos específicos de combate às alterações climáticas e descarbonização da economia.

Financiamento privado:

- Programas de pesquisa e inovação, como o Horizonte Europa.

Anexo 011 - Rota Europeia do Queijo

A "Rota Europeia do Queijo" é um projeto da Associação da Rota Europeia do Queijo (AREQ), que reúne nove regiões europeias ligadas à produção de queijo. O objetivo da iniciativa é fortalecer a relação entre os setores agroalimentares e turísticos dessas regiões, explorando os recursos locais relacionados à produção de queijo.

O Município do Fundão, em Castelo Branco, Portugal, desempenha um papel importante nesse contexto. Com suas características físicas, ambientais e recursos particulares.

A AREQ realiza encontros anuais, nos quais membros da associação participam de equipes de trabalho e apresentam projetos em desenvolvimento. Esses encontros visam impulsionar a colaboração entre as regiões e explorar o potencial agroalimentar e turístico relacionado à produção de queijo.

Anexo 012 - Programa ECOXXI (Instrumento de reconhecimento municipal)

ECOXXI é um Programa de educação para a sustentabilidade, implementado em Portugal pela ABAE desde 2005. Tem como principal objetivo identificar e reconhecer as boas práticas de sustentabilidade valorizando, entre outros aspetos, a educação no sentido da sustentabilidade e a qualidade ambiental.

Composto por 21 indicadores de sustentabilidade local, este Programa pretende avaliar a prestação dos municípios, reconhecendo como eco-municípios os que demonstram a implementação de boas práticas, políticas e ações em torno de alguns temas considerados chave.

O Município do Fundão foi distinguido em 2022 com a Bandeira Verde "ECO XXI", com um índice de cerca de 70%..

Anexo 013 - Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF-CI) - (Portaria n.º 55/2019 de 11 de fevereiro)

O Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI) está enquadrado na Lei de Bases da Política Florestal (Lei n.º 33/96) e na Lei de Bases da Política Pública de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo (Lei n.º 31/2014) e é criado no âmbito do regime jurídico dos Planos de Ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal pelo Decreto-lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro.

O PROF-CI corresponde aos anteriores PROF da Beira Interior Norte e da Beira Interior Sul. Durante o processo de revisão do PROF-CI, foram consideradas a Estratégia Nacional para as Florestas, as orientações estratégicas de valorização das funções ambientais dos espaços florestais, a adaptação às alterações climáticas e a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade.

O PROF-CI é um instrumento de política setorial de âmbito regional que estabelece o quadro estratégico, as diretrizes de enquadramento e as normas específicas para o uso, ocupação, utilização e ordenamento dos espaços florestais da região do Centro Interior.

O Programa integra diversas funções gerais dos espaços florestais, como produção, proteção, conservação de habitats e espécies, silvo pastorícia, recreio e valorização da paisagem.

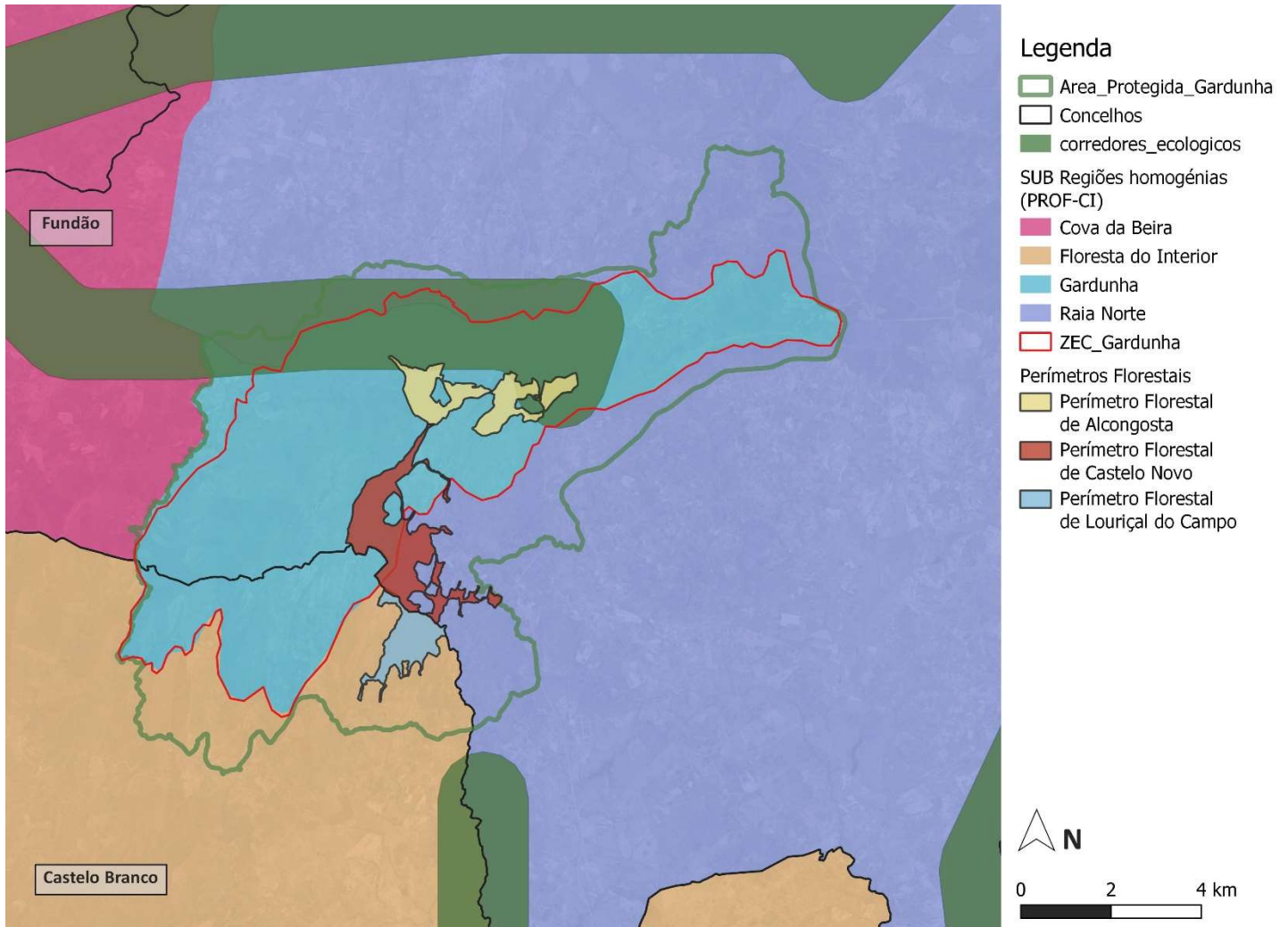
O Regime florestal do PROF-CI estabelece a obrigatoriedade de elaboração dos Planos de Gestão Florestal (PGF) para as Matas Nacionais e as Unidades de Baldio localizadas nos Perímetros Florestais. A Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha abrange três perímetros florestais:

1. RF de Alcongosta
2. RF de Castelo Novo
3. RF de Lourical do Campo

Os corredores ecológicos são orientações macro para os Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) com o objetivo de promover o intercâmbio genético e a conservação da biodiversidade. Eles visam integrar e desenvolver as atividades humanas, sendo identificados na Carta Síntese do PROF. As intervenções florestais nesses corredores devem seguir as normas de silvicultura e gestão estabelecidas no Documento Estratégico do PROF. Além disso, os corredores ecológicos devem receber tratamento específico nos planos de gestão florestal e contribuir para a

definição da estrutura ecológica municipal nos planos territoriais municipais e intermunicipais. É importante que esses corredores sejam compatibilizados com as redes regionais de defesa da floresta contra incêndios, que possuem prioridade.

As áreas de Perímetro Florestal, SUB regiões homogéneas e Corredores Ecológicos que compõe o PROF-IC são representadas no seguinte mapa:



Anexo 014 - Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Gardunha, Alvelos e Moradal (PRGP) – em elaboração

Os PRGP constituem uma das estratégias adotadas pelo Programa de Transformação da Paisagem (PTP) publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020 de 24 de junho, com o propósito de planear e programar a transformação da paisagem em áreas florestais vulneráveis. Seu objetivo é promover a criação de uma paisagem resiliente e multifuncional, fomentando o surgimento de atividades económicas inovadoras e reconhecendo a valoração dos serviços ecossistémicos.

Existem quatro PRGP em elaboração ao abrigo do Despacho n.º 11891/2021, de 2 de dezembro. São eles:

- PRGP do Alva e Mondego;
- PRGP dos Montes Ocidentais e Beira Alta;
- PRGP das Serras da Gardunha, Alvelos e Moradal;
- PRGP da Serra do Caldeirão.

Anexo 015 - AIGP da Serra da Gardunha (Despacho n.º 7109-A/2021 de 16 de julho)

As Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) são criadas no âmbito do Programa de Transformação da Paisagem (PTP) e têm como objetivo promover a gestão e exploração comum de áreas agroflorestais em zonas de minifúndio e alto risco de incêndio.

Estas são direcionadas para contextos microterritoriais, com escala adequada para uma gestão florestal ativa e racional. Estas áreas visam a simplificação na constituição das Entidades Gestoras das Zonas de Intervenção Florestal e a introdução das Unidades de Gestão Florestal como uma nova forma de organização dos produtores e proprietários para a gestão coletiva das áreas florestais e agrícolas, especialmente no caso de minifúndios.

São disponibilizados instrumentos financeiros para garantir rentabilidades previsíveis e estáveis a médio prazo nas AIGP. A criação, elaboração e concretização das AIGP são financiadas por meio do Fundo Ambiental. O Estado estabelece os objetivos, as condições e o modo de execução e financiamento da política para a provisão e remuneração de serviços dos ecossistemas.

O RJ do PRP prevê que “As AIGP devem ser constituídas, preferencialmente, no âmbito dos PRGP”, contudo este não é o caso da serra da Gardunha tendo sido constituída a AIGP antes do PRGP. Esta constituição obriga as autarquias a desenvolverem um conjunto de Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP) a executar num modelo de gestão agrupada da responsabilidade de uma entidade gestora e suportada por um programa multifundos de longo prazo

Anexo 016 - Plano Diretor Municipal do Fundão (PDM-Fundão) – (Resolução do Conselho de Ministros nº 82/2000)

A primeira aprovação do PDM do Fundão ocorreu em 25 de setembro de 1999 pela Resolução do Conselho de Ministros nº 82/2000, e sua ratificação foi feita ao abrigo do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro. A 8ª e última alteração, até o presente momento é feita por meio da Declaração n.º 47/2021, por adaptação da carta de condicionantes para a Reserva Agrícola Nacional.

No PDM do Fundão, os espaços rurais, que afetam a gestão da Paisagem Protegida Regional, são divididos em diferentes categorias, incluindo:

- Espaços agrícolas;
- Espaços florestais;
- Espaços agrossilvopastoris (EAP);
- espaços de interesse turístico (EIT);
- Espaços identificados na Planta de Ordenamento da Albufeira de Santa Águeda.

Nos espaços rurais, é permitida a instalação de infraestruturas de produção e transporte de energias renováveis, bem como empreendimentos de turismo no espaço rural. Também é permitida a modificação ou ampliação de estabelecimentos hoteleiros existentes, desde que não haja interferência com áreas da Reserva Agrícola Nacional (RAN), Reserva Ecológica Nacional (REN) ou outras servidões. Essas modificações devem incluir projetos de enquadramento paisagístico e estudos de viabilidade econômica.

Existem alguns condicionamentos urbanísticos a serem obedecidos nesses espaços:

- Área mínima do terreno - 30.000 m²;
- Índice máximo de construção - 0,05;
- Número máximo de pisos - três;

Os espaços identificados na Planta de Ordenamento da Albufeira de Santa Águeda não foram detalhados no documento fornecido, uma vez que essa albufeira não está localizada no território da Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha.

Espaços agrícolas

São áreas destinadas à atividade agrícola e incluem as áreas ao abrigo da RAN, áreas agrícolas relevantes e áreas com infraestruturas coletivas de rega.

Nas zonas agrícolas fora da RAN e da REN, podem ser autorizadas edificações em parcelas com área superior a 10.000 m². Estas podem ser para apoio agrícola ou habitacional, com limites de área máxima de implantação, construção e número de pisos específicos no regulamento. A sua funcionalidade pode ser para equipamentos sociais, culturais, turismo rural e unidades agroindustriais, com limites de índice de construção e número de pisos.

Instalações agropecuárias intensivas devem respeitar um afastamento mínimo de 200 metros de zonas residenciais, equipamentos coletivos ou edifícios habitacionais.

Espaços Florestais

Estas são áreas destinadas à produção de material lenhoso e produtos florestais, com o objetivo de corrigir as disponibilidades hídricas e reduzir o risco de erosão dos solos. Nestes espaços, é possível autorizar edificações, desde que não estejam abrangidas pela REN (Reserva Ecológica Nacional). Essas edificações podem ter a finalidade de apoio à exploração florestal ou servir como habitação para os proprietários.

No caso das áreas não abrangidas pela REN, é importante respeitar algumas condições e regimes de edificabilidade estipulados no respetivo regulamento.

Quanto à plantação de espécies de crescimento rápido, existem restrições nas áreas delimitadas como REN, de acordo com legislação específica. Também são estabelecidas medidas de controlo de povoamentos visando a prevenção de incêndios florestais. Essas medidas incluem a compartimentação de áreas com espécies resinosas por faixas de espécies folhosas, preservação de núcleos de vegetação natural, utilização de fogos controlados sob orientação especializada, criação de faixas de proteção ao redor de habitações e unidades industriais, entre outras ações.

Espaços agrossilvopastoris

Estes são áreas rurais do concelho com predominância da prática da pastorícia. Nestes espaços, podem ser autorizadas edificações desde que não estejam abrangidas pela RAN (Reserva Agrícola Nacional) ou REN (Reserva Ecológica Nacional).

Para as edificações nos espaços agrossilvopastoris, são estabelecidas algumas condições, específicas no respetivo regulamento. No caso de fracionamento da propriedade rústica nos espaços agrossilvopastoris, são estabelecidas outras condições, como o respeito pelas normas do Decreto-Lei n.º 448/91 (regime jurídico dos loteamentos urbanos) e o definido no respetivo regulamento.

Espaço de Interesse Turístico

Esta é uma área com potencial para o desenvolvimento do turismo no concelho. No EIT, as novas construções estão sujeitas ao regime de edificabilidade do respetivo regulamento.

Anexo 017 - Plano Diretor Municipal de Castelo Branco (PDM-Castelo-Branco) - Resolução de Concelho de Ministros nº 66/94, de 13 de abril

A Assembleia Municipal de Castelo Branco aprovou o seu Plano Diretor Municipal com a Resolução de Concelho de Ministros nº 66/94, de 13 de abril, e sua última alteração é feita pela Declaração (extrato) n.º 22/2017, de 7 de abril.

O PDM de Castelo Branco classifica e organiza os espaços rurais em diferentes categorias, destacando:

espaços agrícolas sujeitos ao regime da Reserva Agrícola Nacional,

- Espaços agrícolas ou agro-pastoris;
- Espaços florestais ou silvopastoris;
- Espaços de proteção a valores do património natural;
- Espaços de indústria extrativa.

Em relação à arborização e ao coberto vegetal dos espaços rurais, é necessário obter licença municipal para arborizações com espécies florestais de crescimento rápido em áreas inferiores a 50 hectares. Para áreas maiores que esse limite, é obrigatória a audição prévia da Câmara Municipal. Também é preciso obter autorização municipal para ações de destruição do revestimento vegetal que não tenham fins agrícolas, bem como para aterro ou escavação que alterem o relevo natural e as camadas de solo arável.

Existem restrições à plantação ou replantação de espécies do género *Eucalyptus* em áreas como a Reserva Agrícola Nacional, áreas de montado de sobro e azinho, áreas de proteção a valores do património natural e perímetros de proteção de captações subterrâneas. Além disso, as plantações de espécies dos géneros *Eucalyptus* e *Acacia aialanthus* devem respeitar distâncias em relação a terrenos cultivados, nascentes, terras de cultura de regadio, muros e prédios urbanos.

Nas áreas rurais, são permitidas construções de habitação e apoio destinadas exclusivamente a residências de agricultores, suas famílias e trabalhadores permanentes das explorações agrícolas. Também são admitidos equipamentos turísticos, instalações de apoio às atividades agrícolas, pecuárias e florestais, e outras edificações de interesse público, como as de carácter industrial, de acordo com a legislação em vigor. No entanto, essas construções estão excluídas de aglomerados rurais e áreas turísticas ou de apoio ao turismo previstas e aprovadas pela Câmara Municipal de Castelo Branco.

Anexo 018 - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (Fundão)

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) é uma componente essencial do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SNDFCI) em Portugal. Ele é elaborado e implementado ao nível municipal, visando a prevenção e proteção contra incêndios florestais dentro do território de cada município.

No âmbito do PNDFCI, é atribuída às Câmaras Municipais a responsabilidade pela elaboração e operacionalização dos PMDFCI. As Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI) são criadas em cada município para auxiliar na elaboração e operacionalização do PMDFCI.

A proposta apresentada divide-se em dois documentos apresentados pelo município representando as duas fases da estratégia:

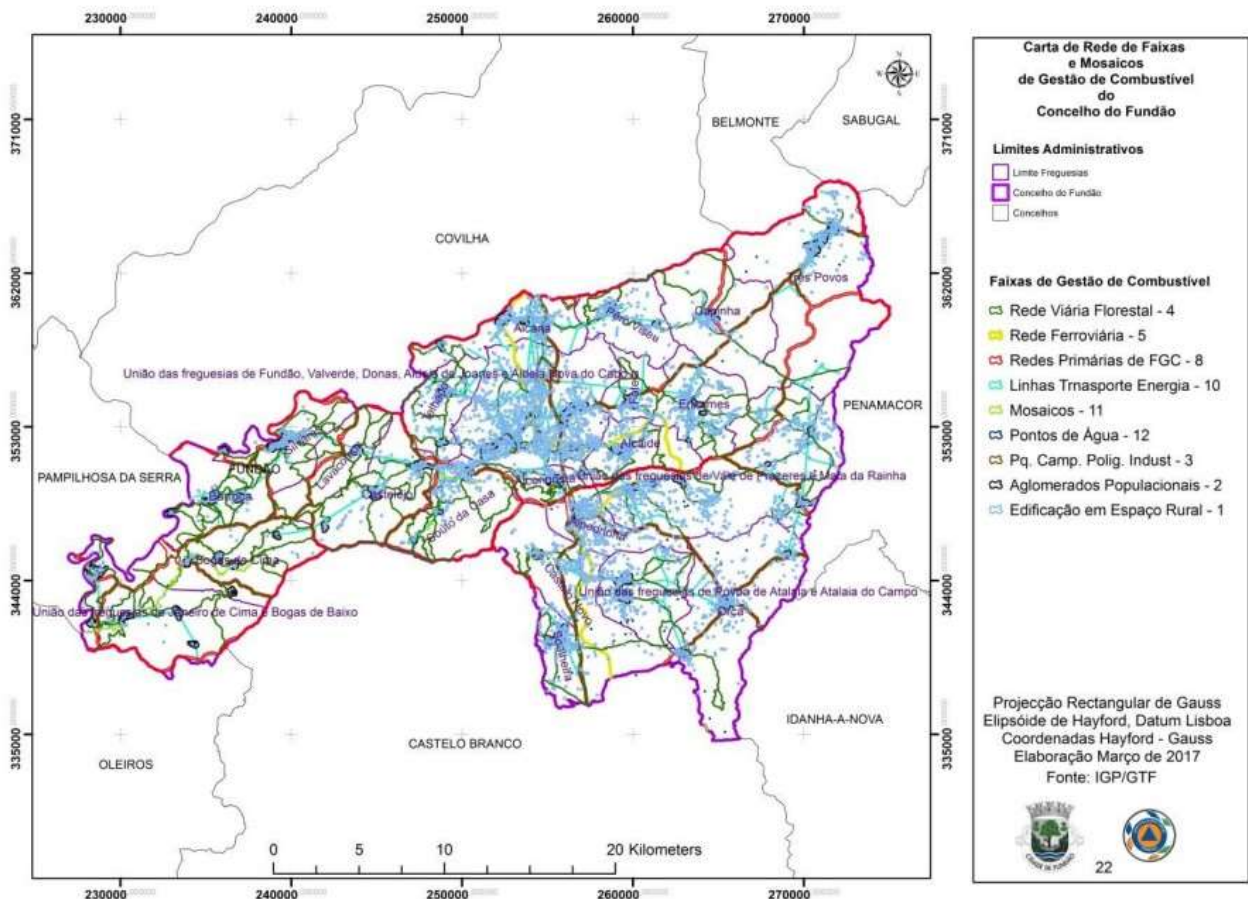
- Diagnóstico – Caderno I
- Plano de Ação – Caderno II

O Plano Operacional Municipal (POM) é um documento que sintetiza os objetivos de defesa da floresta contra incêndios no âmbito do PMDFCI. Ele lista os meios e recursos disponíveis para a implementação das medidas de prevenção e combate aos incêndios florestais.

O plano de Ação estabelece 5 eixos estratégicos, são eles:

1. Eixo estratégico - Gestão Integrada de Combustíveis (Identificada na seguinte planta)

O objetivo é promover a gestão adequada dos combustíveis vegetais nas áreas florestais, reduzindo assim o risco de propagação de incêndios. As faixas de gestão de combustível são uma medida importante nesse sentido, consistindo na criação de áreas desprovidas de vegetação inflamável em torno de aglomerados populacionais, infraestruturas e estradas.



2. Eixo estratégico - Redução da Incidência dos Incêndios:

O foco está na prevenção de incêndios florestais, tendo em vista que a maioria deles é causada por ações humanas negligentes ou intencionais.

Ações de sensibilização são promovidas pela Comissão de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI), Gabinete Técnico Florestal e associações ambientais, visando educar e conscientizar a população sobre as causas dos incêndios.

Medidas de fiscalização e aplicação de legislação são adotadas para garantir o cumprimento das normas de prevenção.

3. Eixo estratégico - Melhoria da Eficácia do Ataque e Gestão dos Incêndios:

O planeamento e a gestão operacional dos meios e recursos disponíveis são fundamentais para o combate eficaz aos incêndios florestais. É necessário melhorar a

articulação entre os sistemas de deteção precoce de incêndios e os meios de primeira intervenção.

As ações incluem a estruturação e gestão integrada da vigilância e deteção, o fortalecimento dos meios de primeira intervenção a nível municipal e a integração de meios de planeamento e apoio à decisão.

4. Eixo estratégico - Recuperar e Reabilitar Ecossistemas:

Este pretende aumentar a resiliência dos ecossistemas florestais afetados pelos incêndios, por meio da recuperação e reabilitação das áreas ardidas.

As ações a curto prazo (estabilização de emergência) envolvem a estabilização dos solos, o controlo de invasoras e a reintrodução de espécies autóctones.

As ações a médio prazo (recuperação dos habitats naturais) incluem a requalificação das áreas ardidas e a recuperação de habitats naturais, como as áreas da Rede Natura 2000 afetadas pelos incêndios.

As medidas de longo prazo visam a restauração ecológica, a promoção de povoamentos florestais autóctones e a conservação da biodiversidade.

5. Eixo estratégico - Adoção de uma Estrutura Orgânica e Funcional Eficaz:

Foca na articulação e convergência de esforços entre os organismos responsáveis pela defesa da floresta. Inclui a operacionalização da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI) e o fomento das operações de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI).

Anexo 019 - Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária – (Edital n.º 438/2021 publicado em DR a 20 de abril)

O projeto do Regulamento de Concessão de Apoio Financeiro ao Fomento da Produção Pecuária é apresentado pelo Município do Fundão pelo Edital n.º 438/2021 publicado no DR a 20 de abril.

Este projeto é um programa de apoio financeiro promovido pelo Município do Fundão com o objetivo de fomentar a produção pecuária na região. Ele visa apoiar os produtores pecuários locais, oferecendo incentivos financeiros para o desenvolvimento e sustentabilidade da atividade. Através desse programa, os produtores podem receber um apoio financeiro que contribui para o investimento e melhoria das suas explorações

A projeto tem como principais objetivos:

- Apoiar a fixação e o rejuvenescimento da força de trabalho nas explorações agropecuárias em regime de produção extensiva no concelho de Fundão.
- Promover a sustentabilidade da área associada à atividade pecuária, especialmente no contexto do aumento dos custos de exploração.
- Atenuar o impacto negativo do aumento dos custos de exploração sem o correspondente aumento de receitas.
- Valorizar as raças autóctones portuguesas, como as raças de ovelha merino da Beira Baixa e de cabra charnequeira, que fazem parte do património histórico e cultural do país e têm um papel importante no equilíbrio dos ecossistemas.
- Incentivar o cumprimento das regras de saúde pública, saúde animal, bem-estar animal e boas condições agrícolas e ambientais.
- Contribuir para a manutenção de sistemas de produção sustentáveis e a conservação do património genético, espécies e recursos genéticos dos animais.

Anexo 020 - Plano Municipal para a Integração de Migrantes Fundão (PMIM)

A estratégia do Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM) no Fundão surgiu da candidatura feita pelo Município ao financiamento do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), promovido pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.). Com o aumento significativo do número de migrantes no Concelho do Fundão fez a autarquia reconhecer a necessidade de criar medidas e políticas locais que promovam a integração multinível dos atuais e novos nacionais de Países Terceiros (NPT).

O Fundão tem se destacado como um Município Amigo dos Migrantes e da Diversidade. O plano é inovador, abrangendo duas populações distintas:

1. Os migrantes residentes no concelho, incluindo trabalhadores sazonais, estudantes e residentes,
2. Os estudantes nacionais de países terceiros da Universidade da Beira Interior, mesmo que residam principalmente no concelho da Covilhã.

A estratégia foi concebida com base no envolvimento ativo dos parceiros públicos e privados, bem como dos próprios migrantes e estudantes, reconhecendo-os como atores-chave na dinamização do plano. Através da atualização do diagnóstico da população migrante e da avaliação de suas potencialidades e necessidades, o PMIM busca promover uma integração efetiva e inclusiva.

Anexo 021 - Festivais Gastronómicos Relacionados com a Cereja do Fundão

Rota Gastronómica da cereja do Fundão

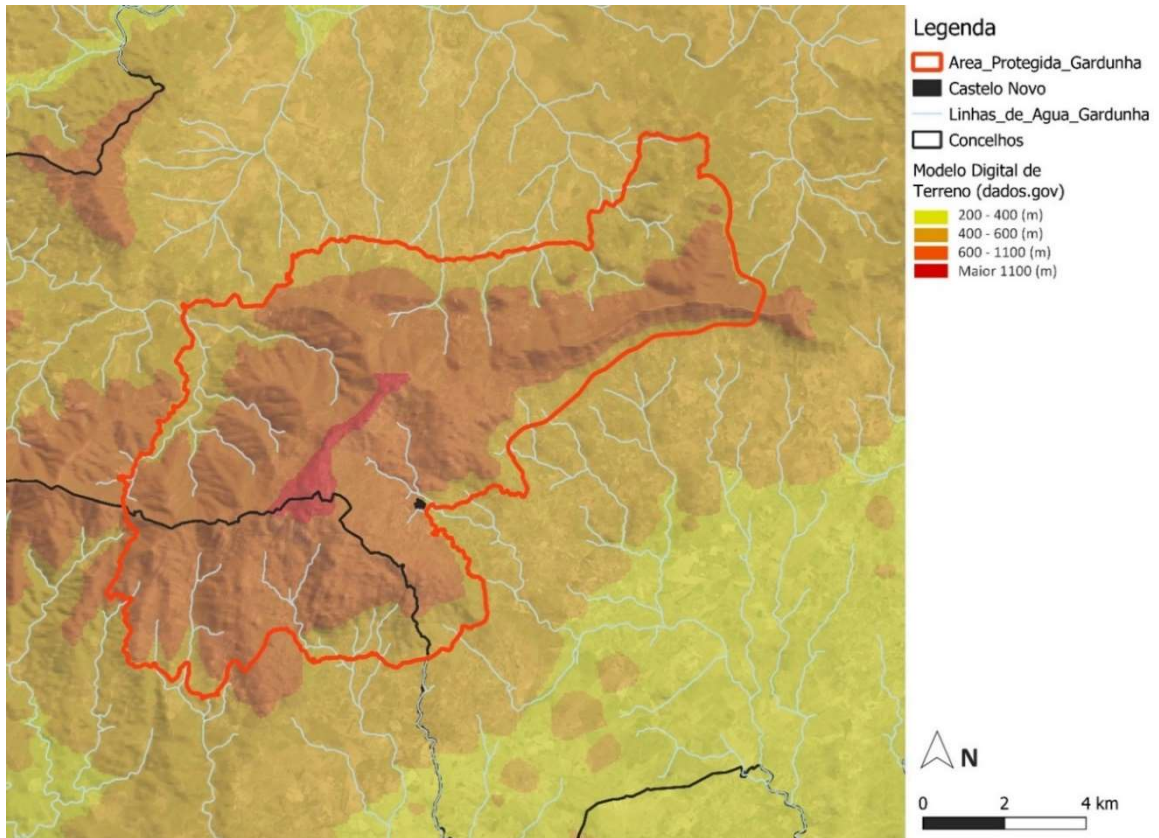
A Rota Gastronómica ocorre em restaurantes localizados nas regiões de Lisboa e do Porto. Essa iniciativa, promovida pelo Município do Fundão, convida chefs conceituados a criar pratos originais utilizando a cereja do Fundão como inspiração

Festival Gastronómico "Fundão, Aqui Come-se Bem – Sabores da Cereja"

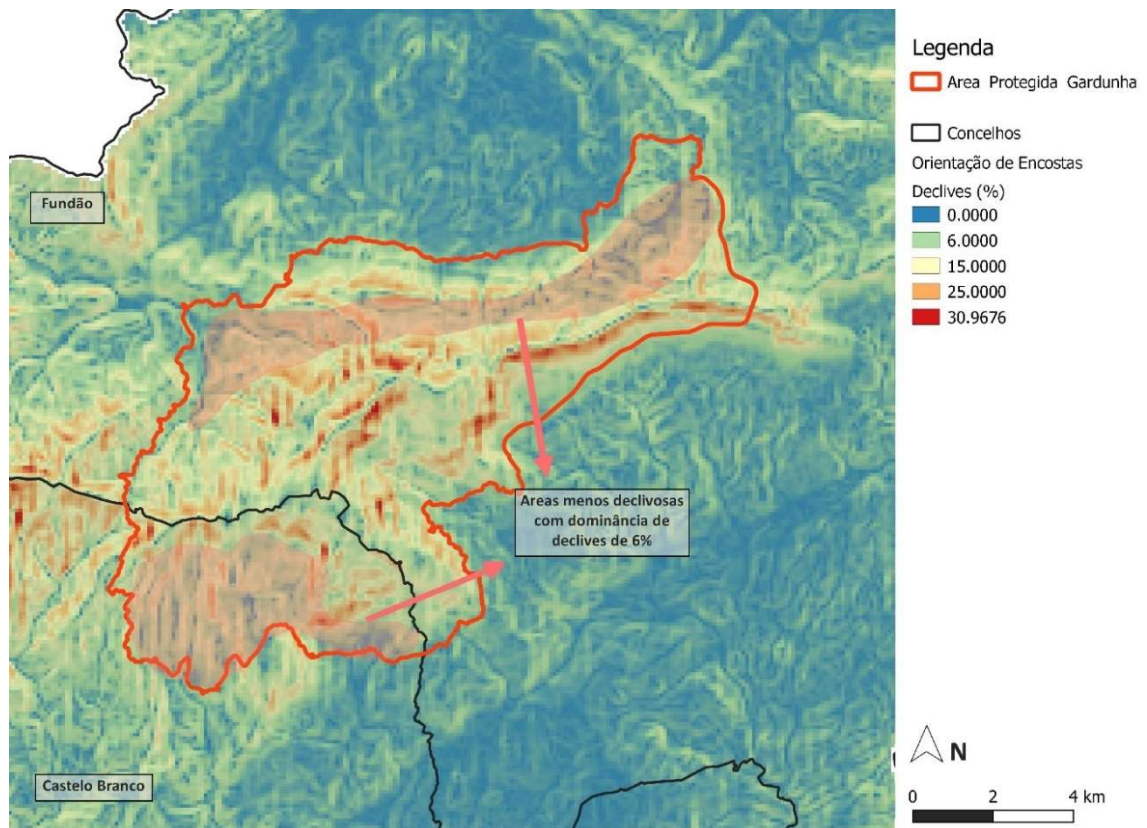
Realizado no município do Fundão durante todo o mês de junho, o festival envolve a participação de 11 restaurantes, cinco pastelarias e dois bares do concelho do Fundão.

Anexos A – Mapas e tabelas de Análise e Síntese

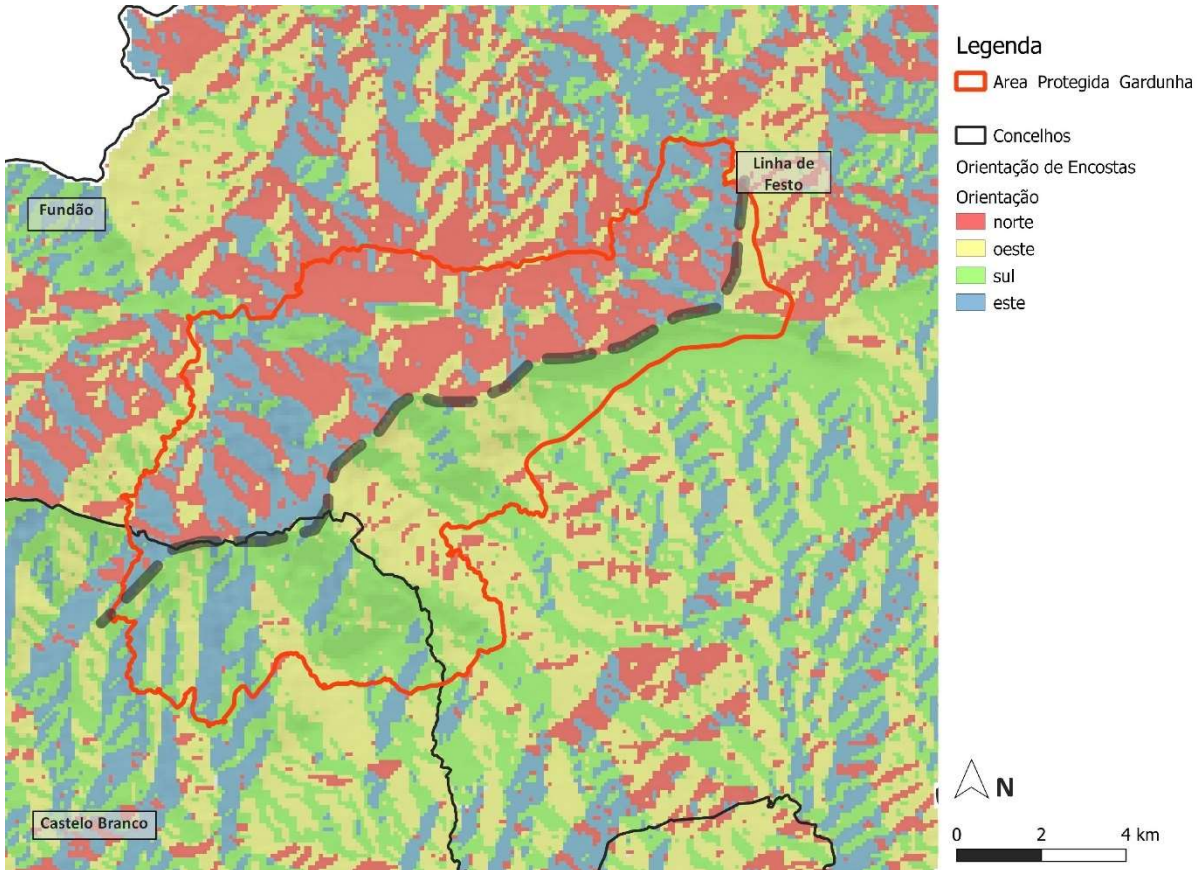
Anexo A1 – Carta Hipsométrica e de Hidrografia



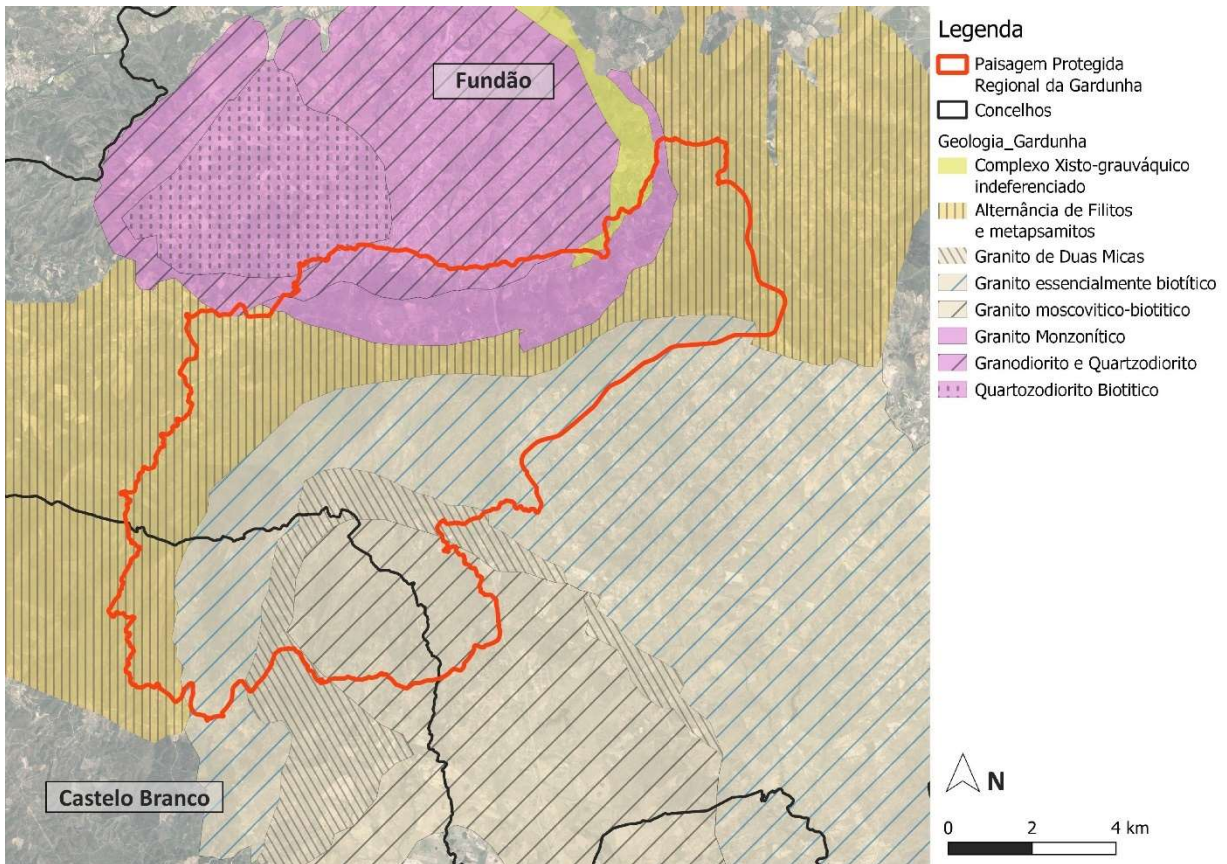
Anexo A2 – Carta de Declives e análise



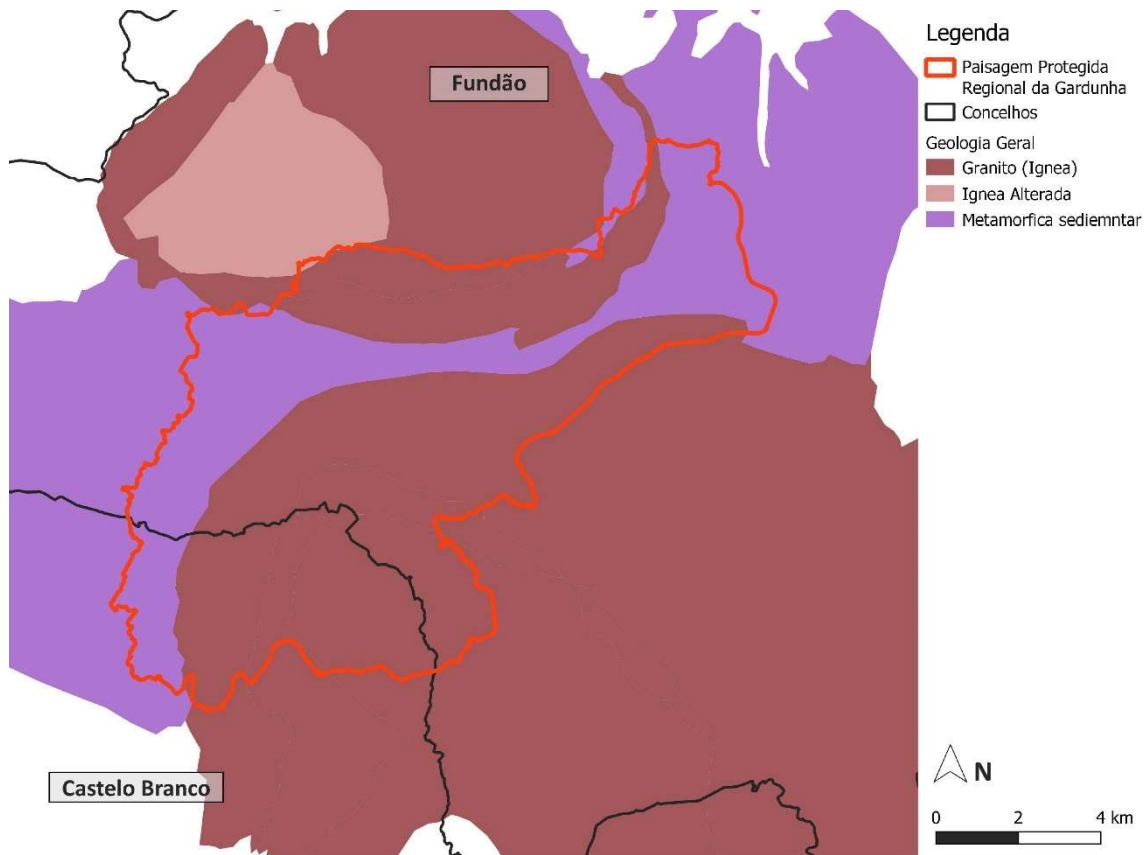
Anexo A3 – Carta de Orientações e Festo



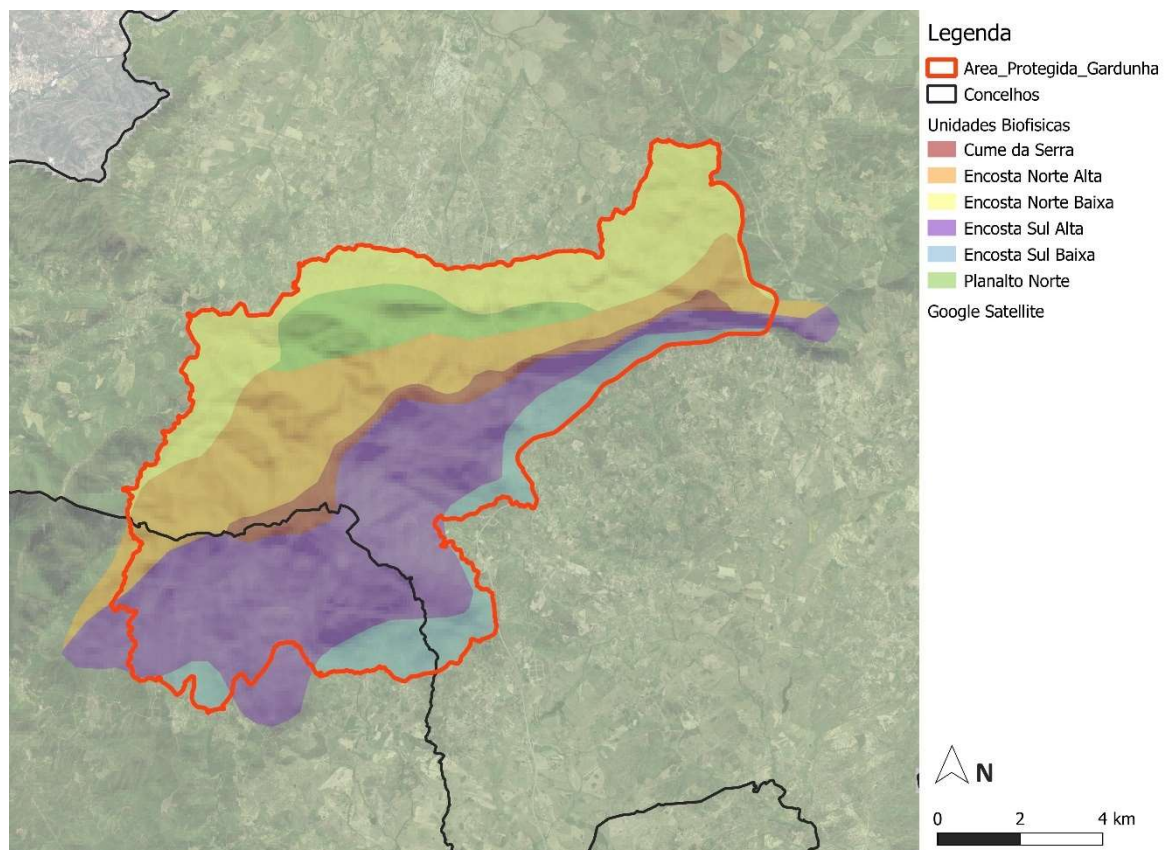
Anexo A4 – Carta Geológica (Digitalização do GeoPortal 1/200 000)



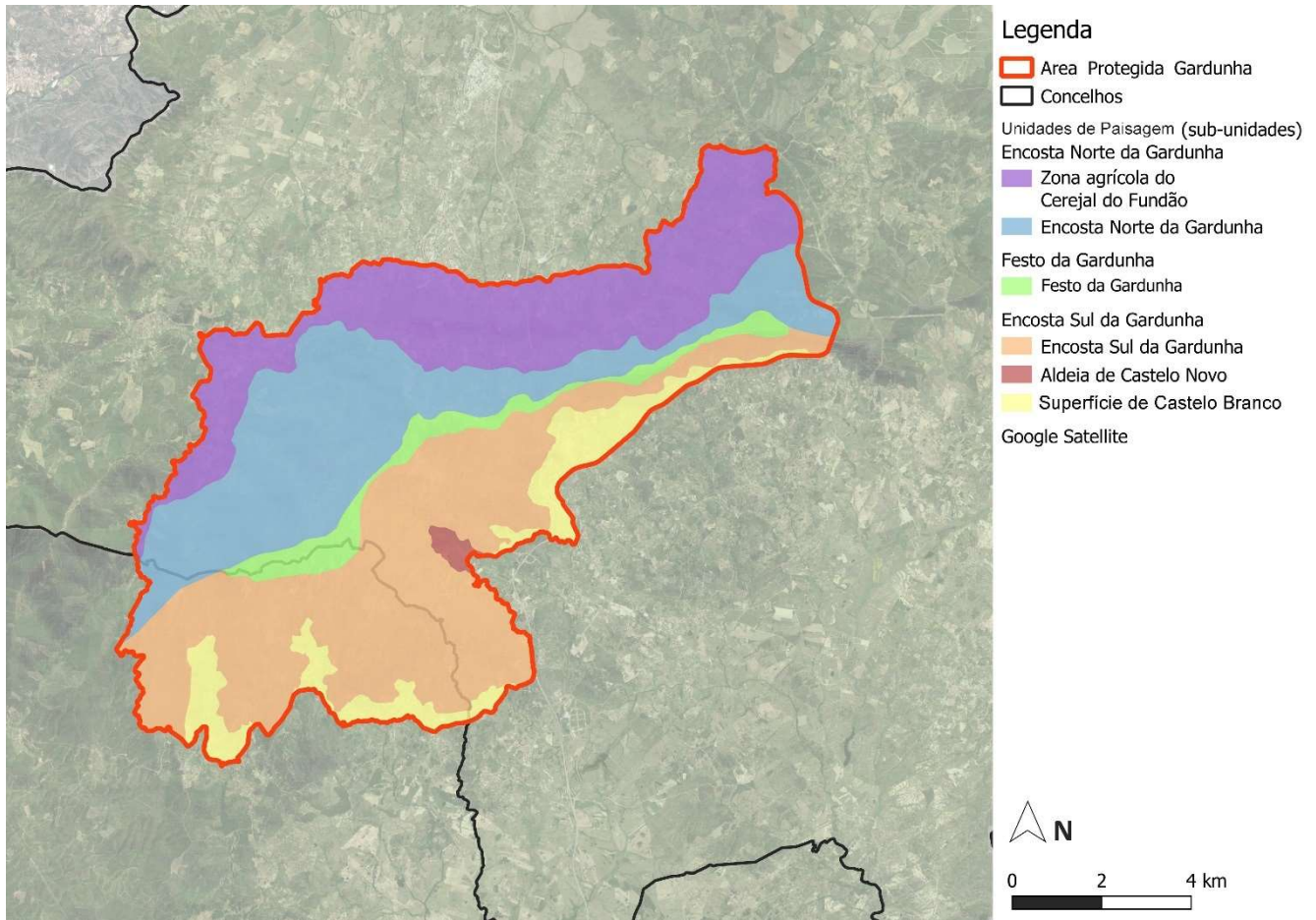
Anexo A5 – Carta Geológica (Simplificada)



Anexo A6 – Carta das Unidades Biofísicas



Anexo A7 – Carta das Unidades e Subunidades de Paisagem



Anexo A8 – Tabela de Caracterização das Unidades de Paisagem

Unidade de Paisagem	área	% em relação á UP	% em relação á PPR	Predominância
Aldeia de Castelo Novo	65,097		0,62%	
1.Territórios artificializados		15,9%	3,9%	Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal (73%)
2.Agricultura		46,2%	1,3%	Mosaicos culturais e parcelares complexos (53%)
3.Pastagens		2,9%		
5.Florestas		15,1%	0,2%	Florestas de pinheiro bravo, sobreiro e eucalipto (33%, 29% e 28%)
6.Matos		9,4%	0,2%	
7. Espaços descobertos ou com pouca vegetação		10,5%		
Cabeço de Atalaia	491,63		4,68%	
2.Agricultura		1,9%	0,4%	Pomares (100%)
5.Florestas		34,6%	3,4%	Florestas de pinheiro bravo (82%)
6.Matos		51,1%	9,1%	
7. Espaços descobertos ou com pouca vegetação		14,3%		
Depressão da Cova da Beira	930,04		8,85%	
1.Territórios artificializados		9,7%	33,8%	Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal (57%)
2.Agricultura		53,3%	21,5%	Olivais e Mosaicos culturais e parcelares complexos (40% e 30%)
3.Pastagens		1,9%		
4.Superfícies agroflorestais		0,4%		SAF de azinheira
5.Florestas		30,6%	5,7%	Florestas de pinheiro bravo e de espécies invasoras (65% e 18%)
6.Matos		3,4%	1,1%	
Encosta Norte da Gardunha	2690,1		25,60%	
1.Territórios artificializados		0,1%	0,6%	Rede ferroviária e espaços associados (65%)
2.Agricultura		4,4%	5,1%	Pomares (74%)
5.Florestas		71,9%	38,7%	Florestas de pinheiro bravo, eucalipto e outras folhosas (67%, 13% e 11%)
6.Matos		23,6%	23,0%	
Encosta Sul da Gardunha	3592,7		34,19%	
1.Territórios artificializados		0,1%	0,9%	
2.Agricultura		2,6%	4,0%	Mosaicos culturais e parcelares complexos e Olivais (35% e 20%)
3.Pastagens		0,4%		
4.Superfícies agroflorestais		0,0%		SAF de sobreiro
5.Florestas		46,4%	33,4%	Florestas de pinheiro bravo e eucalipto (67% e 23%)
6.Matos		49,1%	63,9%	
7. Espaços descobertos ou com pouca vegetação		1,3%		
9.Massas de água superficiais		0,1%		
Zona agrícola do Cerejal do Fundão	2737,1		26,05%	
1.Territórios artificializados		5,9%	60,9%	Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal (52%)
2.Agricultura		56,9%	67,6%	Pomares, Olivais e Culturas temporárias de sequeiro e regadio (58%, 12% e 11%)
3.Pastagens		0,3%		
4.Superfícies agroflorestais		0,2%		SAF de outros carvalhos
5.Florestas		33,9%	18,6%	Florestas de pinheiro bravo e outros carvalhos (64% e 12%)
6.Matos		2,6%	2,6%	

Anexo A9 – Tabelas de Caracterização das Explorações Agrícolas

Freguesias	Superfície agrícola utilizada									
	Classes de dimensão económica									
	Total		< 8 000 euros		8 000 0 < 25 000 euros		25 000 0 < 100 000 euros		≥ 100 000 euros	
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
Louriçal do Campo	898	5,9%	211	5,8%	28	1,3%	342	8,3%	317	6,0%
São Vicente da Beira	982	6,5%	334	9,1%	139	6,6%	186	4,5%	324	6,1%
Alcaide	374	2,5%	55	1,5%	113	5,4%	180	4,4%	26	0,5%
Alcongosta	351	2,3%	9	0,2%	93	4,4%	157	3,8%	93	1,7%
Alpedrinha	664	4,4%	222	6,1%	127	6,0%	165	4,0%	151	2,8%
Castelo Novo	2545	16,8%	385	10,5%	107	5,1%	1109	27,0%	945	17,8%
Fatela	371	2,4%	188	5,1%	30	1,4%	30	0,7%	122	2,3%
Soalheira	627	4,1%	149	4,1%	75	3,6%	214	5,2%	189	3,6%
Souto da Casa	325	2,1%	127	3,5%	83	3,9%	115	2,8%	0	0,0%
União das freguesias de Fundão, Valverde ...	4180	27,5%	1133	31,0%	735	34,8%	594	14,4%	1717	32,3%
União das freguesias de Vale de Prazeres e Mata da Rainha	3873	25,5%	839	23,0%	581	27,5%	1022	24,8%	1431	26,9%
	15190		3652		2111		4114		5315	

Freguesias	Explorações agrícolas									
	Total da SAU		Inferior a 1 ha	1 ha 0 < 20 ha	20 ha 0 < 50 ha	Superior ou igual a 50 ha	Conta própria	Arrendamento	Outras formas	
	N.º	%	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Louriçal do Campo	86	4,1%	13	62	7	4	84	4	3	
São Vicente da Beira	175	8,3%	48	122	2	3	175	6	3	
Alcaide	116	5,5%	24	90	2		114	3	2	
Alcongosta	79	3,8%	5	72	2		77	5	0	
Alpedrinha	122	5,8%	9	104	7	2	118	2	4	
Castelo Novo	103	4,9%	13	64	12	14	102	2	4	
Fatela	112	5,3%	5	105	1	1	112	0	0	
Soalheira	67	3,2%	6	54	3	4	65	4	7	
Souto da Casa	125	5,9%	34	91			123	1	1	
União das freguesias de Fundão, Valverde ...	681	32,4%	206	435	30	10	657	23	21	
União das freguesias de Vale de Prazeres e Mata da Rainha	436	20,7%	79	323	22	12	436	1	2	
	2102		442	1522	88	50	2063	51	47	

Superfície Agrícola Utilizada (SAU)

Anexo A10 – Tabelas de Caracterização do Efetivo Animal

Ano	Freguesia	Efectivo bovino		Efectivo caprino		Efectivo ovino		Efectivo suíno		Efectivo equídeo		Total	Evolução
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%		
2019	Louriçal do Campo	99	3,92%	257	10,18%	1779	70,46%	389	15,41%	1	0,04%	2525	0,80228
	São Vicente da Beira	11	0,53%	440	21,28%	1598	77,27%	3	0,15%	16	0,77%	2068	-0,3281
	Alcaide	0	0,00%	130	35,52%	230	62,84%	0	0,00%	6	1,64%	366	-0,461
	Alcongosta	0	0,00%	0	0,00%	60	96,77%	0	0,00%	2	3,23%	62	-0,3737
	Alpedrinha	20	1,29%	226	14,53%	1268	81,54%	21	1,35%	20	1,29%	1555	0,03944
	Castelo Novo	52	0,39%	395	2,99%	6326	47,92%	6422	48,64%	7	0,05%	13202	9,19459
	Fatela	4	0,39%	128	12,49%	874	85,27%	18	1,76%	1	0,10%	1025	-0,6837
	Souto da Casa	0	0,00%	87	35,22%	155	62,75%	4	1,62%	1	0,40%	247	-0,6466
	UF do Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	896	14,92%	769	12,80%	4261	70,95%	45	0,75%	35	0,58%	6006	-0,2404
	UF de Vale de Prazeres e Mata da Rainha	149	1,67%	1085	12,15%	7620	85,36%	68	0,76%	5	0,06%	8927	0,34443
Total	1231	3,42%	3517	9,77%	24171	67,17%	6970	19,37%	94	0,26%	35983	0,35606	
1989	Louriçal do Campo	142	10,14%	227	16,20%	873	62,31%	142	10,14%	17	1,21%	1401	
	São Vicente da Beira	478	15,53%	1233	40,06%	584	18,97%	668	21,70%	115	3,74%	3078	
	Alcaide	116	17,08%	148	21,80%	333	49,04%	62	9,13%	20	2,95%	679	
	Alcongosta	13	13,13%	27	27,27%	30	30,30%	24	24,24%	5	5,05%	99	
	Alpedrinha	304	20,32%	331	22,13%	704	47,06%	145	9,69%	12	0,80%	1496	
	Castelo Novo	143	11,04%	462	35,68%	618	47,72%	56	4,32%	16	1,24%	1295	
	Fatela	397	12,25%	663	20,46%	1725	53,22%	419	12,93%	37	1,14%	3241	
	Souto da Casa	109	15,59%	298	42,63%	217	31,04%	48	6,87%	27	3,86%	699	
	UF do Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	1911	24,17%	604	7,64%	3659	46,28%	1698	21,47%	35	0,44%	7907	
	UF de Vale de Prazeres e Mata da Rainha	613	9,23%	2159	32,52%	3235	48,72%	489	7,36%	144	2,17%	6640	
Total	4226	15,93%	6152	23,18%	11978	48,72%	3751	14,14%	428	1,61%	26535		

Anexo A11 – Tabelas de Caracterização das Superfícies e População Agrícola

Freguesias	Superfície de prados e pastagens permanentes		Superfície irrigável das explorações agrícola		População agrícola familiar	
	ha	%	ha	% em relação à SAU	ha	%
Louriçal do Campo	414	9,7%	136	15,1%	161	3,8%
São Vicente da Beira	379	8,9%	115	11,7%	311	7,3%
Alcaide	31	0,7%	219	58,6%	295	6,9%
Alcongosta	8	0,2%	295	84,0%	150	3,5%
Alpedrinha	113	2,7%	263	39,6%	223	5,2%
Castelo Novo	1359	32,0%	579	22,8%	182	4,3%
Fatela	68	1,6%	135	36,4%	209	4,9%
Soalheira	85	2,0%	151	24,1%	173	4,1%
Souto da Casa	21	0,5%	120	36,9%	317	7,5%
União das freguesias de Fundão, Valverde ...	795	18,7%	1889	45,2%	1456	34,2%
União das freguesias de Vale de Prazeres e Mata da Rainha	975	23,0%	662	17,1%	776	18,2%
Total	4248		4564		4253	

Anexo A12 – Tabelas de Caracterização das Culturas Permanentes

Superfície das culturas permanentes (ha)
Tipo (culturas permanentes)

	Total	Frutos frescos (excepto citrinos)		Macieiras		Pereiras		Pessequeiros		Cerejeiras		Outros frutos frescos		Citrinos		Frutos de casca rija	
		ha	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha
Louriçal do Campo	207	71	34,30%					47	22,71%	16	7,73%	8	3,86%	2	0,97%		
São Vicente da Beira	329	21	6,38%	2	0,61%					8	2,43%	11	3,34%	2	0,61%	11	3,34%
Alcaide	287	228	79,44%	20	6,97%	3	1,05%	7	2,44%	187	65,16%	12	4,18%			9	3,14%
Alcongosta	335	318	94,93%	15	4,48%	12	3,58%	39	11,64%	241	71,94%	10	2,99%			7	2,09%
Alpedrinha	393	194	49,36%	10	2,54%	7	1,78%	63	16,03%	98	24,94%	16	4,07%	8	2,04%	4	1,02%
Castelo Novo	518	232	80,84%	8	2,79%	5	1,74%	125	43,55%	89	31,01%	6	2,09%	10	3,48%	28	9,76%
Fatela	113	37	32,74%	2	1,77%			2	1,77%	31	27,43%	2	1,77%	0	0,00%	3	2,65%
Soalheira	116	9	7,76%							7	6,03%	1	0,86%			1	0,86%
Souto da Casa	274	117	42,70%	8	2,92%	2	0,73%	1	0,36%	105	38,32%	1	0,36%	1	0,36%	16	5,84%
União das freguesias d	1568	530	33,80%	31	1,98%	17	1,08%	23	1,47%	411	26,21%	47	3,00%			42	2,68%
União das freguesias d	1024	257	25,10%	6	0,59%	6	0,59%	77	7,52%	158	15,43%	11	1,07%	17	1,66%	1	0,10%

Superfície das culturas permanentes (ha)
Tipo (culturas permanentes)

	Amendoeiras		Castanheiros		Nogueiras		Olival		Para azeitona de mesa		Para azeite		Vinha		Vinha para vinho	
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
Louriçal do Campo							128	61,84%			128	61,84%	7	3,38%	7	3,38%
São Vicente da Beira			3	0,91%	7	2,13%	288	87,54%			288	87,54%	7	2,13%	7	2,13%
Alcaide			8	2,79%	1	0,35%	43	14,98%			43	14,98%	8	2,79%	8	2,79%
Alcongosta			2	0,60%	5	1,49%	9	2,69%			9	2,69%				
Alpedrinha	2	0,51%			2	0,51%	153	38,93%			153	38,93%	34	8,65%	34	8,65%
Castelo Novo	7	2,44%			6	2,09%	197	68,64%	3	1,05%	195	67,94%	51	17,77%	51	17,77%
Fatela			3	2,65%			54	47,79%			54	47,79%	18	15,93%	18	15,93%
Soalheira							95	81,90%	3	2,59%	92	79,31%	12	10,34%	12	10,34%
Souto da Casa			16	5,84%			132	48,18%			132	48,18%	8	2,92%	8	2,92%
União das freguesias d			9	0,57%	16	1,02%	808	51,53%			808	51,53%	188	11,99%	188	11,99%
União das freguesias d					1	0,10%	645	62,99%	3	0,29%	642	62,70%	104	10,16%	104	10,16%

Anexo A13 – Tabelas de Caracterização das Explorações com Colmeias

Explorações agrícolas com colmeias e cortiços povoados				
Ano	Freguesias	N.º	%	Evolução
2019	Lourical do Campo	7	14,9%	-53,3%
	São Vicente da Beira	6	12,8%	-87,5%
	Alcaide	1	2,1%	-93,3%
	Alcongosta	1	2,1%	
	Alpedrinha	3	6,4%	-91,9%
	Castelo Novo	4	8,5%	100,0%
	Fatela	1	2,1%	-97,7%
	Souto da Casa	6	12,8%	-73,9%
	UF do Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	6	12,8%	-68,4%
	UF de Vale de Prazeres e Mata da Rainha	12	25,5%	-42,9%
	Total	47		-79,0%
1989	Lourical do Campo	15	6,7%	
	São Vicente da Beira	48	21,4%	
	Alcaide	15	6,7%	
	Alcongosta	0	0,0%	
	Alpedrinha	37	16,5%	
	Castelo Novo	2	0,9%	
	Fatela	44	19,6%	
	Souto da Casa	23	10,3%	
	UF do Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	19	8,5%	
	UF de Vale de Prazeres e Mata da Rainha	21	9,4%	
	Total	224		

Anexo A14 – Tabelas de Caracterização dos Alojamentos

Proporção de alojamentos familiares clássicos vagos (%) - 2021	
Local / Freguesia	%
Continente	12,1
Lourical do Campo	8
São Vicente da Beira	20
Alcaide	8,2
Alcongosta	24,3
Alpedrinha	10,6
Castelo Novo	14
Fatela	30,8
Soalheira	2,5
Souto da Casa	12,8
Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	13,7
Vale de Prazeres e Mata da Rainha	27,1
Media	15,64%

Ano	Municiípios	Capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento	
		n.º	Evolução de 2014 a 2021
2021	Continente	36,4	19,7%
	Castelo Branco	13,4	45,7%
	Fundão	29,1	39,9%
2019	Continente	39,8	
	Castelo Branco	13,1	
	Fundão	29,4	
2014	Continente	30,4	
	Castelo Branco	9,2	
	Fundão	20,8	

Capacidade de alojamento (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico

Ano	Municiípios	Total	Tipo (alojamento turístico)									
			Hotelaria		Hotéis		Outros*		Alojamento local		Turismo no espaço rural e de habitação	
			N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
2021	Continente	358957	267864	75%	181744	51%	86120	24%	66038	18%	25055	7%
	Castelo Branco	700	368	53%					282	40%	50	7%
	Fundão	772	467	60%					110	14%	195	25%

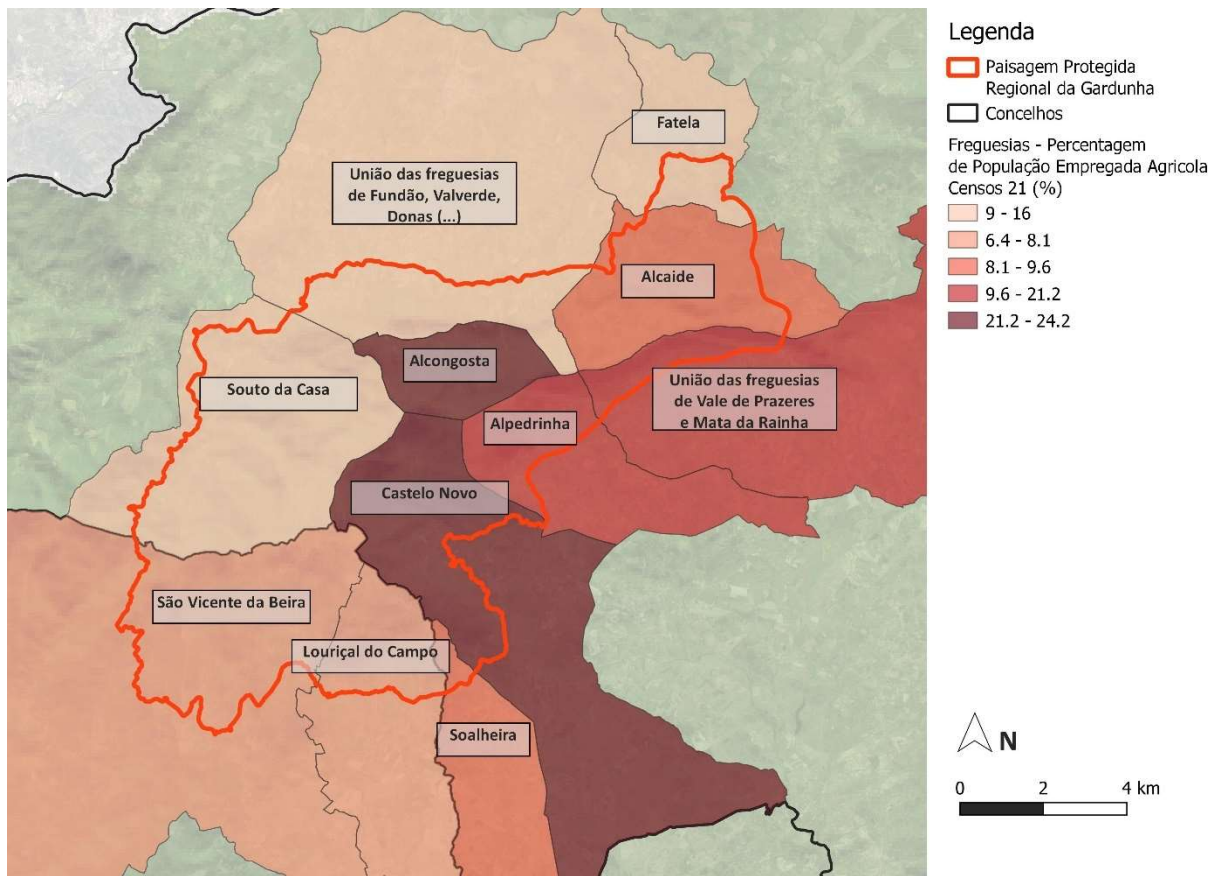
Anexo A15 – Tabelas de Caracterização dos Edifícios

Edifícios e seus Anos de Construção														
Freguesia	Antes de 1919		1919 - 1945		1946 - 1960		1961 - 1980		1981 - 1990		1991 - 2005		2006 - 2021	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Louriçal do Campo	16	2,7%	47	7,9%	86	14,5%	187	31,5%	70	11,8%	143	24,1%	44	7,4%
São Vicente da Beira	161	12,1%	187	31,5%	230	17,3%	439	33,1%	124	9,3%	158	11,9%	29	2,2%
Alcaide	24	4,5%	65	11,0%	71	13,3%	144	27,0%	69	12,9%	113	21,2%	47	8,8%
Alcongosta	25	6,7%	35	5,9%	74	19,9%	116	31,2%	45	12,1%	58	15,6%	19	5,1%
Alpedrinha	1	0,1%	3	0,5%	13	1,6%	174	22,0%	172	21,7%	358	45,3%	70	8,8%
Castelo Novo	10	2,2%	30	5,1%	15	3,3%	127	27,9%	51	11,2%	161	35,4%	61	13,4%
Fatela	0	0,0%	37	6,2%	40	8,5%	164	34,9%	70	14,9%	133	28,3%	26	5,5%
Soalheira	11	1,6%	102	17,2%	88	12,6%	205	29,4%	119	17,0%	136	19,5%	37	5,3%
Souto da Casa	0	0,0%	55	9,3%	44	6,2%	237	33,3%	136	19,1%	215	30,2%	25	3,5%
Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	122	2,9%	270	45,5%	413	9,7%	1216	28,6%	929	21,9%	858	20,2%	443	10,4%
Vale de Prazeres e Mata da Rainha	120	8,2%	189	31,9%	170	11,6%	588	40,0%	189	12,9%	149	10,1%	64	4,4%
	490	4,2%	1020	8,7%	1244	10,7%	3597	30,8%	1974	16,9%	2482	21,3%	865	7,4%

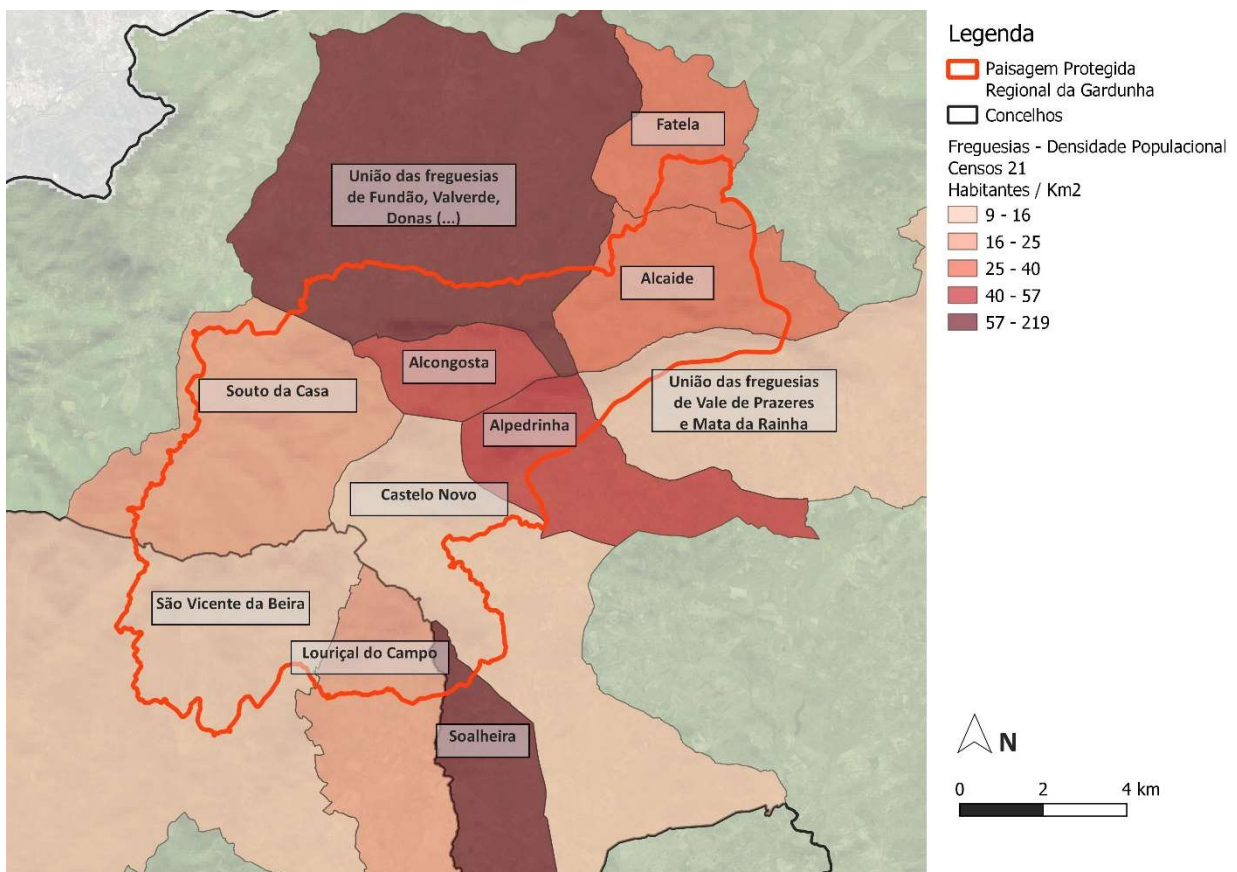
Edifícios com necessidade de reparações (à data dos Censos 2021).									
Freguesia	Total	Dimensão da reparação							
		Com necessidades ligeiras		Com necessidades médias		Com necessidades profundas		Sem necessidades de reparação	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Louriçal do Campo	593	11	1,9%	6	1,0%	9	1,5%	567	95,6%
São Vicente da Beira	1328	297	22,4%	175	13,2%	40	3,0%	816	61,4%
Alcaide	533	60	11,3%	47	8,8%	16	3,0%	410	76,9%
Alcongosta	372	54	14,5%	31	8,3%	43	11,6%	244	65,6%
Alpedrinha	791	197	24,9%	54	6,8%	30	3,8%	510	64,5%
Castelo Novo	455	125	27,5%	150	33,0%	85	18,7%	95	20,9%
Fatela	470	208	44,3%	31	6,6%	12	2,6%	219	46,6%
Soalheira	698	58	8,3%	8	1,1%	12	1,7%	620	88,8%
Souto da Casa	712	156	21,9%	62	8,7%	17	2,4%	477	67,0%
Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	4251	873	20,5%	506	11,9%	291	6,8%	2581	60,7%
Vale de Prazeres e Mata da Rainha	1469	366	24,9%	299	20,4%	138	9,4%	666	45,3%
	11672		20,2%		10,9%		5,9%		63,0%

População residente (N.º) nos alojamentos familiares clássicos por Local de residência (à data dos Censos 2021), Tipo de utilização e Escalão de dimensão de alojamentos; Decenal										
Freguesia	Escalão de dimensão de alojamentos									
	Total		1		2 a 4		5 a 9		10 ou mais	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Louriçal do Campo	538	2,8%	528	98,1%	10	1,9%	0	0,0%	0	0,0%
São Vicente da Beira	926	4,8%	887	95,8%	29	3,1%	10	1,1%	0	0,0%
Alcaide	583	3,1%	515	88,3%	61	10,5%	7	1,2%	0	0,0%
Alcongosta	416	2,2%	379	91,1%	37	8,9%	0	0,0%	0	0,0%
Alpedrinha	886	4,6%	710	80,1%	127	14,3%	49	5,5%	0	0,0%
Castelo Novo	353	1,8%	346	98,0%	7	2,0%	0	0,0%	0	0,0%
Fatela	456	2,4%	444	97,4%	12	2,6%	0	0,0%	0	0,0%
Soalheira	799	4,2%	715	89,5%	84	10,5%	0	0,0%	0	0,0%
Souto da Casa	728	3,8%	639	87,8%	67	9,2%	22	3,0%	0	0,0%
Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo	12238	64,0%	4910	40,1%	1321	10,8%	3952	32,3%	2055	16,8%
Vale de Prazeres e Mata da Rainha	1190	6,2%	1138	95,6%	52	4,4%	0	0,0%	0	0,0%
	19113		11211	58,7%	1807	9,5%	4040	21,1%	2055	10,8%
			Excluindo o Fundão	92,2%						

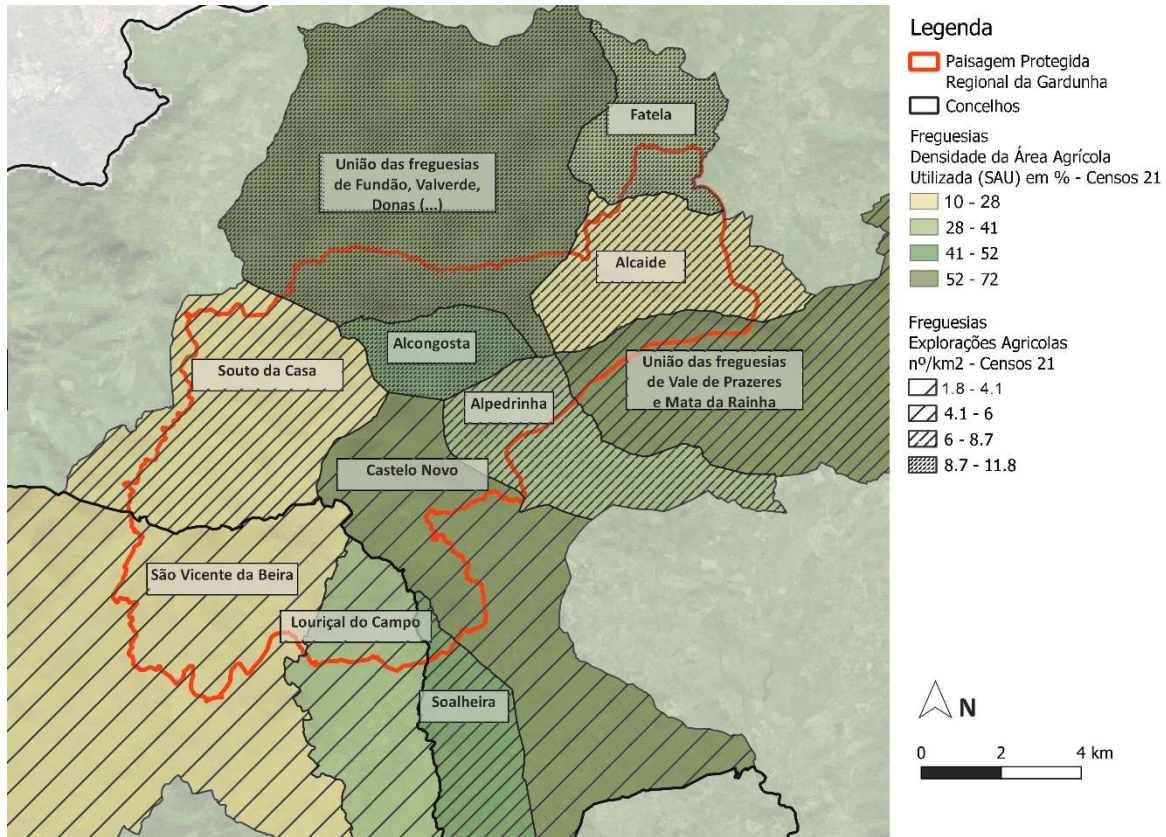
Anexo A16 – Mapa de percentagem da População Empregada Agrícola



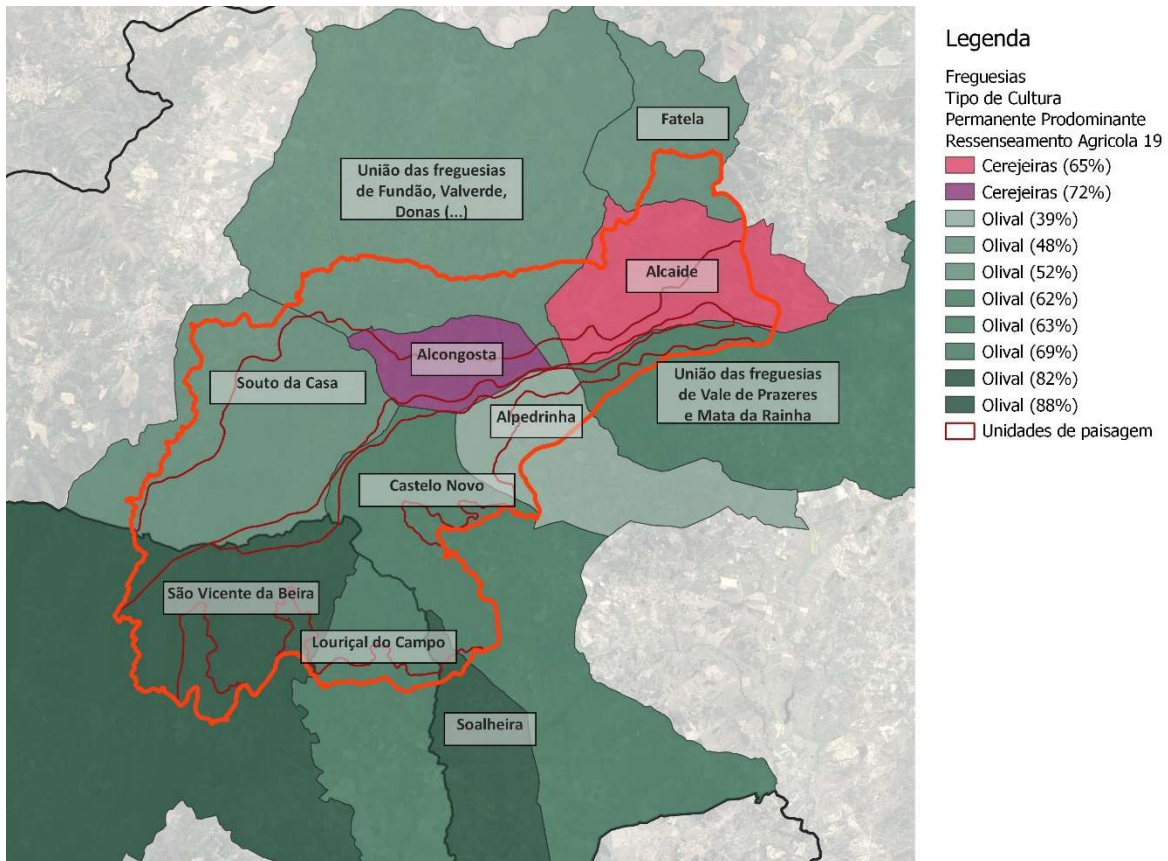
Anexo A17 – Mapa da Densidade Populacional



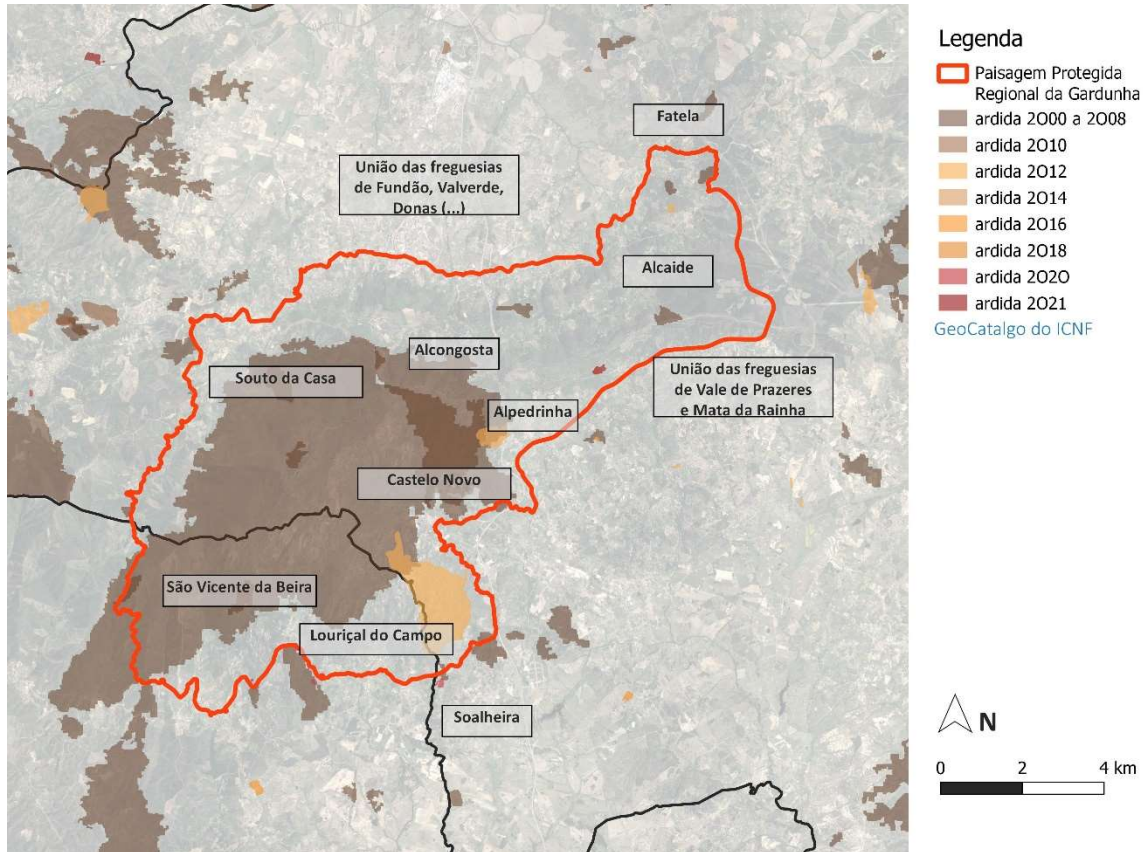
Anexo A18 – Mapa da Densidade da Área Agrícola



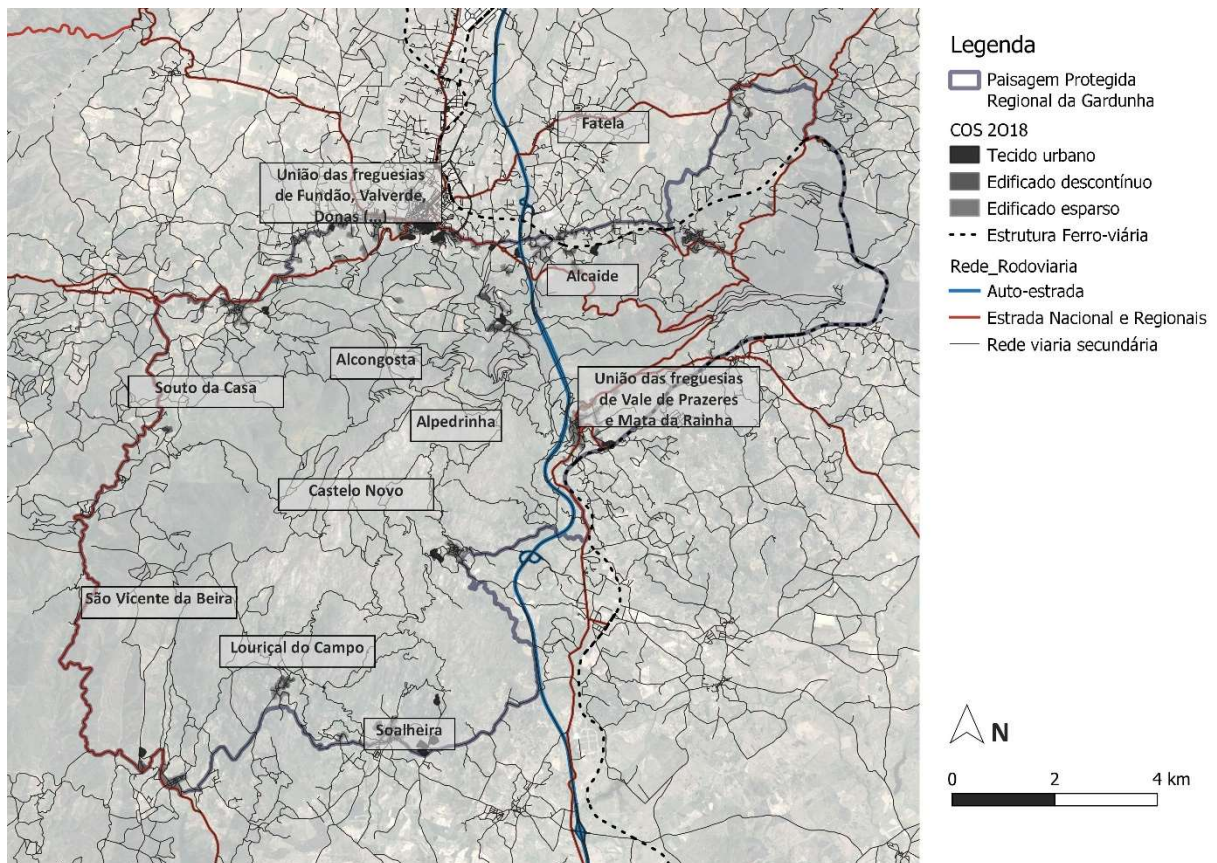
Anexo A19 – Mapa da Predominância do Tipo de Cultura Permanente



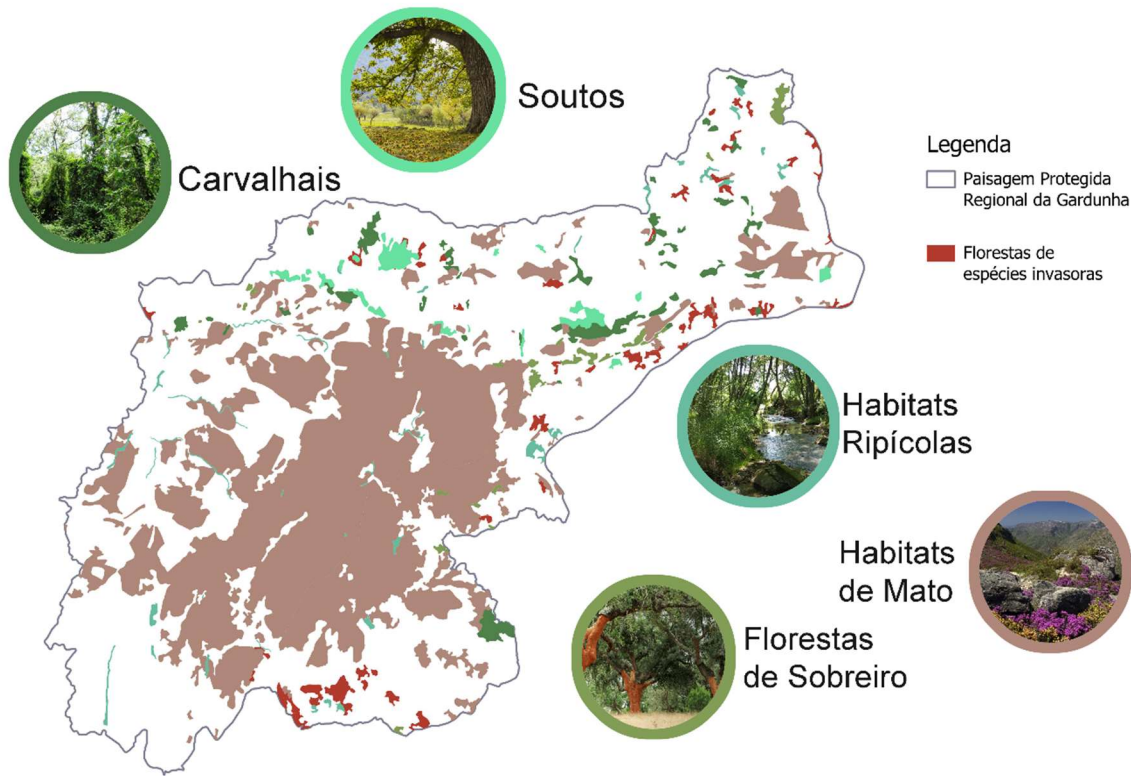
Anexo A20 – Mapa das áreas Ardidas por ano (ICNF)



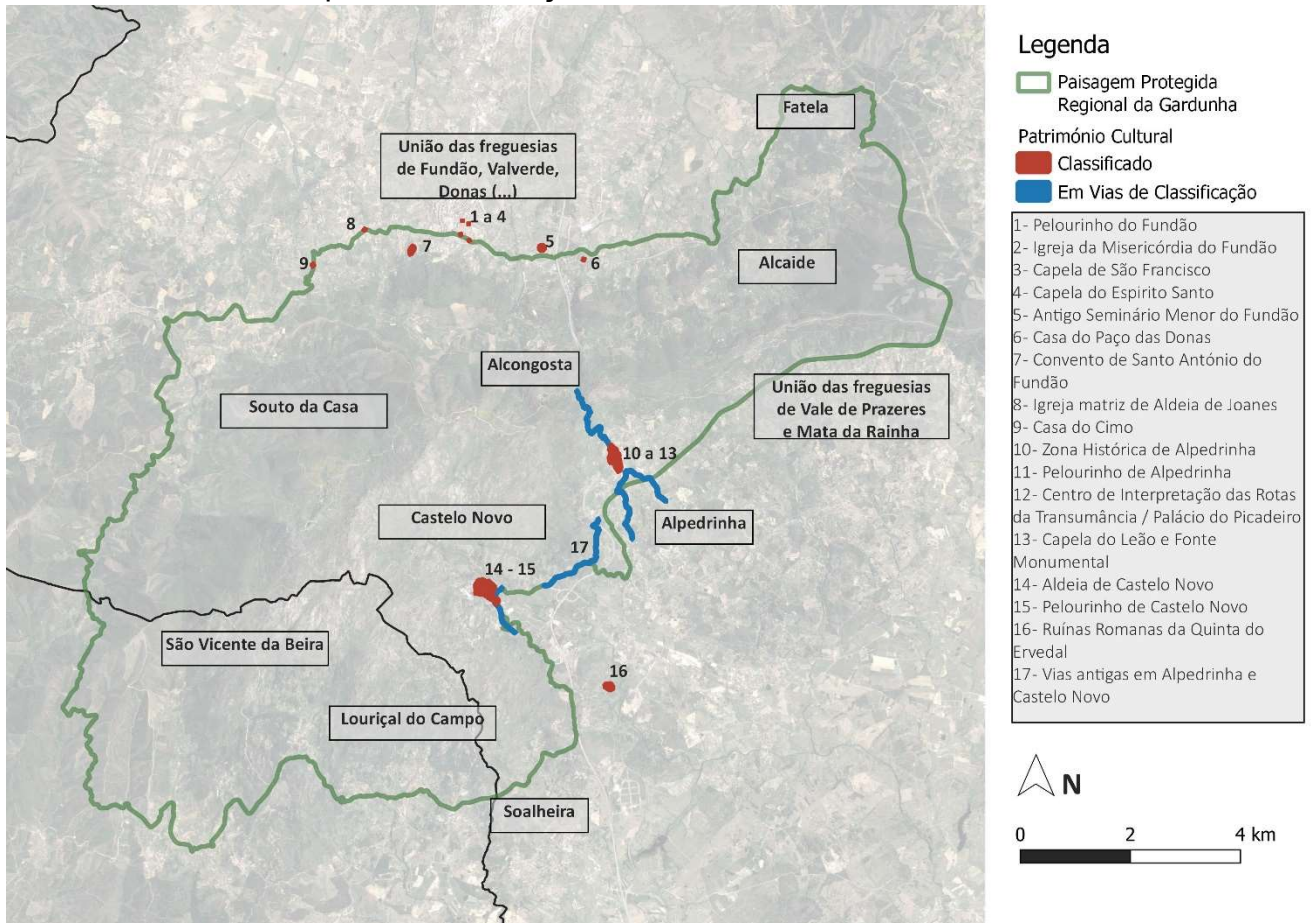
Anexo A21 – Carta da Rede Ferro e Rodoviária



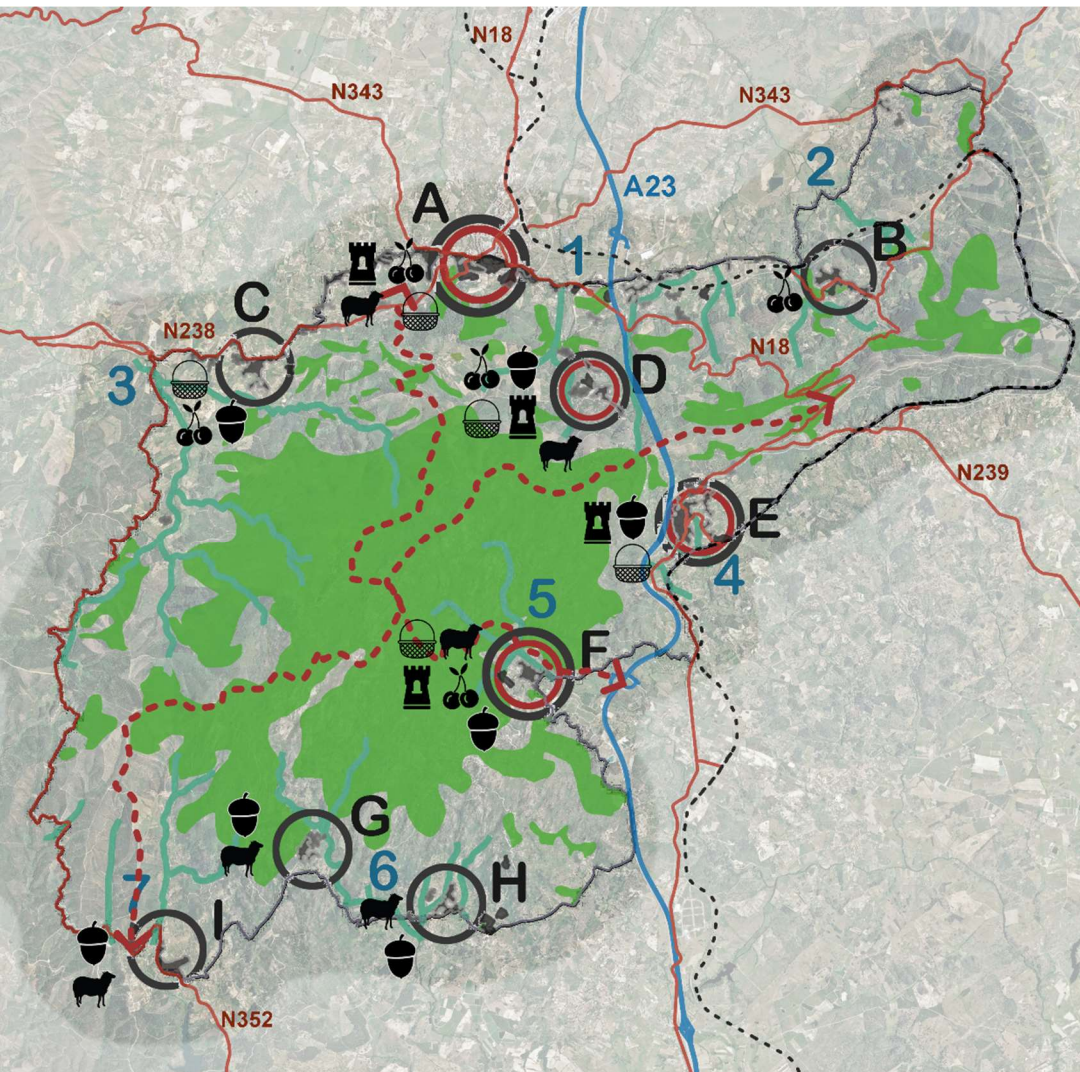
Anexo A22 – Mapa de Identificação do Património Natural



Anexo A23 – Mapa de Identificação do Património Cultural



Anexos P – Plantas e Imagens de Proposta
 Anexo P1 – Plano Geral da Proposta de Gestão de Paisagem



Legenda

- Património Natural Identificado
- ▬ Linhas de água principais
 - 1 - Ribeira de Alcambar
 - 2 - Ribeira da Pouca Farinha
 - 3 - Ribeira do Tormentoso
 - 4 - Ribeira da Azenha
 - 5 - Ribeira de Alpreade
 - 6 - Rio Ocreza
 - 7 - Ribeira da Ribeirinha
- ▬ Estradas Nacionais e Regionais
- ▬ Auto Estrada
- - - Linha Ferroviária
- Eixos Estratégicos**
- 1. Aldeias de ação prioritária
- - - 2. Ligações rodoviárias estratégicas
- - - 3. Integrar atividades relacionadas com as práticas económicas e gastronómicas da região
 - História e cultura da paisagem
 - Técnicas tradicionais de artesanato
 - Cozinha tradicional
 - Agricultura, silvicultura, pastorícia
 - Turismo da Natureza
- Áreas Urbanas
 - A - Fundão
 - B - Alcaide
 - C - Souto da Casa
 - D - Alcongosta
 - E - Alpedrinha
 - F - Castelo Novo
 - G - Casal da Serra
 - H - Lourçal do Campo
 - I - São Vicente da Beira